



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES  
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ESTUDO DE CASO EM PROCESSOS TRABALHISTAS COM  
LAUDOS PERICIAIS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA**

Larissa Inês Mallmann

Lajeado, novembro de 2018

Larissa Inês Mallmann

**ESTUDO DE CASO EM PROCESSOS TRABALHISTAS COM  
LAUDOS PERICIAIS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Me. Adriana Wachholz

Lajeado, novembro de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço pela vida, pela saúde e pelas oportunidades que recebi, pela minha dedicação e persistência.

Agradeço aos meus pais e minha irmã, pelo incentivo ao estudo e formação profissional, pela compreensão, pela paciência e pelo apoio que me deram para atingir meus objetivos.

Agradeço a todos os professores que compartilharam conhecimentos para minha formação, e, em especial, a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Me. Adriana Wachholz, pela disposição e paciência em me auxiliar nas dúvidas que tive perante esta pesquisa.

Agradeço também aos servidores da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS que possibilitaram o acesso aos processos trabalhistas, porque sem eles esta pesquisa não poderia se realizar.

Por fim, a todos os amigos e colegas, que compreenderam meu afastamento e de alguma forma me apoiaram neste período.

## RESUMO

A perícia contábil trabalhista é uma das diversas áreas que o profissional contábil pode atuar. A perícia deve ser executada com muito rigor, evidenciando sempre a verdade dos fatos, e possui grande influência, pois auxilia tanto na tomada de decisão do juízo no processo quanto na liquidação da sentença. Diante disto, esta monografia teve como objetivo analisar se os laudos periciais de liquidação de sentença seguiram as Normas Brasileiras de Contabilidade e se atenderam os critérios definidos na sentença do juízo. Para isto, introduziu-se o assunto com o tema e sua delimitação, o problema de pesquisa, objetivos e justificativa. Após, foram apresentadas as definições de perícia contábil, objeto e objetivos da perícia, de perito contador e assistente. Assim como a execução da perícia, o laudo e parecer pericial contábil, as classificações da perícia contábil, a organização da Justiça, a Justiça do trabalho, o processo trabalhista, as principais verbas e encargos trabalhistas e as atualizações monetárias. A metodologia utilizada nesta pesquisa quanto aos objetivos foi exploratória e descritiva, em relação à abordagem do problema, qualitativa, e quanto aos procedimentos técnicos foram estudo de caso e documental. A pesquisa foi feita com base em três processos trabalhistas da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS, nomeados de Caso 1, Caso 2 e Caso 3. Realizou-se a caracterização dos três Casos, após analisou-se e interpretou-se as sentenças, verificou-se a estrutura e quem elaborou os laudos periciais, conferiu-se os cálculos dos laudos periciais e investigou-se sobre a importância do perito contador assistente. A partir dos resultados apresentados, concluiu-se que os peritos contadores devem seguir com maior rigor as Normas Brasileiras de Contabilidade, atender a todos os critérios definidos na sentença e saber realizar as devidas apurações para evitar erros nos cálculos de liquidação da sentença.

**Palavras-chave:** Laudo Pericial Contábil. Liquidação da Sentença. Perícia Contábil Trabalhista. Processo Trabalhista.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Comparação dos profissionais: .....	16
Quadro 2 – Cálculo do seguro desemprego 2018.....	43
Quadro 3 – Contribuição mensal do INSS 2018 .....	45
Quadro 4 – Cálculo do IRRF 2018.....	45
Quadro 5 – Análise da estrutura dos laudos periciais.....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Horas extras referentes ao intervalo intrajornada .....	60
Tabela 2 – Apuração do RSR sobre horas extras .....	61
Tabela 3 – Total horas extras com RSR .....	62
Tabela 4 – Apuração do reflexo de 13º salário sobre horas extras .....	63
Tabela 5 – Férias e adicional de 1/3 sobre horas extras .....	64
Tabela 6 – Dobra de férias.....	65
Tabela 7 – FGTS .....	66
Tabela 8 – Adicional de insalubridade .....	70
Tabela 9 – Adicional de insalubridade no 13º salário .....	72
Tabela 10 – Adicional de insalubridade sobre férias e adicional de 1/3 .....	73
Tabela 11 – FGTS .....	74
Tabela 12 – Horas extras .....	79
Tabela 13 – Apuração do RSR sobre horas extras .....	80
Tabela 14 – Total horas extras com RSR .....	82
Tabela 15 – Apuração do reflexo de 13º salário sobre horas extras.....	82
Tabela 16 – Férias e adicional de 1/3 sobre horas extras .....	83
Tabela 17 – Aviso prévio indenizado .....	84
Tabela 18 – Seguro desemprego.....	85
Tabela 19 – Valor do seguro desemprego .....	85
Tabela 20 – Comparação ao seguro desemprego pago.....	86
Tabela 21 – FGTS .....	87
Tabela 22 – Diferenças Caso 1 .....	88
Tabela 23 – Diferenças Caso 2 .....	89
Tabela 24 – Diferenças Caso 3 .....	89

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Art.	Artigo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPC	Código Processual Civil
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
HE	Horas Extras
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NCPC	Novo Código de Processo Civil
NR	Normas Regulamentadoras
RFB	Receita Federal do Brasil
RSR	Repouso Semanal Remunerado
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 Tema .....	10
1.1.1 Delimitação do tema .....	10
1.2 Problema de pesquisa.....	10
1.3 Objetivos.....	10
1.3.1 Objetivo geral.....	11
1.3.2 Objetivos específicos.....	11
1.4 Justificativa .....	11
 <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	 <b>13</b>
2.1 A perícia contábil.....	13
2.2 Objetos e objetivos da perícia contábil .....	15
2.3 O perito contador e os peritos contadores assistentes .....	15
2.3.1 Habilitação profissional .....	17
2.3.2 Impedimento, suspeição e recusa .....	18
2.3.3 Responsabilidades e o zelo profissional .....	19
2.3.4 Honorários.....	21
2.4 A execução da perícia .....	22
2.5 Laudo pericial contábil ou parecer técnico contábil .....	26
2.6 Classificações da perícia contábil e a organização da Justiça .....	28
2.7 Justiça do Trabalho.....	30
2.8 Processo trabalhista.....	32
2.9 Verbas trabalhistas, encargos sociais e atualizações monetárias .....	36
2.9.1 Salário e remuneração.....	37
2.9.2 Jornada de trabalho .....	37
2.9.3 Horas extras .....	38
2.9.4 Adicional de insalubridade .....	39
2.9.5 Repouso semanal remunerado .....	40
2.9.6 Férias e adicional de 1/3 .....	41
2.9.7 Décimo terceiro salário .....	42
2.9.8 Seguro desemprego.....	42
2.9.9 FGTS.....	44
2.9.10 Contribuição previdenciária.....	44

2.9.11 IRRF .....	45
2.9.12 Atualização monetária .....	46
2.9.13 Juros.....	47
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>48</b>
3.1 Tipo de pesquisa .....	48
3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema.....	48
3.1.2 Caracterização quanto aos procedimentos técnicos.....	49
3.1.3 Caracterização quanto aos objetivos .....	50
3.2 População e a amostra da pesquisa.....	51
3.3 Plano de coleta de dados .....	51
3.4 Tratamento e análise dos dados .....	52
3.5 Limitações do método.....	53
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS .....</b>	<b>54</b>
<b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>57</b>
5.1 Caso 1.....	57
5.1.1 Fase de instrução e conhecimento .....	58
5.1.2 Sentença.....	58
5.1.3 Elaboração dos cálculos .....	59
5.1.3.1 Intervalo intrajornada .....	60
5.1.3.2 Dobra de férias.....	65
5.1.3.3 FGTS.....	65
5.2 Caso 2.....	66
5.2.1 Fase de instrução e conhecimento .....	67
5.2.2 Sentença.....	68
5.2.3 Elaboração dos cálculos .....	70
5.2.3.1 Adicional de insalubridade .....	70
5.2.3.2 FGTS.....	74
5.3 Caso 3.....	76
5.3.1 Fase de instrução e conhecimento .....	76
5.3.2 Sentença.....	78
5.3.3 Elaboração dos cálculos .....	78
5.3.3.1 Horas extras .....	79
5.3.3.2 Seguro desemprego.....	85
5.3.3.3 FGTS.....	86
5.4 Apuração das diferenças totais dos Casos 1, 2 e 3 .....	88
5.5 Análise da estrutura dos laudos periciais .....	90
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade oferece um vasto campo para atuação profissional, pois é um segmento que contempla diversas áreas de estudo do patrimônio das entidades, seja empresarial, governamental ou não governamental e que são aplicadas em vários setores. As principais áreas da contabilidade são a auditoria, a contabilidade de custos, a contabilidade gerencial, a contabilidade de gestão organizacional e financeira, contabilidade do setor público e a perícia contábil. O contador, além das áreas citadas, pode atuar com consultoria e assessoria, na área contábil, tributária, financeira, de custos e internacional. Dentre essas diversas opções, a presente pesquisa foi realizada com foco na perícia contábil.

A perícia teve suas primeiras regras com o Código de Processo Civil (CPC) de 1939, já a institucionalização da perícia contábil no Brasil veio com o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, juntamente com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as definições das atribuições do contador (MAGALHÃES, 2017). Com o passar dos anos, novas legislações foram publicadas, e as já existentes foram alteradas ou complementadas, melhorando o que tange às perícias contábeis.

A perícia é um trabalho, que deve ser executado com grande rigor, de investigação e análise (LUZ, 2015). Também deve ter como objetivo principal a descoberta da verdade, para que ao final seja elaborado um Laudo Pericial, fornecendo e esclarecendo informações para as partes e para o juízo, auxiliando na tomada de decisão do processo ou liquidando a sentença do juiz.

O trabalho pericial deve ser feito por um profissional habilitado e com profundo conhecimento da matéria a ser periciada, chamado de Perito Contador. O perito contador deve

estar devidamente registrado, de forma regular no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e, desde 2017, ter aprovação no Exame de Qualificação Técnica.

As atividades que o perito exerce em uma perícia são bastante complexas e em função disso, é importante que este profissional esteja em constante capacitação e aprimoramento de seus conhecimentos contábeis e também nas áreas afins a contabilidade, para que se tenha uma melhor execução do trabalho pericial.

## **1.1 Tema**

O tema desta pesquisa é a perícia contábil trabalhista.

### **1.1.1 Delimitação do tema**

O tema foi delimitado a análise dos laudos periciais de três processos da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Desta forma, verificou-se a elaboração, os critérios utilizados nos cálculos e a qualidade do laudo emitido pelo perito contador, e, se este apresentou o valor de acordo com o que foi definido na sentença.

## **1.2 Problema de pesquisa**

Diante do exposto e de pesquisas realizadas, buscou-se responder o seguinte problema:

Os laudos de liquidação de sentença, emitidos por peritos contadores, seguem as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e atendem os critérios definidos na sentença do juízo?

## **1.3 Objetivos**

Os objetivos expõem o que se quer atingir com a realização da pesquisa (CHEMIN, 2015) e nesta pesquisa são desmembrados em objetivo geral e específicos.

### **1.3.1 Objetivo geral**

Analisar se os laudos periciais apresentados por peritos contadores seguiram as NBC e se atenderam a sentença do juízo.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- a) Analisar e interpretar o comando sentencial apresentado nos processos trabalhistas.
- b) Verificar se os laudos periciais foram realizados pelo perito contador do juiz ou pelas partes.
- c) Conferir a apuração das verbas deferidas na sentença de cada processo.
- d) Averiguar se os laudos periciais obedeceram à estrutura do item 65 da NBC TP 01.
- e) Investigar sobre a importância das partes terem assistentes técnicos.

## **1.4 Justificativa**

A realização de uma perícia contábil tem relevância nas instâncias decisórias, deste modo, deve ser muito bem elaborada por profissionais capazes e com conhecimento no assunto. A perícia deve trazer sempre a verdade, no entanto, é capaz de demonstrar também os erros e fraudes, estes, que devem ser corrigidos e não repetidos pela parte. A perícia dá suporte à tomada de decisão do juiz no processo, apresentando fatos verídicos e expondo as razões da conclusão do perito quanto ao fato.

Esta pesquisa é significativa para a acadêmica, visto que contribuirá para o crescimento pessoal e profissional na área pericial e possibilitará maior conhecimento e aptidão para a compreensão e elaboração de uma futura perícia trabalhista.

Para os graduandos e bacharéis em Ciências Contábeis, justifica-se, pois, a perícia é uma opção de carreira profissional e que, a partir desta pesquisa, poderão verificar o funcionamento de uma perícia contábil trabalhista.



A pesquisa, para a sociedade, é interessante, já que se verifica a forma como o papel do perito do juízo e do assistente técnico em perícia trabalhista auxilia e dá segurança na homologação dos cálculos perante as decisões do juízo.

Para as organizações é válido, pois mostra a importância das partes possuírem um perito contador assistente para acompanhar o processo. Este, por exemplo, poderá auxiliar no levantamento de dados e provas periciais, fará o acompanhamento dos cálculos junto com o perito do juiz, verificando os dados da sentença, juntamente com a legislação cabível, e também poderá analisar o resultado da perícia e dar sua opinião.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, elaborado a partir de leituras bibliográficas. Foram abordados assuntos utilizados como base para a realização desta pesquisa, aspectos conceituais, aplicação e normas profissionais.

### **2.1 A perícia contábil**

A perícia contábil é, conforme a NBC TP 01, um conjunto de procedimentos técnicos científicos, que tem o intuito de apresentar elementos de prova à instância decisória, que são necessários para dar base à justa solução do litígio ou averiguação do fato, e a apresentação destes elementos é feita por meio de um laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil (CFC, 2015a).

A perícia para Sá (2005, p. 13) “é uma tecnologia porque é aplicação dos conhecimentos científicos da contabilidade”. A especificidade de opinião e exame é caráter fundamental da perícia, a mesma deve fundamentar-se em elementos confiáveis e nada que seja útil deve ser ignorado, devendo ater-se ao propósito que ela foi solicitada.

Alberto (2012, p. 2) diz que “fatos básicos evolutivos conduziram a perícia à condição de instrumento auxiliar da instância decisória, pessoal, coletiva, judicial ou extrajudicial”. O sujeito ativo da perícia é o perito, pois ele desenvolve as atividades de verificação, observação, apreciação e percepção dos fatos, expondo juízo e conclusões.

Hoog (2017, p. 83) conceitua a perícia como sendo “um serviço especializado, com bases científicas, contábeis, fiscais e societárias, [...] e deslinda questões judiciais e extrajudiciais”. É aplicada como elemento de prova, ou, em assuntos fisco-contábeis, é quem revela a verdade.

Manoel e Junior (2011) salientam que o processo onde ocorre a perícia contábil, já se encontra em discussão e que o perito somente irá esclarecer os fatos questionados, realizando exames, diligências e procedimentos pertinentes a cada processo.

Todos os meios legais e os moralmente legítimos, de acordo com o art. 369 do Novo Código de Processo Civil (NCPC) instituído pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, podem ser usados pelas partes como prova, na finalidade de comprovar a verdade dos fatos, em que se funda o pedido ou defesa, e influenciar na convicção do juiz. O ônus da prova é de responsabilidade do autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e do réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, conforme dispõe o art. 373 no mesmo código (BRASIL, 2015).

As provas devem ser produzidas e juntadas aos autos do processo pelas partes, o perito assistirá ao juiz na averiguação das provas, inspecionará, mas de forma alguma produzirá qualquer tipo de prova (HOOG, 2017). O mesmo autor apresenta quatro tipos provas, são elas: a prova pericial, a prova por confissão, a prova documental e a prova via testemunha, tendo como base a legislação processual civil.

A perícia continua sendo prestigiada como meio de prova no NCPC e essa prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação, conforme art. 464 e disposições seguintes desta legislação (BRASIL, 2015).

Por entendimento de Hoog (2017) a mais forte das provas é a perícia, pelo fato de depender de conhecimento técnico e científico. O perito, segundo o autor, orienta o magistrado, para que este possa apresentar conclusões em assuntos que dependam de conhecimentos vinculados a ciência contábil. O detalhamento da prova é importantíssimo, pois podem ser necessários exames específicos para cada área e leigos em contabilidade não são capazes de prever essas exigências.

Diante disto, pode-se dizer que a perícia é importante num processo, pois é com ela que se verifica a realidade dos fatos, das situações ou coisas.

## **2.2 Objetos e objetivos da perícia contábil**

O objeto geral de perícia, conforme Zanna (2013, p. 143) pode ser entendido como “a coisa sobre a qual se debruça o perito, para extrair a verdade que se quer conhecer”. O mesmo autor ainda comenta que o objeto é o assunto discutido nos autos do processo, ou o tema que as partes discordam, e este deve sempre possuir relevância para a instrução e conhecimento do processo.

O objetivo da perícia é sempre mostrar a verdade dos fatos, sendo eles econômicos, comerciais, tributários, securitários, previdenciários, financeiros, trabalhistas, fiscais ou administrativos, tudo conforme cada caso. Obtêm-se resultados a partir da investigação, exame e análise em torno dos fatos alegados no processo. Insere-se também no objetivo, a apresentação dos cálculos, tabelas, gráficos e tudo o que for de utilização do perito contábil para a veracidade da investigação (ALBERTO, 2012; NEVES, 2012; ZANNA, 2013).

Ainda, conforme Alberto (2012) os objetivos específicos da perícia contábil, são:

- a) a informação fidedigna;
- b) a certificação, o exame e a análise do estado circunstancial do objeto;
- c) o esclarecimento e a eliminação das dúvidas suscitadas sobre o objeto;
- d) o fundamento científico da decisão;
- e) a formulação de uma opinião ou juízo técnicos;
- f) a mensuração, a análise, a avaliação ou arbitramento sobre o quantum monetário do objeto; e
- g) trazer à luz o que está oculto por inexatidão, erro, inverdade, má-fé, astúcia ou fraude (ALBERTO, 2012, p. 38).

Assim, de uma forma geral, o objeto é o foco da perícia e objetivo é a apresentação da verdade dos fatos.

## **2.3 O perito contador e os peritos contadores assistentes**

O perito contador é um profissional com independência e autonomia, graduado em Ciências Contábeis e com registro no CRC (BRASIL, 2015; HOOG, 2017). A NBC TP 01 traz que a perícia contábil compete exclusivamente ao contador, desde que este esteja em situação regular, perante o CRC de sua jurisdição (CFC, 2015a).

O juízo nomeia um perito quando o processo necessita de conhecimento técnico e científico, este dará assistência ao processo, em concordância com o art. 156º do NCPC (MANOEL; JUNIOR, 2011; BRASIL, 2015). Manoel e Junior (2011) acrescentam que na perícia a experiência profissional é um elemento fundamental, pois muitas vezes ela que faz a diferença no dia-a-dia do perito.

A atividade pericial é exercida de forma pessoal pelo perito e este deve ser profundo conhecedor da matéria periciada, por suas qualidades e experiências (CFC, 2015b). A nomeação do perito é feita pelo juízo, com foco específico para um processo, compete a este o aceite, caso julgar-se apto à matéria em discussão, ou a recusa do encargo, por impedimento ou suspeição, ou por não conhecimento da matéria (HOOG, 2017). Há ainda possibilidade de o perito ser substituído, conforme art. 468º do NCPC, quando lhe faltar conhecimento técnico ou científico, ou se deixar de cumprir o encargo no prazo (BRASIL, 2015).

Além do perito contador, temos o perito contador assistente. Este deve possuir as mesmas competências e qualidades de um perito contador, é indicado pelas partes litigantes, não estando sujeito a impedimento, pois é de confiança da parte. Para que a indicação seja válida, o mesmo deve ser indicado no prazo e momento apropriado, para posteriormente poder emitir parecer técnico (ZANNA, 2013; HOOG, 2017).

Abaixo Quadro 1 onde há uma comparação com as funções dos profissionais.

Quadro 1 – Comparação dos profissionais:

<b>COMPARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS</b>	
<b>PERITO CONTADOR</b>	<b>PERITO CONTADOR ASSISTENTE</b>
1. Nomeado pelo juiz, podendo ser uma perícia consensual, onde os litigantes escolhem o perito do juiz.	1. Indicado pelo litigante.
2. Contador habilitado.	2. Contador habilitado.
3. Sujeito a impedimento ou a suspeição, previstas no NCPC.	3. Não está sujeito a impedimento, previsto no NCPC.
4. Recebe seus honorários mediante alvará determinado pela Justiça.	4. Recebe seus honorários diretamente da parte que o indicou.
5. O prazo para entrega dos trabalhos é determinado pelo juiz.	5. O prazo de manifestação para opinar sobre o laudo do perito é de 15 dias após a publicação da entrega do laudo oficial.
6. Profissional de confiança do juiz.	6. Profissional de confiança da parte
7. Dever de esclarecer dúvidas (esclarecimentos)	7. Criticar o laudo do perito.

Fonte: Adaptado pela autora com base em Hoog (2017, p. 107).

Nos aspectos éticos, o perito e os assistentes, se igualam aos demais profissionais, conferindo-lhes as mesmas prerrogativas e responsabilidades (HOOG, 2017).

As perícias contábeis judiciais e extrajudiciais são consideradas trabalhos técnicos de contabilidade, conforme art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295 de 1946 que dispõe as atribuições dos profissionais de contabilidade, conjuntamente com a Resolução CFC nº 560, de 28 de outubro de 1983, que dispõe sobre as prerrogativas profissionais. Desta forma, leigos ou profissionais não habilitados não podem elaborar laudos nem pareceres periciais contábeis (BRASIL, 1946; CFC, 1983; HOOG, 2017).

Hoog (2017, p. 133) cita que:

Foi e sempre será uma grande honra, um privilégio impar a nomeação de um contador na função de perito judicial [...] é uma forma de reconhecimento e valorização profissional, ser o auxiliar da mais elevada das prestações de serviço, a Justiça (HOOG, 2017, p. 133).

Desta forma, a perícia contábil compete ao perito contador, pois somente ele tem capacidade técnica e científica de emitir opinião sobre o assunto periciado.

### **2.3.1 Habilitação profissional**

O profissional para exercer a função de perito contador tem o dever de provar a sua habilitação para este encargo. A comprovação pode ser feita pela Certidão de Regularidade Profissional emitida pelos CRCs (CFC, 2015b).

Desde 1º de janeiro de 2017, para exercer a função de perito, o contador deve possuir aprovação no Exame de Qualificação Técnica, conforme disposto na NBC PP 02. Aprovação que garante o registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do CFC (CFC, 2016).

A NBC PP 02 trata exclusivamente sobre o exame de qualificação. Este que tem como propósito avaliar o grau de conhecimento e a competência do contador que pretende atuar ou mesmo aquele que já atuava na área da perícia contábil. Para aprovação o candidato deve acertar no mínimo 60% dos pontos da prova objetiva e da subjetiva (CFC, 2016).

Levando em consideração o exposto, o contador, para exercer a função de perito, deve ser aprovado no exame de qualificação e sempre dar continuidade ao aprimoramento profissional, para complementação de suas habilidades e conhecimentos.

### 2.3.2 Impedimento, suspeição e recusa

O impedimento e a suspeição são ocasiões que proíbem o perito de desempenhar, regularmente, suas funções ou realizar atividade pericial conforme disposto na norma contábil que rege a atuação do contador como perito (CFC, 2015b).

Os impedimentos e suspeições são, por exemplo: ter algum parentesco com uma das partes; ou ter relação de trabalho, nos últimos cinco anos, com uma das partes; ou ser sócio ou membro de direção ou administração de pessoa jurídica parte no processo; ou ser herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes, ou ser amigo íntimo ou ser inimigo capital de qualquer das partes; ou for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes. Os impedimentos e suspeições estão apresentados no art. 144 e 145 do NCPC. O perito também pode julgar-se suspeito por motivo íntimo (BRASIL, 2015; CFC, 2015b).

O perito do juízo, ao verificar que não pode executar suas funções, deve declarar-se impedido, nos termos do NCPC. Já a declaração de suspeição, deve ocorrer tanto por parte do perito do juízo e como do assistente, nos casos que eles constatarem situações que provoquem sua imparcialidade ou independência, prejudicando o resultado do trabalho (BRASIL, 2015; CFC, 2015b).

A recusa do perito dá-se por motivos mais amplos e pessoais, devendo ser formalizada por meio de petição, onde o juiz poderá desobrigá-lo da tarefa que estava designado. As razões da recusa devem ser apresentadas pelo perito na petição enviada ao juiz, podendo ser em função do estado de saúde, ou por falta de tempo, ou por não ter recursos humanos e materiais para aceitar o encargo, ou se o tema não for de seu domínio e necessitasse de outra formação acadêmica (HOOG, 2017).

Hoog (2017, p. 120) ainda salienta que o perito “deve ter dignidade e humildade para recusar a tarefa quando a matéria da lide não for de sua especialidade”, pois o trabalho pericial deve ser de qualidade e cabe a ele ter postura ética de recusar-se.

A partir da verificação de impedimento ou suspeição, o perito tem o dever de dirigir petição ao juiz, indicando escusa e justificando o motivo legítimo, no prazo de quinze dias, contados do início da intimação (BRASIL, 2015; CFC, 2015b). No caso de indicação pela

parte, o perito assistente, se não aceitar o encargo, deve comunicar sua recusa por escrito com suas justificativas para a parte, com cópia ao juízo (CFC, 2015b).

Portanto, o perito que verificar fatores de impedimento e suspeição deverá, por sua sensatez, comunicar ao juízo sua recusa, já que isto poderá prejudicar seu trabalho como perito, sob pena de perder seu registro.

### **2.3.3 Responsabilidades e o zelo profissional**

O perito, conforme NBC PP 01, ao aceitar o encargo para execução de perícias, tem o dever de já ser conhecedor de suas responsabilidades, sendo elas sociais, éticas, profissionais e legais, indiferentemente de qual tipo de perícia executará. Deve atuar com lealdade, idoneidade e honestidade, defendendo também a imparcialidade, cumprir e respeitar os princípios da ética e do direito (CFC, 2015b).

Caso isso não ocorra, a NBC PP 01 dispõe que o perito pode sofrer penalidades e responder civil, criminal, ética e profissionalmente por seus atos e até ficar inabilitado de atuar (CFC, 2015b).

O perito pertence ao rol dos auxiliares da Justiça, conforme traz o art. 149º do NCPC, mas ele não é funcionário público concursado, entretanto, se iguala a um, para efeitos de responsabilidade civil e criminal, e dá fé pública ao seu laudo (BRASIL, 2015; HOOG, 2017).

O perito ainda pode contar com ajuda de uma equipe técnica, ou seja, auxiliares, para execução dos seus trabalhos. Contudo, a responsabilidade pelo trabalho exercido recai totalmente sobre o perito (CFC, 2015b).

A NBC PP 01, também dispõe que o tratamento entre o perito do juízo e o perito assistente deve ser impessoal, restringindo-se ao trabalho técnico e científico, sendo o respeito e a transparência os alicerces para a conclusão do trabalho (CFC, 2015b).

Já o zelo, segundo a definição da palavra, é o cuidado, a atenção, a dedicação, o rigor, o empenho e a pontualidade na realização de uma tarefa (AULETE, texto digital). Desta forma, o perito deve levar em consideração essa definição para a boa realização do seu trabalho.



O perito deve ter zelo ao realizar suas tarefas, como no comportamento, nos documentos a serem periciados, no cumprimento dos prazos previstos e estipulados pelo juízo, também no tratamento com as autoridades e demais profissionais (CFC, 2015b).

Ao executar seus trabalhos o perito deve, conforme NBC PP 01 item 26:

- (a) cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral;
- (b) assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no laudo pericial contábil e no parecer técnico-contábil;
- (c) prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais;
- (d) propugnar pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam eficiência, segurança, publicidade dos atos periciais, economicidade, o contraditório e a ampla defesa;
- (e) ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às consequências advindas dos seus atos;
- (f) ser receptivo aos argumentos e críticas, podendo ratificar ou retificar o posicionamento anterior (CFC, 2015b).

O perito também tem o dever de zelar pela guarda e segurança do processo e dos documentos enquanto estiver na posse deles, sendo sempre diligente (CFC, 2015a). E deve cumprir de todo encargo que lhe foi conferido juntamente com todos os prazos estipulados pelo juiz do processo (BRASIL, 2015).

O perito e os peritos assistentes devem ter o comprometimento com a justiça, revelando sempre a verdade real, pois não é atribuição deles a defesa das partes (HOOG, 2017).

A prestação de informações verídicas é obrigação do perito, caso contrário, ele não poderá atuar, conforme exposto no art. 158 do NCPC:

O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis (BRASIL, 2015).

Então, cabe ao perito emitir sua opinião diante dos fatos periciados, devendo zelar e ter total responsabilidade sobre seus atos, pois sua opinião deve ser imparcial e verdadeira.

### 2.3.4 Honorários

Os honorários são a remuneração a ser paga, ao perito contador, pelos serviços prestados. O perito deve elaborar a proposta de honorários, considerando, segundo item 34 da NBC PP 01, os seguintes trabalhos:

- (a) retirada e entrega do processo ou procedimento arbitral;
- (b) leitura e interpretação do processo;
- (c) elaboração de termos de diligências para arrecadação de provas e comunicações às partes, terceiros e peritos-assistentes;
- (d) realização de diligências;
- (e) pesquisa documental e exame de livros contábeis, fiscais e societários;
- (f) elaboração de planilhas de cálculo, quadros, gráficos, simulações e análises de resultados;
- (g) elaboração do laudo;
- (h) reuniões com peritos-assistentes, quando for o caso;
- (i) revisão final;
- (j) despesas com viagens, hospedagens, transporte, alimentação, etc.;
- (k) outros trabalhos com despesas supervenientes (CFC, 2015b).

De acordo com a norma, na elaboração da proposta de honorários, o perito deve também considerar fatores como a relevância, o vulto, o risco, a complexidade, a quantidade de horas, o pessoal técnico, o prazo estabelecido e a forma de recebimento (CFC, 2015b).

Na Justiça do Trabalho, a reforma trabalhista alterou o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que expõe que o pagamento dos honorários periciais é de responsabilidade da parte sucumbente na pretensão do objeto da perícia, mesmo que tiver o benefício de justiça gratuita (BRASIL, 1943; BRASIL, 2017).

A CLT ainda traz que o juiz, ao fixar o valor dos honorários, deve respeitar o limite máximo determinado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Há também possibilidade dele conceder que os honorários fossem parcelados (BRASIL, 1943; BRASIL, 2017).

O art. 465 do NCPC dispõe que o juiz pode autorizar a liberação de até cinquenta por cento dos honorários em função dos custeios da perícia (BRASIL, 2015). Mas, conforme Magalhães e Lunkes (2008), na Justiça do Trabalho o depósito prévio não existe, o perito pode elaborar uma petição especial que contenha a proposta de honorários, e protocolar de forma separada do laudo pericial ou até em data posterior ao protocolo do laudo. O juízo pode ou não atender a proposta sugerida pelo perito, por isso, os autores recomendam, que a proposta seja bem defendida, apresentada de forma clara e fundamentada, pois o perito

somente saberá o valor que o juiz fixou para o seu trabalho na sentença, e este valor ainda tem possibilidade de ser impugnado pela parte e não haverá oportunidade de manifesto perante a isto.

Em caso de não quitação dos honorários fixados ou arbitrados, eles podem ser judicialmente executados pelo perito, desde que isso ocorra em conformidade com o processo civil (CFC, 2015b).

Os peritos assistentes também têm direito de receber honorários pelos serviços prestados, no entanto, estes podem ser negociados entre o assistente e a parte contratante, sem vínculo ao perito do juízo (HOOG, 2017).

Segundo Hoog (2017), os sindicatos ou associações de peritos sugerem, em tabelas, uma referência de valor a ser cobrado por hora de serviço. O autor ainda salienta que o perito não tem necessidade de seguir esses valores, pois cabe a cada um mensurar o valor do seu serviço, levando em consideração itens como a responsabilidade, a experiência, estrutura operacional e educação continuada.

Há possibilidade de aqueles que não possuem recursos para arcar com as custas, as despesas judiciais e os honorários advocatícios, solicitar a concessão da gratuidade da justiça (BRASIL, 2015). Esse pedido pode ser requerido na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso (BRASIL, 2015).

Dito isso, a elaboração da proposta de honorários é um procedimento que requer o maior número de informações possíveis, para que o perito contador considere todos os fatores necessários e possa estimar o número de horas correspondentes ao seu serviço. Por outro lado, na Justiça do Trabalho os honorários funcionam de forma distinta, o perito apenas apresenta uma proposta de honorários ao entregar do laudo pericial, pois os valores não são discutidos antes da entrega do laudo, e em alguns casos isso pode ocorrer até após a entrega.

## **2.4 A execução da perícia**

A perícia ocorre quando o juiz necessitar de conhecimento técnico e/ou científico. Para que a perícia inicie, primeiramente deve ocorrer a nomeação do perito e indicação dos assistentes técnicos. Após a nomeação, cabe às partes, em até cinco dias, escolher o assistente

técnico ou perito contador assistente e apresentar os quesitos (BRASIL, 2015; MAGALHÃES; LUNKES, 2008).

O juiz é quem intimará o perito para o início dos trabalhos periciais. Após a intimação, estando apto a cumprir o encargo, o perito do juízo comunicará as partes e aos peritos assistentes sobre o local e a data para o início do seu trabalho, caso não designado anteriormente pelo juízo (CFC, 2015a; NEVES, 2012).

Segundo a NBC TP 01, antes do início dos trabalhos, o perito assistente pode manter contato com o perito do juízo e se dispor para a execução da perícia em conjunto. Caso não seja possível a realização da perícia em conjunto, o perito do juízo indicará uma data e local, onde possibilitará acesso e exame dos autos dos elementos de prova encontrados no decorrer da perícia (CFC, 2015a).

O laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil devem possuir fundamentação, por isso, a NBC TP 01 estipula procedimentos a serem seguidos pelos peritos, como o exame, a vistoria, investigação, avaliação, certificação, entre outros (CFC, 2015a). Os procedimentos periciais para fundamentação do laudo pericial estão dispostos nos itens 17 a 24 da NBC TP 01, são eles:

O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.

A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

O arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito (CFC, 2015a).

Como parte do trabalho pericial, a NBC TP 01 apresenta o planejamento. Nesta tarefa, o perito a partir do conhecimento prévio do objeto e objetivo da perícia, planejará a forma que fará a perícia. O planejamento é feito antes do início do trabalho pericial, ou seja, antes das diligências, pesquisas, cálculos, respostas aos quesitos e tudo mais que estiver contido nos autos, servindo como orientação a execução do trabalho (ZANNA, 2013).

O planejamento, conforme item 31 da NBC TP 01, tem como objetivo:

- (a) conhecer o objeto e a finalidade da perícia, a fim de permitir a adoção de procedimentos que conduzam à revelação da verdade, a qual subsidiará o juízo, o árbitro ou o interessado a tomar a decisão a respeito da lide;
- (b) definir a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos a serem aplicados, em consonância com o objeto da perícia;
- (c) estabelecer condições para que o trabalho seja cumprido no prazo estabelecido;
- (d) identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da perícia;
- (e) identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária;
- (f) identificar a legislação aplicável ao objeto da perícia;
- (g) estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares;
- (h) facilitar a execução e a revisão dos trabalhos (CFC, 2015a).

Zanna (2013) ressalta que o planejamento deve restringir-se ao campo objeto de investigação e que essa limitação normalmente está no despacho do juiz ou na sentença, em caso negativo, o perito deve valer-se do que estiver circunstanciado pelos quesitos ou formatar o campo objeto, a partir da peça inicial. Deve, também, levar em conta o período de tempo e à matéria, pois a partir disso decidirá o que será necessário solicitar para realização do seu trabalho.

Sá (2005, p. 31) enfatiza que o planejamento “[...] é a previsão, racionalmente organizada, para a execução das tarefas, no sentido de garantir a qualidade dos serviços, pela redução dos riscos sobre a opinião ou resposta”, é como um guia para o perito.

O perito ao executar a perícia deve se fixar no objeto e no lapso temporal da mesma. E mais, para ter acesso aos documentos e informações necessários para a realização da perícia, o perito deverá solicitar por termo de diligência, tudo que for relacionado ao objeto da perícia (CFC, 2015a).

Segundo o item 40 da NBC TP 01, devem ficar evidenciados no cronograma de trabalho:

[...] todos os itens necessários à execução da perícia, como: diligências a serem realizadas, deslocamentos, necessidade de trabalho de terceiros, pesquisas que serão feitas, elaboração de cálculos e planilhas, respostas aos quesitos, prazo para apresentação do laudo e/ou oferecimento do parecer, de forma a assegurar que todas as etapas necessárias à realização da perícia sejam cumpridas (CFC, 2015a).

No processo é possível a elaboração de quesitos pelo juiz e pelas partes. Os quesitos são indagações e dúvidas técnicas que os envolvidos têm referente ao processo (NEVES, 2012). Os quesitos, segundo Zanna (2013) somente deveriam:

“orientar o trabalho e traçar o rumo da prova pericial, portanto deveriam ser formulados tendo em vista esclarecer os pontos controvertidos e, nesta linha,

deveriam cuidar para que o trabalho do perito fosse feito, exclusiva e unicamente, sobre o objeto da causa (ZANNA, 2013, p. 247).

No entanto, Zanna (2013) lembra que alguns quesitos apresentados pelas partes tendem a ser formulados com intuito de garantir a vitória ou também afastar a atenção do fulcro central, confundindo o perito e por consequência o magistrado, conduzindo estes ao erro.

O perito deve buscar sempre a verdade através dos quesitos e suas contestações, pois eles podem ser os “[...] elos que ligam o perito ao caminho da verdade sobre o fato litigioso” (NEVES, 2012, p. 63). O autor também salienta que a clareza e a objetividade são aspectos imprescindíveis nos quesitos, estes devem ter eficácia e estar ligados a matéria em questão.

No processo também existem as diligências que segundo Zanna (2013) são os atos que o perito e os assistentes fazem para juntar provas e argumentos com fim de preparar o laudo pericial. As diligências podem anteceder o laudo, como acontecer durante a preparação dele, e também após a entrega do laudo.

Conforme Magalhães e Lunkes (2008, p. 43) as diligências são “todos os meios, lícitos, necessários, para obtenção de provas que possam estar fora dos autos”, como exemplo traz o acesso a livros contábeis e documentos arquivados das partes e até ouvir testemunhas.

O Termo de Diligências, segundo item 41 da NBC TP 01, é a ferramenta que o perito utiliza para solicitar “documentos, coisas, dados e informações necessários à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico contábil”. É pelo termo que o perito também informa as partes sobre o início da perícia, com a determinação do local, dia e hora previstos para início dos trabalhos (CFC, 2015a).

O termo redigido pelo perito, entregue as partes é posteriormente juntado ao laudo. Neste termo, o perito pode solicitar tudo o que visa ser necessário para seu trabalho, e pode estabelecer prazos para que as partes cumpram com o solicitado (CFC, 2015a).

Então, para que a perícia seja executada da melhor forma possível, o perito poderá seguir os passos apresentados, evitando assim, equívocos ou até esquecer-se de algum ponto importante para o seu trabalho.

## 2.5 Laudo pericial contábil ou parecer técnico contábil

O laudo pericial contábil é considerado por Sá (2005, p. 43) como sendo “a manifestação literal do perito sobre os fatos patrimoniais devidamente circunstanciados”. Na mesma obra, o autor informa que é um julgamento ou pronunciamento dado por um profissional especialista em contabilidade, baseando-se em seus conhecimentos técnicos e científicos.

A NBC TP 01 apresenta o conceito de laudo e parecer técnico no seu item 48:

O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho (CFC, 2015a).

O laudo e parecer devem ser elaborados de forma circunstanciada, com clareza e objetividade, de forma sequencial e lógica, respeitando as normas do CFC. Os peritos devem utilizar uma linguagem clara e concisa, para facilitar a interpretação dos resultados obtidos e para ciência da prova, por parte dos julgadores e dos envolvidos no processo (CFC, 2015a).

O laudo conterá as respostas pertinentes às questões formuladas pelo juiz e pelas partes, com argumentação e opinião do perito. A apresentação do laudo deve ser de boa qualidade, com objetividade, rigor tecnológico, concisão, argumentação, exatidão e clareza (SÁ, 2005).

Manoel e Junior (2011) falam que para o perito elaborar um laudo legítimo e de confiança precisa observar criteriosamente as normas vigentes e as diligências, examinando com profundidade todos os documentos do auto e respondendo aos quesitos com clareza e precisão.

Um laudo requer respostas que esgotem os quesitos da perícia, sem necessidade de mais esclarecimentos, por isso, o perito baseia-se apenas em fatos concretos e na materialidade de natureza contábil, e não em suposições ou opiniões e testemunhos de terceiros (SÁ, 2005).

A NBC TP 01 determina uma estrutura do laudo e parecer técnico, conforme item 65:

- (a) identificação do processo e das partes;
- (b) síntese do objeto da perícia;
- (c) resumo dos autos;
- (d) metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos;

- (e) relato das diligências realizadas;
- (f) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o laudo pericial contábil;
- (g) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o parecer técnico-contábil, onde houver divergência das respostas formuladas pelo perito do juízo;
- (h) conclusão;
- (i) termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices;
- (j) assinatura do perito: deve constar sua categoria profissional de contador, seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade, comprovado mediante Certidão de Regularidade Profissional (CRP) e sua função: se laudo, perito do juízo e se parecer, perito-assistente da parte. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;
- (k) para elaboração de parecer, aplicam-se o disposto nas alíneas acima, no que couber (CFC, 2015a).

Todas as informações mostradas no laudo e no parecer técnico têm a necessidade de ser tempestivas e verdadeiras, o descumprimento viola o CPC e o perito responderá pelos seus atos e prejuízos causados a parte (MANOEL; JUNIOR, 2011).

O laudo pericial deve ser imparcial e bem elaborado, pois quanto mais conclusivo e quanto maior for a clareza de sua apresentação, menores serão os esclarecimentos necessários e menores as chances de impugnação pelas partes, conforme Manoel e Junior (2011).

As conclusões registradas pelos peritos ao finalizar o laudo pericial contábil ou o parecer técnico-contábil devem ser de forma clara e precisa, contemplando o resultado final alcançado (CFC, 2015a).

Segundo NBC TP 01, item 64, as conclusões apresentadas pelos peritos nos laudos e pareceres devem observar os seguintes itens:

- (a) omissão de fatos: o perito do juízo não pode omitir nenhum fato relevante encontrado no decorrer de suas pesquisas ou diligências, mesmo que não tenha sido objeto de quesitação e desde que esteja relacionado ao objeto da perícia;
- (b) a conclusão com quantificação de valores é viável em casos de: apuração de haveres; liquidação de sentença, inclusive em processos trabalhistas; resolução de sociedade; avaliação patrimonial, entre outros;
- (c) pode ocorrer que, na conclusão, seja necessária a apresentação de alternativas, condicionada às teses apresentadas pelas partes, casos em que cada uma apresenta uma versão para a causa. O perito deve apresentar as alternativas condicionadas às teses apresentadas, devendo, necessariamente, ser identificados os critérios técnicos que lhes deem respaldo;
- (d) a conclusão pode ainda reportar-se às respostas apresentadas nos quesitos;
- (e) a conclusão pode ser, simplesmente, elucidativa quanto ao objeto da perícia, não envolvendo, necessariamente, quantificação de valores (CFC, 2015a).

Ainda há possibilidade de o laudo vir a ser considerado insuficiente pelo juízo. Alguns casos são quando não apresentar opinião satisfatória e esclarecedora. Isso pode ocorrer caso



seja questionável ou ser omissivo, ou quando distorceu opiniões ou for incompleto, ou não satisfazer uma das partes (SÁ, 2005).

Também é possível que o juiz observe e avalie o laudo pericial e não forme sua convicção a partir do laudo, pois ele não é obrigado a seguir o que o perito apresentou, podendo utilizar outros elementos ou fatos provados no processo (BRASIL, 2015).

Ao assistente técnico ou perito assistente cabe a elaboração do parecer técnico contábil, pois é onde ele apresentará sua opinião técnica, a respeito do que verificou no laudo pericial, podendo comentar o laudo do perito do juízo, concordar ou discordar, destacar aspectos favoráveis à parte que o indicou, e até apresentar interpretações errôneas ou distorcidas, entretanto, sua opinião deve sempre ter fundamentação técnica (ORNELAS, 2003).

O laudo pericial contábil pode ser elaborado em conjunto quando realizado por mais de um profissional. O trabalho pericial quando realizado em conjunto pode proporcionar a assinatura em conjunto, quando houver concordância total. No caso de assinatura em conjunto, o perito do juízo elabora o laudo e os demais assinam em conjunto. No caso de haver alguma discordância, os peritos assistentes que discordarem elaboram, em separado, um parecer técnico contábil, apresentando o que não concordam e manifestando seu ponto de vista, justificando-o com argumentos e trazendo a resposta que entende como correta (CFC, 2015a; SÁ, 2005).

A entrega do laudo deve cumprir o prazo estipulado pelo juiz e a formalização e comprovação da entrega dá-se por meio de petição, carta ou ofício, que, posteriormente deve ser anexado aos autos do processo (SÁ, 2005).

Portanto, os laudos e pareceres devem ser emitidos pelos peritos contadores, respeitando as normas, contendo a opinião técnica, imparcial e precisa, trazendo o resultado final alcançado através da perícia realizada e dos fatos encontrados.

## **2.6 Classificações da perícia contábil e a organização da Justiça**

A perícia tem espécies ou classificações distintas, como destaca Alberto (2012), é possível identificá-las e defini-las com relação ao ambiente de atuação que estão instaladas.

Diante disso, detectam-se quatro: a perícia judicial, perícia extrajudicial, a perícia semijudicial e a perícia arbitral.

A perícia judicial é realizada no âmbito do Poder Judiciário, seguindo o CPC, as especificações do magistrado e as normas contábeis aplicáveis em cada caso (ZANNA, 2013).

Neves (2012, p. 23) apresenta que essa perícia tem objetivo de “mostrar fatos para convicção do julgador”. Sua introdução ocorreu com o CPC de 1939, que regulamentou a perícia, a nomeação do perito do juiz e indicação pelas partes (MÜLLER; ANTONIK; JUNIOR, 2011).

A perícia extrajudicial é qualquer perícia que for realizada fora do Poder Judiciário, sem determinação em juízo, tendo como fundamentação apenas a vontade das partes em casos que dependem ou necessitem uma opinião técnica para solução das discórdias (ZANNA, 2013).

Segundo Müller, Antonik e Junior (2011), a perícia extrajudicial, pode ter como objetivo a verificação da veracidade ou não do fato questionado; em matéria conflituosa para discriminar os interesses de cada parte; ou para comprovar algum tipo de fraude, desvio ou simulação. Elas devem seguir o que é estipulado no CPC e nas NBCs, pois se caso não ocorrer à concordância entre as partes, o Poder Judiciário sentenciará sobre o conflito em questão e o trabalho do perito poderá fazer parte do processo como prova inicial (ZANNA, 2013).

A perícia semijudicial é aquela que ocorre dentro do aparato institucional do Estado, mas fora do Judiciário. A sua principal finalidade é ser meio de prova nos ordenamentos institucionais (ALBERTO, 2012).

A perícia semijudicial é tida como uma perícia extrajudicial, entretanto por estar sujeita as regras legais e regimentais, se assemelha bastante à perícia judicial (MÜLLER; ANTONIK; JUNIOR, 2011). É realizada, por exemplo, no âmbito do Tribunal de Impostos e Taxas, e por isso é regida por um magistrado ou autoridade equivalente, respeitando as normas contábeis e o processo civil (ZANNA, 2013).

A perícia arbitral é apontada por Zanna (2013, p. 107) como “um dos três tipos de perícia extrajudicial” e é controlada pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conhecida

como Lei da Arbitragem, sendo uma forma para solucionar conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis (BRASIL, 1996).

A arbitragem ocorre quando as partes não querem resolver o conflito no Poder judiciário. Todavia, segue os moldes de um processo judicial, mas sem envolver o Poder Judiciário em si (KAMEL, 2017).

As partes estabelecem a arbitragem para resolver suas controvérsias e litígios, e essa decisão deve ser em comum acordo, não podendo ser imposta por somente uma das partes (BRASIL, 1996). A arbitragem, segundo Kamel (2017) é um procedimento mais custoso, porém mais rápido do que o processo judicial.

As perícias podem transcorrer na área cível, eleitoral, criminal e do trabalho, conforme exposto por Juliano (2012). O autor acrescenta também, que a área cível e a área criminal acontecem no âmbito federal ou estadual, já a Justiça Trabalhista, ocorrem somente âmbito federal.

Juliano (2012) ainda diferencia as Justiças, na Justiça Federal pelo menos uma das partes é a União ou algum órgão originado dela. A Justiça do Trabalho trata de assuntos relacionados ao trabalho, na qual as partes são normalmente empregados e empregadores. Já a Justiça Estadual, também conhecida como Justiça Comum, trata de processos comuns, em que as partes não estivessem nas modalidades anteriormente tratadas, como possíveis litigantes.

Esta pesquisa tem foco na área trabalhista, em função disso, será apresentada em especial a organização da Justiça do Trabalho.

## **2.7 Justiça do Trabalho**

A Justiça do Trabalho e seus Tribunais pertencem ao Poder Judiciário conforme art. 92 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A Justiça do Trabalho tem por competência processar e julgar, conforme art. 114 da Constituição Federal (1988):

- I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

- IV os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- V os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
- VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- VIII a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
- IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei (BRASIL, 1988).

A Justiça do Trabalho é formada por três instâncias de julgamento e que atuam no país de forma regionalizada (JULIANO, 2012). A estrutura é dividida em três graus de jurisdição, de 1º grau são as Varas do Trabalho e os Postos Avançados, de 2º grau os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) e em 3º grau, instância extraordinária ou grau especial, está o Tribunal Superior do Trabalho (TST) (TRT4, texto digital).

Em primeiro grau ou primeira instância, correm a maior parte dos processos, é onde são ajuizadas e julgadas as controvérsias que surgem nas relações de trabalho e também as ações ajuizadas pelos sindicatos (SANTOS, 2008).

Em segundo grau ou segunda instância, correm os recursos contra as decisões de primeira instância, os dissídios coletivos de âmbito regional, julgam as ações de competência ordinária, como os mandados de segurança contra atos de juízes das Varas e desembargadores do TRT e as ações rescisórias (SANTOS, 2008).

O órgão máximo da Justiça do Trabalho é o TST, que está sediado em Brasília no Distrito Federal, tem como função principal a unificação da jurisprudência trabalhista no país. No entanto, também decide os recursos interpostos contra a segunda instância, que representem divergência de jurisprudência entre os tribunais ou que violem a legislação federal (SANTOS, 2008).

Santos (2008) destaca que além desses órgãos, deve ser mencionado o Ministério Público do Trabalho, que se ramifica em 24 Procuradorias Regionais do Trabalho de acordo com os TRTs, e que se subdividem em Procuradorias do Trabalho nos municípios. Juntos fiscalizam o cumprimento da legislação trabalhista, atuam em ações que envolvam interesses menores, na resolução de conflitos administrativos, ou questões de interesse público que sejam relevantes.

No Rio Grande do Sul, conforme dados do TRT da 4ª Região, a Justiça do Trabalho é composta por instância de 1º grau e 2º grau. Em primeiro grau existem 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, distribuídos em 65 municípios. E a segunda instância é representada pelo TRT da 4ª Região, localizado em Porto Alegre, que possui 11 Turmas Julgadoras e 4 Seções Especializadas. O quadro total da Justiça do Trabalho no estado é formado por 48 cargos de desembargadores, 247 juízes do Trabalho e 3.540 servidores (TRT4, texto digital).

Os TRTs são divididos em 24 regiões distribuídos pelo território nacional brasileiro. Cada TRT tem necessidade de ter ao menos sete juízes, que se compõe em turmas, de cinco juízes, destes, três são escolhidos por meio de sorteio e fazem parte dos julgamentos. Os três juízes que julgam os processos são conhecidos como: relator, revisor e o presidente, que só votam em caso de empate (ALMEIDA, 2010).

O TST é o órgão máximo da justiça do trabalho, é composto por 27 ministros e se localiza na Capital Federal. Os ministros chegam ao TST por merecimento, antiguidade ou pelo quinto constitucional (ALMEIDA, 2010).

O processo na Justiça do Trabalho, segundo Juliano (2012, p. 28) é conhecido como “reclamação trabalhista ou reclamatória trabalhista”. Deste modo, o processo trabalhista é uma das formas que o trabalhador tem de reivindicar seus direitos.

## **2.8 Processo trabalhista**

A Justiça do Trabalho é um campo onde existe grande atuação de peritos, que verificam os registros contábeis efetuados por parte da empregadora em função dos processos postulados (SÁ, 2005).

O autor ainda destaca que a Justiça do Trabalho tem tendência a pender para a parte mais fraca do processo, que normalmente é o empregado. Entretanto, o perito não pode pender para nenhuma das partes, pois ele não se posiciona, somente demonstra a verdade dos fatos.

Os processos ou reclamações trabalhistas, segundo Frediani (2011), classificam-se em rito ordinário, rito sumaríssimo e especial. O primeiro ocorre quando o valor da causa superar quarenta salários mínimos, o segundo quando o valor da causa for inferior a quarenta salários

mínimos e o último são as ações admissíveis na jurisdição trabalhista, mas típicas do processo civil.

As partes do processo, segundo Zanna (2013), são normalmente, o empregado e o empregador, tratados respectivamente de reclamante e reclamado. O autor ainda argumenta que o primeiro supracitado, é a parte que faz a reclamação e o outro, é a parte que sofre a reclamação.

O processo trabalhista pode ser ajuizado até dois anos após a data de demissão do trabalhador, requerendo direitos dos últimos cinco anos anteriores a ação (ZANNA, 2013)

O processo pode ser dividido em duas fases, a fase de instrução e a fase de execução (MAGALHÃES; LUNKES, 2008). A fase de instrução, também conhecida como de conhecimento ou introdutória, é o momento que inicia o processo. É ajuizada em primeira instância, por meio da petição inicial, onde a parte requerente, por si mesmo ou por representação de seu advogado, registra o pedido e as razões do processo. É importante que a petição inicial contenha informações, documentos e até um parecer pericial, que deem fundamentação ao processo e que comprovem as alegações da parte, pois é por esta petição inicial que o juiz analisará e deferirá ou não o processo. É também por essa petição que será interpretado o que foi decidido e o que virá a ser calculado posteriormente (SANTOS, 2008).

Conforme a CLT, a audiência é marcada após a petição inicial ser recebida, protocolada e se preencher os requisitos exigidos. O reclamado receberá a segunda via da petição e será notificado para comparecer na audiência inicial, onde poderá apresentar sua defesa ou contestação. Na audiência, o juiz tentará a conciliação entre as partes, se houver acordo, o processo se reduzirá a termo e o acordo deverá ser cumprido no prazo e condições estabelecidos. No caso de não aceite do acordo, o reclamado apresentará sua contestação (BRASIL, 1943).

A contestação é quando o reclamado apresenta sua defesa, devendo apresentar provas e documentos que neguem ou desmintam o que foi alegado pelo reclamante ou até pode confirmar dados apresentados na petição inicial (SANTOS, 2008).

Diante da recusa na conciliação, o processo seguirá para a audiência de instrução, essa parte contará com o interrogatório dos litigantes e suas testemunhas e se houver, peritos e técnicos. Também contará com a apresentação das provas que cada parte entender como

necessárias para demonstrar a verdade nas suas alegações, além de poder contar com a realização de perícias, onde o laudo poderá ser considerado como uma prova no processo (BRASIL, 1943; SANTOS, 2008).

A audiência de julgamento já é parte decisória do processo e ocorre continuamente à instrução, se isso for possível, senão será marcada uma nova data sem impedimentos. Com a apresentação de provas e laudo pericial, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, não ocorrendo acordo, será dada por encerrada a fase de instrução e o juiz ou presidente julgará os pedidos e pronunciará a decisão através da sentença (BRASIL, 1943).

O pronunciamento da sentença é visado em todo processo trabalhista. A sentença é dada pelo juiz após análise e apreciação da fundamentação da petição inicial, da contestação do reclamado, das provas apresentadas pelas duas partes e também do laudo pericial se for o caso (SANTOS, 2008).

No caso de processo sumaríssimo, a instrução e o julgamento ocorrem em uma audiência única, contemplando todas as partes numa única vez, coleta de provas e também a conclusão do processo para promulgação da sentença (BRASIL, 1943).

Caso uma ou ambas das partes não concordarem com a sentença proferida pelo juiz em primeira instância, há possibilidade de recorrer a instância superior, ou seja, ao TRT, interpondo recurso ordinário, pedindo revisão do julgamento. Após conhecimento do recurso, o mesmo será analisado e posteriormente será redigida a declaração de acórdão. Havendo nova discordância, há possibilidade de interpor recurso a declaração de acórdão, em terceira instância ao TST, conhecido também por recurso de revista. Esse recurso tem um processo similar ao recurso ordinário, e também tem possibilidade de interposição de embargo de declaração. Neste caso, o recurso, conhecido como agravo de instrumento, vai para o Superior Tribunal Federal (BRASIL, 1943; SANTOS, 2008).

A sentença, conforme Santos (2008), é formada por um relatório, que conterá o resumo dos fatos e também a condenação. A parcela condenatória pode ser líquida e ilíquida, a sentença pode ser considerada líquida quando indicar o valor da condenação, neste caso, não há necessidade de um perito contador realizar os cálculos e apurar o valor da dívida. Quando a sentença não contiver o valor condenatório, será considerada ilíquida e passará pela fase de execução, passando pela quantificação ou liquidação.

Após a sentença passar por transito julgado ou coisa julgada, ou seja, “quando a decisão [...] não caiba mais nenhum recurso, tornando imutável o que foi decidido” (SANTOS, 2008, p. 35), inicia-se a fase de execução da sentença, que é, segundo o autor, o momento que se cumpre a determinação judicial.

A fase de execução, segundo Santos (2008), se divide em três etapas, a primeira, é a quantificação, quando a sentença é ilíquida deve ocorrer a complementação da sentença (liquidação); a segunda, é a constrição, ou seja, quando ocorre a penhora dos bens do devedor e demais atos correlatos; e a terceira, é expropriação, quando os bens do devedor são alienados judicialmente.

A quantificação é também conhecida como a fase de liquidação, ou seja, é quando se fixa o valor de cada item da condenação. Impõem-se a necessidade de apuração do débito para posterior início da execução (SANTOS, 2008).

De acordo com a CLT, a liquidação pode dar-se por cálculos, por artigos e por arbitramento. A liquidação por cálculos é realizada por meio de cálculos aritméticos, no entanto, tudo o que for necessário para a realização dos cálculos já deve estar nos autos. Normalmente o contador ou perito contador é quem realiza os cálculos, pois detém conhecimento e habilidade para essa função (BRASIL, 1943; MAGALHÃES; LUNKES, 2008; SANTOS, 2008).

A liquidação por artigos ocorre quando há necessidade de estabelecer o que deve ser liquidado. É a forma de liquidação utilizada quando há possibilidade de um fato influenciar na definição do valor da condenação. Deve-se constituir o que virá a ser liquidado, indicando os itens que farão parte da quantificação e explicando-os minuciosamente, finalizando com a quantia efetivamente devida. No caso de não conter na sentença a forma de liquidação, esta será ser por artigos (MAGALHÃES; LUNKES, 2008; SANTOS, 2008).

A liquidação por arbitramento acontece quando não é possível identificar o montante através da sentença, pois faltam elementos para a fixação do valor devido. Esta forma de liquidação nomeará um perito que realizará a perícia e apresentará um laudo com a apuração do valor devido (MAGALHÃES; LUNKES, 2008; SANTOS, 2008).

Santos (2008, p. 47) enfatiza “o perito não atuará como árbitro, mas sim, buscará obter os elementos técnicos e racionais que permitam ao juiz a fixar o valor exato ou aproximado



do débito”. O perito, através de seu conhecimento técnico e suas habilidades, apurará a quantia devida e confeccionará o laudo pericial que será entregue ao juiz que dará andamento ao processo.

As partes, reclamante e reclamado, que estão envolvidas no processo serão intimadas previamente e poderão apresentar os cálculos de liquidação, juntamente com a contribuição previdenciária incidente, conforme determinado nos autos (BRASIL, 1943).

A CLT dispõe que se os cálculos de liquidação forem complexos, o juiz poderá nomear um perito para a elaboração e após a conclusão, fixará os honorários do perito (BRASIL, 1943).

No entanto, se a sentença contiver indicação de quantia, ou seja, já possuir expresso o valor da condenação, não haverá necessidade de um perito auxiliar na liquidação para posterior fase de execução (SANTOS, 2008).

De forma geral, o perito no processo trabalhista tem como papel principal “apresentar os cálculos que quantificam, monetariamente, o valor dos direitos sentenciados” (ZANNA, 2013, p. 551), sendo ele quem apurará o valor exato da dívida.

A partir do exposto, pode-se ver que o perito contador pode realizar perícia desde o início do processo, na petição inicial, como na parte final, para cálculos do montante do débito conforme dispor a sentença.

## **2.9 Verbas trabalhistas, encargos sociais e atualizações monetárias**

Este subcapítulo abordará as principais verbas trabalhistas, os encargos sociais e as atualizações monetárias incidentes nos processos de reclamação trabalhista.

Oliveira (2017) salienta que o empregador é obrigado por lei a fazer uso da folha de pagamento, pois é nela que serão registrados os proventos e descontos de cada empregado. A folha de pagamento é um documento que deve estar sempre à disposição das entidades fiscalizadoras e também das auditorias. O lançamento da folha de pagamento normalmente é feito através da folha ponto, onde o empregado registra as horas trabalhadas, juntamente com as horas extras e também as faltas e atrasos.

### **2.9.1 Salário e remuneração**

O salário ou remuneração é o retorno financeiro devido e pago pelo empregador em contrapartida do serviço prestado pelo trabalhador ou empregado, fixado no contrato de trabalho. A CLT nos art. 457 a 467 apresenta todo embasamento legal relacionado à remuneração. Essa retribuição recebida possui diversas denominações, como por exemplo, vencimentos, honorários e subsídios (BRASIL, 1943; LEITE, 2017; OLIVEIRA, 2017).

A remuneração, segundo Santos (2008, p. 114), é “a totalidade dos bens fornecidos ou devidos ao empregado pelo trabalho prestado”. Conforme a CLT dispõe, a remuneração compreende além do salário, as gorjetas, as gratificações legais e as comissões. Entretanto, não integram a remuneração, nem incorporam ao contrato de trabalho, nem fazem parte da base de cálculo para encargos trabalhistas e previdenciários, a ajuda de custo, as diárias para viagens, os prêmios, abonos e o auxílio-alimentação se não pago em dinheiro (BRASIL, 1943).

Com isso, verifica-se que existe uma definição para salário e remuneração e que, dependendo da área que o trabalhador estiver inserido, o nome dado à retribuição financeira pode ser bem distinto.

### **2.9.2 Jornada de trabalho**

A CLT traz no art. 58 que a duração do trabalho normal não pode exceder o limite máximo de oito horas diárias, salvo se fixado outro limite. Caso ocorrer variações não excedentes a cinco minutos em cada período, no limite máximo de dez minutos diários não haverá desconto nem jornada extraordinária (BRASIL, 1943).

Já a Constituição Federal (1988) estabelece que a duração do trabalho normal diário não seja superior a oito horas, e quarenta e quatro horas semanais. Em caso de acordo ou convenção coletiva de trabalho, pode haver compensação de horários e também redução da jornada (BRASIL, 1988).

No caso de trabalhos realizados em turnos ininterruptos de revezamento existe a jornada especial, que é de seis horas. Também, facultativamente, há possibilidade de trabalhar doze horas seguidas e descansar trinta e seis horas ininterruptas, desde que sempre sejam observados ou indenizados os intervalos para descanso e alimentação (BRASIL, 1988; BRASIL, 1943).

Então, o empregado e o empregador acordam o horário de trabalho, respeitando sempre a legislação vigente e as especificações de cada jornada de trabalho.

### **2.9.3 Horas extras**

Considera-se hora extra, a hora trabalhada além da jornada normal, e o total dessas horas não deve exceder a duas horas extras diárias. O empregador deverá pagar, no mínimo, mais 50% sobre a hora normal, conforme estipula o art. 59 da CLT (BRASIL, 1943; OLIVEIRA, 2017).

Em caso de previsão no acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas pode ser compensado em outro dia com diminuição do período trabalhado (BRASIL, 1943).

Quando ocorre serviço suplementar, a remuneração destas horas é composta pelo valor da hora normal, mais todas as parcelas de natureza salarial recebidas em razão do trabalho no horário normal, com acréscimo do adicional previsto em lei, conforme Súmula nº 264 do TST (TST, texto digital).

O empregador é obrigado a conceder um intervalo mínimo intrajornada, para repouso e alimentação, quando ocorrer trabalho contínuo, conforme art. 71 da CLT. Quando não ocorrer essa concessão ou ela for parcial, o empregador pagará ao empregado o período total correspondente, em forma de indenização, com acréscimo mínimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, e com posterior repercussão no cálculo de outras parcelas salariais, conforme disposto na Súmula nº 437 do TST (BRASIL, 1943; TST, texto digital).

Conforme disposto, o pagamento de horas extras deve sempre respeitar o mínimo estipulado, não ultrapassar o período máximo diário e o empregador deve indenizar, em forma de horas extras, o intervalo intrajornada não concedido.

#### **2.9.4 Adicional de insalubridade**

No trabalho, operações ou atividades que exponham os empregados ao local insalubre, ou seja, a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, garante ao empregado o direito ao adicional de insalubridade, conforme art. 189 da CLT. Os limites de tolerância são fixados em razão da natureza do agente, da intensidade e também em relação ao tempo de exposição (BRASIL, 1943).

O trabalho em condições insalubres assegura o recebimento de um adicional sobre o salário mínimo regional, considerados entre graus mínimo, 10%, médio, 20%, e máximo, 40%, conforme art. 192 da CLT. Esse adicional integra o salário do empregado para efeito dos cálculos de horas extras, noturnas e os descontos por faltas injustificadas (BRASIL, 1943).

O Ministério do Trabalho e Emprego aprovou a Portaria MTE nº 3.214, de 08 de junho de 1978, com as Normas Regulamentadoras – NR. Dentre elas a NR-15 que trata das atividades e operações insalubres, expõe, por exemplo, o que são consideradas atividades ou operações insalubres, limites de tolerâncias e medidas que podem vir a eliminar ou neutralizar a insalubridade (MTE, 1978; MTE, texto digital).

A Súmula nº 448 do TST expõe que além do laudo pericial constatar a insalubridade, a atividade deve também estar classificada na relação do Ministério do Trabalho e Emprego. A Súmula também caracteriza a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo que deve ensejar o adicional máximo de insalubridade (TST, texto digital).

A eliminação ou neutralização da insalubridade, pode se dar a partir do uso de EPIs ou da adoção de medidas que façam com que o trabalho fique dentro dos limites de tolerância, cessam o direito do empregado de receber o adicional de insalubridade (BRASIL, 1943; MTE, texto digital).

A definição do grau de insalubridade não é feita pelo empregador ou pela empresa, mas sim através de laudos elaborados pela medicina do trabalho com base nas normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

### 2.9.5 Repouso semanal remunerado

O Repouso Semanal Remunerado (RSR), também conhecido como descanso semanal remunerado, é um direito dos trabalhadores conforme instituído pela Constituição Federal (1988), art. 7, inciso XV, e é devido, segundo disposição da CLT, quando o empregado cumprir integralmente o horário de trabalho, devendo ser gozado preferencialmente aos domingos (BRASIL, 1988; BRASIL, 1943).

O empregado tem assegurado, conforme disposto na CLT, um repouso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, e que normalmente deve coincidir com o domingo. A Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949 dispõe especificadamente sobre repouso semanal remunerado, e, trata, também, que a remuneração normalmente corresponde a um dia de trabalho, juntamente com as horas extraordinárias habitualmente prestadas (BRASIL, 1943; BRASIL, 1949).

O TST apresenta a Orientação Jurisprudencial 394, da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais – SBDI I, que expõe que a integração das horas extras provoca a majoração do valor do RSR, mas que essa majoração não deve repercutir nas férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS, pois pode caracterizar o *bis in idem* (TST, texto digital).

Santos (2008) salienta que os salários pagos aos empregados menselistas, aos quinzenais ou aos semanais têm embutido na remuneração o repouso ou descanso remunerado. Aqueles empregados que tem o salário fixado valor por hora ou por dia, devem receber o repouso semanal remunerado, e, este deve constar como uma verba distinta na folha de pagamento.

O cálculo do RSR, conforme Santos (2008), só deve ocorrer se existirem parcelas com valor fixados em horas, dias, unidades e comissão, como por exemplo, um horista ou diarista, ou no caso de horas extras, sobreaviso ou adicional noturno. O cálculo pode ser realizado de duas formas, segundo o autor, o primeiro é com base no número de horas extras correspondentes aos dias de descanso, e a outra, com base no número de dias úteis e não úteis do mês. Esta pesquisa baseou-se na segunda forma de cálculo, onde se apurou os dias úteis e não uteis de cada período.

### 2.9.6 Férias e adicional de 1/3

Anualmente, após doze meses do início do contrato de trabalho, o empregado tem direito ao gozo de um período de férias. As férias são proporcionais às faltas não justificadas e não prejudicam a remuneração do empregado, pois são consideradas tempo de serviço. (BRASIL, 1943).

O gozo das férias anuais são um direito dos trabalhadores conforme art. 7, inciso XVII da Constituição Federal (1988) e a CLT em seu capítulo IV, dos art. 129 a 153, dispõe especificamente sobre as férias anuais (BRASIL, 1943; BRASIL, 1988)

Adquirido o direito às férias, as mesmas deverão ser concedidas pelo empregador em até doze meses subsequentes ao período aquisitivo, em um só período. Se o empregado e o empregador concordarem, as férias poderão ser gozadas em até três períodos, um período não inferior a quatorze dias corridos e os outros dois não inferiores a cinco dias corridos (BRASIL, 1943; SANTOS, 2008).

As férias são remuneradas e tem acréscimo de, pelo menos, um terço a mais em relação ao salário normal do trabalhador (BRASIL, 1988). Se caso as férias forem concedidas após o prazo legal, ou seja, depois dos doze meses subsequentes ao período aquisitivo, o empregador deverá pagar em dobro remuneração respectiva (BRASIL, 1943).

A CLT, no art. 145, traz que até dois dias antes do início do período de gozo das férias, deve ocorrer o pagamento da respectiva remuneração (BRASIL, 1943). Ainda, conforme a Súmula 450 do TST, mesmo que tenha ocorrido o gozo das férias, é devido o pagamento em dobro do valor das férias com o adicional de 1/3 (TST, texto digital).

As férias em relação ao reflexo de FGTS, segundo Santos (2008), possuem uma separação, ou seja, as férias gozadas ou usufruídas e as indenizadas. As indenizadas, juntamente com o adicional de 1/3, não geram reflexos de FGTS, já as férias gozadas por serem de natureza salarial, possuem o reflexo em FGTS. O mesmo acontece com as contribuições previdenciárias e o imposto de renda, somente as férias gozadas constituem base para incidência destes impostos.

Diante disso, as férias podem ser consideradas o período em que o trabalhador recupera suas energias para posteriormente realizar seu trabalho com maior desempenho e dedicação.

### **2.9.7 Décimo terceiro salário**

O décimo terceiro salário é considerado uma gratificação salarial, recebida no mês de dezembro de cada ano, paga pelo empregador ao empregado, e ele é um direito do trabalhador, conforme disposto na Constituição Federal (1988) e instituído pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1962).

Santos (2008) enfatiza o décimo terceiro salário é uma gratificação compulsória, ou seja, obrigatória, devendo ser paga por todos os empregadores. Essa gratificação foi denominada de gratificação natalina, no entanto, adotou-se o termo décimo terceiro salário.

O 13º salário, segundo Santos (2008), integra a remuneração e gera reflexos no FGTS, também faz parte da base de cálculo das contribuições previdenciárias e do imposto de renda.

O valor da gratificação, conforme Santos (2008), é calculado em proporção ao tempo trabalhado, em relação ao salário fixo e também as demais parcelas habitualmente recebidas pelo empregado, como por exemplo, a comissão, as horas extras, adicional noturno. Assim, pode-se dizer que o décimo terceiro salário é um benefício que o empregado recebe por trabalhar durante o ano ou um período do ano.

### **2.9.8 Seguro desemprego**

O seguro desemprego, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, faz parte da seguridade social e é considerado um benefício ao trabalhador. A finalidade deste benefício é o dar assistência financeira temporária ao trabalhador. O benefício somente pode ser percebido quando a demissão for sem justa causa (BRASIL, 1990b).

O benefício também tem função de auxiliar o trabalhador na busca ou manutenção do emprego, proporcionando também orientações, realocação e até qualificação do profissional (BRASIL, 1990b).

O trabalhador dispensando sem justa causa, terá direito ao seguro desemprego se comprovar o recebimento de salário de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, de pelo menos doze meses nos últimos dezoito meses imediatamente anteriores a data da

dispensa, se for a primeira solicitação. Se for a segunda solicitação, deve ter pelo menos nove meses nos últimos doze e para as demais solicitações, deve ter cada um dos seis meses anteriores à dispensa (BRASIL, 1990b).

Para receber o benefício, o trabalhador também não pode estar gozando de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, exceto se for auxílio-acidente e auxílio suplementar. Nem pode estar em gozo do seguro desemprego e não pode possuir renda própria que seja suficiente a manutenção sua e de sua família ou qualquer tipo de vínculo empregatício, sendo ele formal ou informal. E quando for o caso, deve comprovar matrícula e frequência no curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (BRASIL, 1990b).

O trabalhador poderá receber o benefício por período variável de três a cinco meses, podendo ser de forma contínua ou alternada. Ele é pessoal e intransferível e é suspenso caso ocorra admissão em um novo emprego, ou início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, ou início de auxílio-desemprego, ou por meio de recusa injustificada por parte do trabalhador, e cancelado caso ocorra falsidade, recusa, fraude ou morte do segurado (BRASIL, 1990b).

Para o valor do seguro desemprego, deve-se calcular o valor do salário médio dos últimos três meses anteriores a dispensa e aplicar na fórmula, conforme Quadro 2 (MTE, texto digital).

Quadro 2 – Cálculo do seguro desemprego 2018

<b>Faixas de Salário Médio</b>	<b>Valor da Parcela</b>
Até R\$ 1.480,25	Multiplica-se o salário médio por 0.8 (80%)
De R\$ 1.480,26 até R\$ 2.467,33	O que exceder a R\$ 1.480,25 multiplica-se por 0.5 (50%) e soma-se a R\$ 1.184,20
Acima de R\$ 2.467,33	O valor da parcela será de R\$ 1.677,74 invariavelmente

Fonte: Adaptado pela autora com base em MTE (texto digital).

O benefício do seguro desemprego não poderá ter valor menor que um salário mínimo (BRASIL, 1990b). Em função da tabela deste cálculo ser atualizada anualmente, é necessário consultar tabela vigente no período desejado.



### **2.9.9 FGTS**

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e hoje é regido pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e tem as normas regulamentares no Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990. O empregador tem obrigação de depositar, mensalmente, até o dia 07 de cada mês, em conta vinculada, o valor correspondente a 8% sobre a remuneração, ou seja, todas as verbas, pagas ou devidas, no mês anterior como forma de retribuição pelo serviço prestado, esse valor é chamado de FGTS (BRASIL, 1990a; BRASIL, 1990c; SANTOS, 2008).

No caso de extinção do contrato de trabalho, por meio de demissão partindo do empregador, sem justa causa, é dever de o empregador depositar o valor referente ao mês de rescisão e os anteriores, caso não tenha ocorrido no prazo correto. O empregador ainda depositará uma indenização que seja igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados durante o período de contrato de trabalho, atualizados monetariamente e com respectivos juros, e não é permitida a dedução dos saques ocorridos (BRASIL, 1990a).

A Súmula nº 461 do TST apresenta que cabe ao empregador o ônus de comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor (TST, texto digital).

Em casos de cálculo de liquidação de sentença, segundo Santos (2008, p. 382), o que importa é “a forma pela qual o FGTS deve se calculado caso tenha sido deferido em sentença trabalhista”. A sentença que determinará a forma de recolhimento do FGTS quando este for devido ou recolhido incorretamente.

### **2.9.10 Contribuição previdenciária**

A contribuição previdenciária é o valor mensal pago por cada segurado empregado filiado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), essa contribuição é destinada a seguridade social. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 dispõe sobre a organização da Seguridade Social (BRASIL, 1991b).

A contribuição ao INSS incide sobre a remuneração do empregado e a alíquota é estabelecida de acordo com o valor do salário de contribuição do trabalhador. A partir do

salário de contribuição, realiza-se o enquadramento na tabela de alíquotas vigente. Através da aplicação da alíquota sobre o salário contribuição, tem-se o valor da contribuição ao INSS. A tabela de alíquotas com valores dos salários de contribuição é reajustada anualmente (BRASIL, 1991b). A alíquota para recolhimento pode ser de 8%, 9% ou 11%, conforme Quadro 3, vigente para o ano de 2018:

Quadro 3 – Contribuição mensal do INSS 2018

<b>Salário de Contribuição (R\$)</b>	<b>Alíquota</b>
Até R\$ 1.693,72	8%
De R\$ 1.693,73 a R\$ 2.822,90	9%
De R\$ 2.822,91 até R\$ 5.645,80	11%

Fonte: Adaptado pela autora com base em INSS (texto digital).

O valor de contribuição é mensalmente descontado da folha de pagamento e é o empregador que efetuará o desconto e posterior repasse para o INSS (OLIVEIRA, 2017). A contribuição ao INSS possui um limite máximo, em 2018 o salário máximo de contribuição é de R\$ 5.645,80, onde todas as remunerações devem ser somadas e enquadradas conforme Quadro 3 (BRASIL, 1991b; INSS, texto digital). Caso ocorra necessidade de realização de cálculos de anos anteriores, deve-se sempre apurar os valores com base na tabela vigente daquele período.

### 2.9.11 IRRF

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incide sobre os rendimentos recebidos provenientes do trabalho assalariado, conforme disposto no Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, conhecido como Regulamento do Imposto de Renda. O IRRF é calculado sobre rendimentos tributáveis com base na tabela progressiva, deduzidos o INSS devido e caso possuir dependentes, a quantia estipulada por cada um, que é correspondente ao valor de R\$ 189,59 desde 2015 (BRASIL, 1999; RFB, texto digital).

Quadro 4 – Cálculo do IRRF 2018

<b>Base de cálculo (R\$)</b>	<b>Alíquota (%)</b>	<b>Parcela a deduzir do IRPF (R\$)</b>
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Adaptado pela autora com base em RFB (texto digital).

O Quadro 4, é conhecido como Tabela Progressiva, que apresenta a base de cálculo para enquadramento, alíquota incidente sobre a base de cálculo e a parcela a deduzir. A parcela a deduzir representa o valor que deve ser diminuído do resultado entre a multiplicação da base de cálculo e a alíquota (BRASIL, 1999; RFB, texto digital). Desde o ano de 2015 a tabela não possui atualização, mas sempre que forem necessárias apurações referentes a períodos anteriores, é preciso realizar as apurações com base nas respectivas tabelas do respectivo período.

### 2.9.12 Atualização monetária

A correção monetária, segundo Magalhães e Lunkes (2008, p. 61), é “o ajustamento do valor à capacidade de compra da moeda nacional”. A atualização é, na verdade, “mera reposição do valor original da moeda”, pois com a inflação, a moeda encontra-se desvalorizada, e com isso, são passíveis de atualização todas as parcelas deferidas (SANTOS, 2008, p. 452).

Conforme a Súmula 21 do TRT da 4ª:

Os débitos trabalhistas sofrem atualização monetária *pro rata die* a partir do dia imediatamente posterior à data de seu vencimento, considerando-se esta a prevista em normal legal ou, quando mais benéfica ao empregado, a fixada em cláusula contratual, ainda que tácita, ou norma coletiva (TRT4, texto digital).

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho e os TRTs têm elaborado tabelas de correção monetária trabalhista que possuem todas as variações praticadas ao longo do tempo em um só índice (SANTOS, 2008; TRT4, texto digital).

No Rio Grande do Sul, o TRT da 4ª Região desenvolveu a Tabela de Fatores de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas (FACDT) que acompanha os mesmos índices da Tabela Única, que tem como indexador a TR. A tabela FACDT contém os fatores diários e a atualização dos débitos trabalhistas desde outubro de 1966 até hoje (TRT4, texto digital).

A correção através da tabela FACDT é pela “divisão do valor do débito pelo fator diário na data de origem e multiplica-se o resultado pelo fator da data para a qual se quer atualiza” (TRT4, texto digital). A tabela, segundo TRT da 4ª Região, não contempla os juros de mora, então estes devem ser computados sobre o principal corrigido (TRT4, texto digital).

Na elaboração dos cálculos de atualização monetária os peritos contadores devem observar os critérios de atualização determinados pelo juiz do processo, podendo ser, por exemplo, através da TR, da Tabela FACDT e/ou do IPCA-E.

### 2.9.13 Juros

Os juros, conforme Magalhães e Lunkes (2008) podem ser distinguidos como juro remuneratório e juro moratório, o primeiro é cobrado em função do tempo de um contrato, o segundo é cobrado pelo atraso no pagamento após o vencimento do contrato. Segundo o autor, os juros moratórios que são devidos nos processos trabalhistas.

Nos débitos trabalhistas, conforme Santos (2008), os juros de mora são apurados a partir da data do ajuizamento da ação e se houver determinação na sentença, podem-se ter juros anteriores ao ajuizamento. E o mesmo autor frisa que os juros de mora são devidos até a data do pagamento do débito.

A CLT estabelece em seu art. 883, que:

Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial (BRASIL, 1943).

O parágrafo primeiro do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1 de março de 1991, determina que quando os débitos trabalhistas não forem cumpridos deverão ser acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Deve também ser contados do ajuizamento da reclamação e aplicados *pro rata die*, mesmo que não estejam explicitados na sentença ou no termo de conciliação.

O próximo capítulo apresentará os procedimentos metodológicos que foram utilizados no decorrer da pesquisa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos, segundo Chemin (2015), são a forma que o pesquisador conduziu sua investigação e posterior apresentação dos resultados obtidos. Este capítulo traz os procedimentos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa.

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

O tipo de pesquisa, conforme Beuren (2006) é formado por três grupos: quanto à abordagem do problema, quanto aos procedimentos e quanto aos objetivos.

##### **3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema**

As pesquisas, em relação a abordagem do problema, normalmente se classificam em quantitativa ou qualitativa (BEUREN, 2006). A presente pesquisa foi desenvolvida através da abordagem qualitativa, pois os dados foram apresentados, interpretados e analisados buscando a mais profunda compreensão dos processos trabalhistas.

A pesquisa qualitativa prepara análises mais aprofundadas, possíveis de detalhar o quão complexo é o problema. Destaca, compreende, interpreta e classifica particularidades não tratadas pela pesquisa quantitativa, aprofunda a realidade dos fenômenos estudados e na busca do conhecimento (BEUREN, 2006).

Para Chemin (2015), a pesquisa qualitativa trabalha a compreensão mais intensa das razões e motivações do problema, examinando os valores, as atitudes e as percepções do contexto.

### **3.1.2 Caracterização quanto aos procedimentos técnicos**

Os procedimentos são a forma que se guiou o estudo e como se conseguiu os dados para o desenvolvimento do mesmo (BEUREN, 2006). Esta pesquisa teve como procedimentos a pesquisa documental e o estudo de caso.

Documental por ter sido realizada através de materiais e documentos anexos aos processos trabalhistas, como: as folhas de pagamento, os registros de folha ponto, dados dos trabalhadores, a sentença e os laudos periciais. E foi estudo de caso por analisar casos específicos de processos trabalhistas para obter informações detalhadas de cada caso. Nesta pesquisa foram utilizados três processos trabalhistas, que foram denominados de Caso 1, Caso 2 e Caso 3.

A pesquisa documental, segundo Beuren (2006, p. 89), fundamenta-se “em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. É capaz de distinguir, analisar e decifrar uma informação bruta e também organizar informações dispersas, dando sentido e gerando um novo valor e relevância a informação, contribuindo também para uma futura fonte de consulta.

Conforme Martins e Lintz (2013) a pesquisa documental busca documentos não editados, onde a coleta e análise deles podem exigir esforços, e que estes esforços mostram a dedicação e coragem do pesquisador e a confiança que a pesquisa proporcionará.

O estudo de caso define-se como a pesquisa que se centraliza em um único caso, ensejando o aprofundamento do conhecimento em um assunto específico (BEUREN, 2006). Gil (2017, p. 34) destaca que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”, sendo essa modalidade de pesquisa a que melhor consegue esmiuçar a situação.

Gil (2017, p. 34) complementa que o estudo de caso tem diferentes propósitos quando da sua utilização:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2017, p. 34).

No estudo de caso as normas a serem seguidas pelos pesquisadores são mais flexíveis do que nos outros tipos de procedimentos, mas exige maior número de decisões por parte deles. Também requer diversas habilidades e conhecimento dos pesquisadores (GIL, 2009).

### **3.1.3 Caracterização quanto aos objetivos**

Em relação aos objetivos, as pesquisas podem ser: exploratória, descritiva e explicativa (BEUREN, 2006; CHEMIN, 2015). Esta pesquisa contemplou dois tipos em função de seus objetivos: exploratória e descritiva.

A pesquisa foi exploratória, pois buscou ampliar e aprofundar as informações dos processos, e foi descritiva, porque contém a análise e o estudo de cada processo, apresentando as características de cada um, confrontando dados e cálculos realizados pelos peritos contadores contratados.

A pesquisa exploratória, para Beuren (2006), é aquela que busca mais informações e maior profundidade do assunto, clareando e auxiliando no direcionamento da pesquisa. Quando o assunto possuir questões superficiais a pesquisa exploratória auxilia no esclarecimento delas ou até encontrar outra visão sobre o assunto.

Gil (2017) apresenta ainda que as pesquisas exploratórias têm o intuito de aproximar e proporcionar um maior domínio do problema, possibilitando a construção de hipóteses e tornando-o mais compreensível.

Já a pesquisa descritiva descreverá “as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis” (CHEMIN, 2015, p. 58). Nessa pesquisa há estudo e análise por parte do pesquisador, mas em nenhum momento o pesquisador manipulará os fatos e dados (BEUREN, 2006).

### **3.2 População e a amostra da pesquisa**

Esta pesquisa possuiu como população os processos trabalhistas disponibilizados pela Vara de Trabalho do município de Lajeado/RS, e a escolha da amostra foi de três processos trabalhistas, com laudos periciais de liquidação de sentença, elaborados por perito contador. Esta pesquisa utilizou-se da amostragem não probabilística intencional, pois a partir dos objetivos e critérios da pesquisa, os processos a serem analisados foram intencionalmente escolhidos.

A população e amostra, segundo Chemin (2015) são as informações do ambiente que virá a ser examinado. A autora ainda relata que a população é tudo o que possuir informações pertinentes ao problema de pesquisa, já a amostra seria uma parte da população delimitada.

Beuren (2006) salienta que a população são todos os elementos que possuem ao menos uma característica em comum. Desta forma, a população pode ser extensa, então há possibilidade de restringi-la, delimitando-a em uma pequena parte, a amostra.

A amostra deve ser realmente representativa em relação à população, pois é conhecida como uma fração ou parte da população, um subconjunto, delimitado pela impossibilidade de análise de toda população (BEUREN, 2006).

Para Beuren (2006) na amostragem não probabilística intencional o pesquisador tem necessidade de conhecer bem a população, pois a escolha das amostras é feita a partir das informações que o pesquisador tem disponíveis, de critérios ou objetivos definidos, ou seja, intencionalmente.

### **3.3 Plano de coleta de dados**

Nessa pesquisa, a coleta de dados foi documental, realizada através de dados secundários, ou seja, através dos processos já findados da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS e de pesquisas em legislações e documentos que tratavam do assunto.

A realização de uma pesquisa traz a necessidade de se ter acesso aos dados que serão estudados e analisados, por esse motivo ocorre à coleta de dados. Que é onde o pesquisador busca a fundamentação da sua pesquisa (DIAS; SILVA, 2010).



Chemin (2015) define que o plano de coleta de dados é a descrição de como e quais foram as formas ou técnicas utilizadas para obtenção dos dados necessários.

O pesquisador deve valer-se de regras, normas ou processos que o direcionem para a coleta de dados e que o façam alcançar os objetivos da pesquisa. Visando a obtenção de dados que contribuam para as respostas das pesquisas (BEUREN, 2006).

A pesquisa documental é uma das técnicas de coleta de dados (GIL, 2012). Os documentos são uma valiosa fonte de dados e a pesquisa documental é realizada através dos documentos e de informações dispostos em livros, revistas, artigos, jornais, fotos, vídeos, papéis oficiais, e também nos livros contábeis, desde que tudo seja autêntico e que não possua fraude (BEUREN, 2006; GIL, 2012).

### **3.4 Tratamento e análise dos dados**

Concluída a coleta de dados, iniciou-se o processo de tratamento e análise dos dados. Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados e interpretados, visando a resolução do problema e alcançando os objetivos propostos.

A análise documental ocorreu a partir dos processos coletados na Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Foi realizada a análise e descrição de cada processo escolhido, também ocorreu a análise da relação do laudo pericial com a sentença do juiz, a análise das verbas deferidas e por fim, apurou-se os cálculos de liquidação com a conferência e comparação ao laudo pericial apresentado pelo perito contador em cada processo.

Analisar, conforme Beuren (2006) é trabalhar com todos os elementos e dados obtidos, transformando-os em informações para resolver o problema. A análise ocorre de forma sistematizada, primeiramente deve encontrar formas para organizar o que foi coletado na pesquisa, e posteriormente, analisar e interpretar com profundidade esses dados.

Segundo Chemin (2015), a análise dos dados tem objetivo de resumir, classificar e organizar os dados e informações para conseguir responder o que a pesquisa está buscando. Costa e Costa (2017) expõem que os dados coletados normalmente não têm um significado particular, e somente com a análise e interpretação poderão ser transformados em informação útil ao pesquisador.

Segundo Beuren (2006) o processo de análise dos dados divide-se em três categorias, uma delas é a análise documental. Ela trata da abordagem de dados qualitativos e quantitativos, através de coletas de informações em materiais escritos, concentrando-se nos documentos. É a rerepresentação da informação coletada de uma forma resumida.

De acordo com Gil (2009) no estudo de caso, as fontes documentais são fundamentais, porque o pesquisador consegue obter informações específicas que comprovem os resultados da pesquisa que realiza. Documento, segundo o autor, é qualquer resquício registrado pelo ser humano, em forma de documentação que possa servir de comprovação a algum fato.

Por fim existe a interpretação dos dados que tem como objetivo dar um sentido mais amplo aos dados e respostas obtidas, examinando-as com maior profundidade e verificando suas consequências (BEUREN, 2006; CHEMIN, 2015).

### **3.5 Limitações do método**

Os métodos possuem limitações, a limitação é importante, pois, conforme Martins e Lintz (2013), não há possibilidade de explorar todos os pontos de um fenômeno. Ocorrendo, então, as limitações dos métodos.

Esta pesquisa teve como limitações a dificuldade de acesso aos processos na Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Em um primeiro momento não foi autorizada a liberação dos processos trabalhista, mas após algumas argumentações, alguns processos foram liberados. Diante dos processos disponibilizados, foi possível a análise e conclusão desta pesquisa.

Outra limitação foi encontrar nos processos disponibilizados laudos periciais com peritos contadores distintos, pois normalmente os cálculos de liquidação de sentença foram elaborados pelo mesmo perito. Outro ponto a ser considerado é a impossibilidade do acesso aos documentos originais das partes, dificultando a compreensão e análise de alguns dados e informações.

## **4 CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS**

Este capítulo contém a caracterização dos processos que foram à base da presente pesquisa. A pesquisa conteve três processos trabalhistas da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS e as principais características deles são apresentadas abaixo, juntamente com os critérios gerais utilizados para a escolha dos mesmos.

Para a escolha dos casos buscou-se processos que contemplassem laudos periciais de liquidação realizados por peritos contadores. Outro critério foi que os processos deveriam possuir laudos elaborados por peritos distintos e que os laudos tivessem homologação das partes do processo.

Os processos escolhidos foram renomeados como: Caso 1, Caso 2, Caso 3, evitando, assim, qualquer reconhecimento das partes.

No Caso 1, a reclamante desempenha a função de monitora infantil, desde 05 de agosto de 2011 e no momento da postulação da reclamação trabalhista possuía contrato vigente.

Os pedidos ajuizados pela reclamante foram aceitos parcialmente, sendo rejeitados os pedidos de diferença salarial referente à integração do vale alimentação ao salário contratual nos anos de 2011 e 2012, pois a vantagem foi instituída com previsão expressa de não integração no salário e no computo para cálculo de qualquer outra parcela recebida; e a indenização do art. 467 da CLT, pois o contrato de trabalho continuava em vigência.

Um dos itens aceitos foi o pagamento da dobra de férias concedidas no prazo, inconformada com a sentença, a reclamada interpôs recurso ordinário referente a este item,

mas os desembargadores integrantes da 2ª Turma do TRT da 4ª Região negaram por unanimidade o recurso. Com isso, o processo seguiu para a execução e posterior cálculo de liquidação de sentença.

No Caso 2, a reclamante atua na função de servente desde 11 de julho de 2012 e possuía contrato vigente na postulação da reclamação trabalhista. O juízo indeferiu a reclamação movida pela reclamante contra a reclamada.

O pedido de insalubridade foi julgado como improcedente, porque as atribuições expostas estão fora dos limites normativos autorizadores do deferimento do adicional de insalubridade em grau máximo e que pelo fato da reclamante receber Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) periodicamente, estes eram suficientes à elisão da insalubridade dos agentes com os quais laborava.

A reclamante interpôs recurso ordinário, alegando que a decisão deve ser reformada, pois o trabalho que exercia era passível do adicional de insalubridade, baseando-se também no laudo pericial elaborado e apresentado no decorrer do processo.

Após exame das alegações, os desembargadores da 4ª Turma do TRT 4ª Região, por unanimidade, aceitaram o recurso da reclamante. A reclamada interpôs Recurso de Revista acerca dos honorários advocatícios. Ocorreu então a manifestação da reclamante que requereu a renúncia do direito à parcela dos honorários assistenciais. Não houve a interposição de Agravo de Instrumento pela reclamada, assim os autos foram remetidos ao Juízo de origem para o regular prosseguimento do feito e posterior liquidação.

No Caso 03, o reclamante exercia a função de vendedor externo, atendendo cidades como Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio, Venâncio Aires e o Litoral. O contrato de trabalho iniciou-se em 27 de outubro de 2014 e foi dispensado em 15 de junho de 2016, sem justa causa, com aviso prévio trabalhado, e com indenização de três dias, finalizando assim em 18 de junho de 2016. Diante disto, o reclamante ajuizou a reclamação trabalhista contra a reclamada em 17 de julho de 2016.

Os pedidos postulados na reclamação foram acolhidos em parte, sendo rejeitados itens como: o pagamento do salário mensal da categoria anotado em CTPS e constante das folhas de pagamento que jamais teriam sido pagos durante todo o contrato de trabalho, juntamente com integração das comissões pagas à base salarial, pois o autor não se desincumbiu do ônus

da prova que lhe cabia; pagamento das diferenças relativas aos descontos indevidos e efetuados ilicitamente no decorrer do contrato de trabalho, referentes a pasta e catálogo de mostruário dos produtos para demonstração aos clientes, além de jaquetas e camisas polo de uniforme, cujo uso era exigido pela empresa, mas não houveram provas relativas a esses descontos; solicitou a anotação correta do período trabalhado e do aviso-prévio com retificação da CTPS, mas o documento do aviso prévio foi datado e assinado pelo reclamante consignando o aviso-prévio no dia 16/05/2016 e rescisão contratual no dia 15/06/2016. O termo de rescisão do contrato de trabalho registra que o aviso prévio foi trabalhado e não teve quaisquer ressalvas na homologação sindical, não possuindo qualquer elemento convicto para retificação.

Findada a sentença, e sem interposição de recursos, os pedidos acolhidos no processo seguiram para a liquidação da sentença.

## **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo são analisados a sentença e os respectivos cálculos e laudos de liquidação dos três processos trabalhistas identificados e caracterizados no capítulo anterior. Os processos foram analisados desde os pedidos da petição inicial, a contestação das reclamadas e as contra argumentações, possibilitando uma melhor análise dos casos para fundamentação deste capítulo.

A partir da análise da sentença e do laudo pericial apresentado em cada processo, aqui denominados de Casos, os cálculos de liquidação foram elaborados e os respectivos resultados são apresentados no decorrer deste capítulo.

As tabelas que serão apresentadas os cálculos de liquidação conterão uma coluna identificada como apuração do perito, os valores nelas apresentados foram extraídos do laudo pericial elaborado pelo perito contador anexado ao processo. Também conterá uma coluna identificada como diferenças, esta coluna apresentará as diferenças entre os cálculos apurados por esta pesquisa e os valores apresentados no processo.

### **5.1 Caso 1**

A reclamação trabalhista, nomeada como Caso 1, movida pela reclamante, monitora infantil, iniciou-se através de petição inicial na data da autuação de 28 de setembro de 2015.

### **5.1.1 Fase de instrução e conhecimento**

O início das atividades como monitora infantil, segundo informações da reclamante, iniciou em 05 de agosto de 2011 e era vigente até a postulação da reclamação trabalhista.

Na petição inicial, a reclamante alegava que o vale-alimentação recebido nos anos de 2011 e 2012 possuía natureza salarial, mas não era integrado à verba salarial para fins de cálculo de outras diferenças salariais. Também alegava que gozava férias em janeiro de cada ano, mas que o reclamado não procedia ao pagamento antecipado da remuneração das férias. Relatou, ainda, que fazia jus a um intervalo intrajornada de quinze minutos por dia de trabalho não concedido pelo demandado nos anos de 2011 e 2012. Requereu, também, a isenção de tributos ou indenização por igual valor, o pagamento da multa prevista no artigo 467 da CLT, bem como a concessão do benefício da assistência judiciária e o pagamento de honorários advocatícios no importe de 15% (quinze por cento) sobre a condenação.

Tendo em vista a parte demandada e a matéria em discussão, o juízo julgou desnecessária a designação de audiência inicial e solicitou a notificação do reclamado para apresentar sua defesa, juntando a contestação e os documentos.

A parte reclamante foi notificada em 26 de outubro de 2015 para se manifestar sobre os documentos apresentados pela parte reclamada e, dizer se há necessidade de prova em audiência, com a indicação precisa da sua finalidade. A parte não se pronunciou. As duas partes foram notificadas em 11 de novembro de 2015 sobre a necessidade de provas em audiência. A parte reclamada se pronunciou em 16 de novembro de 2015 pela não necessidade de outras provas e a reclamante não se pronunciou. Em 02 de dezembro de 2015, o juízo declarou encerrada a instrução.

### **5.1.2 Sentença**

A sentença se deu em 10 de dezembro de 2015 e os pedidos da reclamante foram parcialmente aceitos. A reclamada foi condenada a pagar a reclamante: o valor de horas extras em razão da não concessão do intervalo de quinze minutos nos dias de trabalho em jornada de seis horas, com as repercussões decorrentes nas férias com 1/3, 13º salário e repousos remunerados, ficando a condenação limitada até 31.12.2012; e um mês de remuneração

correspondente ao período de férias concedido em janeiro de 2012, cuja remuneração, em parte, se deu fora do prazo do art. 145 da CLT.

Também era devido o FGTS incidente sobre as parcelas de natureza salarial, acima acolhidas, a reclamada tem o dever de realizar o depósito do valor em conta vinculada em nome da autora.

Após apuração da liquidação da sentença foram autorizados os descontos previdenciários e fiscais a encargo da reclamante e que incidiram juros e correção monetária na forma da lei.

Finalizada a sentença, o juízo, tornou-a transitada em julgado, requerendo que esta fosse cumprida em prazo legal e que as partes fossem notificadas.

A reclamada, insatisfeita com a decisão, interpôs recurso ordinário, em 18 de dezembro de 2015 buscando a reforma do julgado quanto à condenação ao pagamento de férias e no que diz respeito às contribuições previdenciárias.

Em 11 de maio de 2016, os desembargadores integrantes da 2ª Turma do TRT da 4ª Região acordaram, por unanimidade, negar o provimento ao recurso ordinário do reclamado.

O acórdão transitou em julgado em 31 de maio de 2016 e em 14 de junho de 2016 o juízo facultou as partes para elaboração do cálculo de liquidação, com observação aos critérios apresentados. No caso de silêncio das partes, o juízo nomeou um perito contador para a elaboração dos mesmos.

A reclamada requer que os cálculos sejam elaborados por perito designado pelo juízo, mas não concordou com os critérios determinados e constantes para atualização. Em 26 de julho de 2016, o juízo reconsiderou e determinou a incidência da correção monetária pela variação da Taxa Referencial - TR. A parte reclamante não se manifestou. O perito contador do juízo foi notificado para apresentação do laudo de liquidação no prazo de 20 dias.

### **5.1.3 Elaboração dos cálculos**

O perito contador, nomeado pelo juízo, apresentou os cálculos de liquidação de sentença através de laudo pericial dividido em três partes, a primeira apresenta a identificação



e resumo de cálculo, a segunda apresenta a sentença, e a terceira, os efetivos cálculos de liquidação de sentença. Diante disto, a seguir serão apresentados os cálculos de liquidação elaborados por esta pesquisa referente às alegações que foram aceitas, também serão apresentados os valores calculados pelo perito do juízo.

### 5.1.3.1 Intervalo intrajornada

Na sentença, o juízo condenou o reclamado a pagar horas extras em razão da não concessão do intervalo de quinze minutos nos dias de trabalho em jornada de seis horas, com as repercussões decorrentes nas férias com 1/3, 13º salário e repousos remunerados, ficando a condenação limitada até 31 de dezembro 2012.

Será apresentado, na Tabela 1, o cálculo referente à condenação exposta acima.

Tabela 1 – Horas extras referentes ao intervalo intrajornada

Período	Salário base de cálculo	Valor da hora extra (HE)	Dias trabalhados	HE devidas	Valor devido de HE	Apuração do perito	Diferenças
08/2011	755,45	7,55	19	4,75	35,88	24,46	11,42
09/2011	755,45	7,55	20	5,00	37,77	25,75	12,02
10/2011	755,45	7,55	20	5,00	37,77	25,75	12,02
11/2011	755,45	7,55	18	4,50	34,00	23,18	10,82
12/2011	785,67	7,86	20	5,00	39,28	26,80	12,48
01/2012	785,67	7,86	2	0,50	3,93	2,68	1,25
02/2012	785,67	7,86	19	4,75	37,32	29,98	7,34
03/2012	836,74	8,37	19	4,75	39,75	27,12	12,63
04/2012	836,74	8,37	20	5,00	41,84	28,55	13,29
05/2012	836,74	8,37	22	5,50	46,02	31,41	14,61
06/2012	836,74	8,37	19	4,75	39,75	27,12	12,63
07/2012	836,74	8,37	22	5,50	46,02	31,41	14,61
08/2012	836,74	8,37	23	5,75	48,11	32,83	15,28
09/2012	836,74	8,37	18	4,50	37,65	25,70	11,95
10/2012	836,74	8,37	21	5,25	43,93	29,98	13,95
11/2012	836,74	8,37	19	4,75	39,75	27,12	12,63
12/2012	836,74	8,37	16	4,00	33,47	22,84	10,63
<b>Total</b>							<b>199,55</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Para a base de cálculo das horas extras foram computadas todas as parcelas de natureza salarial recebidas em razão do trabalho no horário normal. O valor da hora extra é composto do valor da hora e acrescido do adicional de 50%, conforme previsto em sentença.

Apurou-se a base de cálculo através da ficha registro e fichas financeiras, após utilizou-se o divisor 150, em função horas mensais constante na ficha registro da reclamante. Multiplicou-se por 1,5 e obteve-se o acréscimo equivalente a 50%.

Para cada dia trabalhado deve ser pago 15 minutos de hora extra, ou seja, 0,25 de hora. Com base nas folhas ponto, constante no processo, foi apurado os dias trabalhados para apuração do total de horas extras devidos em cada mês. Os dias úteis do mês foram multiplicados por 0,25, que resultou nas horas extras devidas por mês. Exposto esse resultado, multiplicou-se as horas extras devidas pelo valor da hora extra.

Através dessa apuração, pôde-se verificar que houve diferenças entre o cálculo apresentado pelo perito do juízo no processo, e os apresentados nesta pesquisa. A diferença mais expressiva foi ocasionada pela utilização do divisor 150, equivalente a 150 horas mensais. O perito do juízo utilizou divisor de 220, equivalente ao trabalho de 220 horas mensais. No entanto, a ficha de registro do empregado, constava que a carga horária mensal de trabalho era de apenas 150 horas mensais.

Outra diferença encontrada foi o salário em fevereiro de 2012, pois a alteração para R\$ 836,74, ocorreu apenas em 01 de março de 2012 e não em fevereiro conforme considerado pelo perito do juízo.

De acordo com a sentença, o valor de horas extras deve repercutir no repouso remunerado, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Apuração do RSR sobre horas extras

Período	Valor devido de HE	RSR	Dias úteis	Valor RSR	Apuração do perito	Diferenças
08/2011	35,88	4	23	6,24	4,26	1,98
09/2011	37,77	6	24	9,44	6,44	3,00
10/2011	37,77	6	25	9,07	6,18	2,89
11/2011	34,00	6	24	8,50	7,05	1,45
12/2011	39,28	4	24	6,55	4,47	2,08
01/2012	3,93	0	2	-	-	-
02/2012	37,32	4	25	5,97	4,79	1,18
03/2012	39,75	4	27	5,89	4,02	1,87
04/2012	41,84	6	24	10,46	7,14	3,32
05/2012	46,02	5	26	8,85	6,28	2,57
06/2012	39,75	5	25	7,95	6,78	1,17
07/2012	46,02	5	26	8,85	6,03	2,82
08/2012	48,11	4	27	7,13	4,87	2,26
09/2012	37,65	7	23	11,46	7,82	3,64
10/2012	43,93	6	25	10,54	7,19	3,35
11/2012	39,75	6	24	9,94	6,78	3,16

(Continua...)

(Conclusão)

Período	Valor devido de HE	RSR	Dias úteis	Valor RSR	Apuração do perito	Diferenças
12/2012	33,47	4	20	6,69	4,57	2,12
<b>Total</b>						<b>38,85</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Para este cálculo, utilizou-se a quantidade de domingos, feriados e os dias úteis de cada mês. O valor devido de horas extras, extraído da Tabela 1, foi dividido pelos dias úteis, e multiplicado pelos domingos e feriados, identificados na Tabela 2 como RSR. Resultando assim no valor do RSR, sendo comparado com a apuração do perito e gerando diferenças em função da utilização do divisor 220, conforme exposto anteriormente.

Quanto ao cálculo do RSR, a funcionária rasurou a folha ponto em algumas datas, como, por exemplo, no mês de novembro de 2011, duas datas ficaram rasuradas, uma somente com o início preenchido e outra com riscos. O perito do juízo considerou como se sete dias fossem domingos e feriados, e vinte e três fossem úteis, ao analisar o calendário verificou-se que existiam dois feriados, quatro domingos e vinte e quatro dias úteis.

No mês de fevereiro de 2012, preencheu o horário de trabalho referente à véspera e o carnaval e ao final da ficha registro, no campo observações, informou que o preenchimento foi feito por engano. A partir disto foram considerados 25 dias úteis e 4 domingos e feriados. Já no mês de maio de 2012 o perito considerou como se o mês possuísse apenas trinta dias, no entanto o correto é considerar trinta e um dias, ocasionando uma diferença no valor de RSR.

Em junho de 2012, na folha ponto, o dia 29 possuía informação de parada pedagógica, pelo perito, este dia foi considerado como domingo ou feriado, no entanto, esta pesquisa considerou como sendo dia útil, mas sem pagamento de horas extras, pois não houve o registro das horas realizadas.

Apresenta-se abaixo a Tabela 3, que expõe os valores totais referentes às horas extras e o RSR.

Tabela 3 – Total horas extras com RSR

Período	Valor total devido	Apuração do perito	Diferenças
08/2011	42,12	28,72	13,40
09/2011	47,22	32,19	15,03
10/2011	46,84	31,93	14,91
11/2011	42,49	30,23	12,26
12/2011	45,83	31,27	14,56
01/2012	3,93	2,68	1,25
02/2012	43,29	34,77	8,52

(Continua...)

(Conclusão)

Período	Valor total devido	Apuração do perito	Diferenças
03/2012	45,63	31,14	14,49
04/2012	52,30	35,69	16,61
05/2012	54,87	37,69	17,18
06/2012	47,69	33,90	13,79
07/2012	54,87	37,44	17,43
08/2012	55,24	37,70	17,54
09/2012	49,11	33,52	15,59
10/2012	54,47	37,17	17,30
11/2012	49,68	33,90	15,78
12/2012	40,16	27,41	12,75
<b>Total</b>			<b>238,41</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

A soma do valor devido de horas extras mais o valor do RSR resultam no valor total devido a reclamante. A Tabela 3 é, na verdade, um resumo das Tabelas 1 e 2, pois apresenta na coluna valor total devido os valores totais apurados nesta pesquisa, que são a soma da coluna valor devido de HE da Tabela 1 e o valor do RSR da Tabela 2. O mesmo acontece com a coluna apuração do perito, pois apresenta a soma da coluna apuração do perito da Tabela 1 e da Tabela 2.

Na sequência apresenta-se a Tabela 4 que se refere aos 13º salários dos anos de 2011 e 2012 em relação às horas extras, conforme limitação estipulada na sentença.

Tabela 4 – Apuração do reflexo de 13º salário sobre horas extras

13º Salário	Valor da HE	HE do período	Média de HE	Valor total devido	Apuração do perito	Diferenças
13º/2011	7,86	24,25	4,85	15,88	11,19	4,68
13º/2012	8,37	54,50	4,95	41,46	26,86	14,60
13º/2013	-	-	-	-	2,64	- 2,64
<b>Total</b>						<b>16,64</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Em 2011, apurou-se 24,25 horas extras, correspondendo ao período de agosto de 2011 a de dezembro de 2011, equivalendo a uma média mensal de 4,85 horas. Para este cálculo, utilizou-se para base de cálculo o valor da hora vigente no momento do pagamento do 13º salário. A média de horas extras foi multiplicada pelo valor da hora extra do mês de dezembro de 2011, que é o mês do pagamento do 13º salário. O resultado da multiplicação refere-se ao valor de um ano de trabalho, no entanto, é necessário reconhecer apenas o valor proporcional, pois o contrato de trabalho iniciou-se apenas em agosto, representando assim 5/12 avos do total apurado.

Já para o ano de 2012, apurou-se o equivalente a 54,5 horas extras referentes a 11 meses de trabalho, gerando uma média mensal de 4,95 horas. A média mensal foi

multiplicada pelo valor da hora extra do mês de dezembro do mesmo ano, obteve-se assim o valor devido referente a 2012. Considerou-se apenas 11 meses para cálculo da média de 2012, pois em janeiro a reclamante estava em gozo de suas férias.

Na sentença foi estipulado o período que deveria haver pagamento de horas extras, no entanto, o perito do juízo calculou valores como se houvesse repercussão também no pagamento do 13º salário do ano de 2013, o que ocasionou as diferenças apresentadas.

A sentença também estipulou que as horas extras devem ter repercussão nas férias e no adicional de 1/3 de férias, conforme será apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Férias e adicional de 1/3 sobre horas extras

Período aquisitivo	Gozo das férias	Valor da HE no gozo	HE do período	Média de HE	Valor devido de Férias	Valor do adicional de 1/3	Valor total devido	Apuração do perito	Diferenças
05/08/2011 a 31/12/2011	jan/2012	7,86	24,25	4,85	15,88	5,29	21,17	35,81	- 14,64
01/01/2012 a 31/12/2012	jan/2013	8,37	54,50	4,95	41,46	13,82	55,28	35,82	19,46
01/01/2013 a 31/12/2013	-	-	-	-	-	-	-	2,54	- 2,54
<b>Total</b>									<b>2,28</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

O primeiro período aquisitivo é referente a 05 de agosto de 2011 a 31 de dezembro de 2011, gozado em janeiro de 2012, e o segundo período é de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, gozado em janeiro de 2013.

As horas extras são referentes a cada período aquisitivo, que coincidiram com as horas extras do 13º salário por representarem o mesmo período. O primeiro período é proporcional, por isso as horas extras foram divididas por cinco meses, para encontrar a média mensal, e posteriormente multiplicou-se a média pelo valor da hora extra vigente no gozo das férias, encontrando o valor total. Este valor total foi dividido por doze e multiplicado por cinco, em função do valor devido ser apenas proporcional a cinco meses de trabalho.

O adicional de 1/3 sobre as férias foi calculado com base no valor devido horas extras referentes às férias. O valor devido de férias foi multiplicado por 1/3, o que também representa 33,33%. O valor total devido é a soma do valor devido de férias e o valor de adicional de 1/3.

O segundo período aquisitivo apurou-se a média em 11 meses, pois janeiro de 2012 a reclamante gozava do seu primeiro período aquisitivo. Obteve-se 54,5 horas extras no período, resultando em uma média de 4,95 horas extras. A média foi multiplicada pelo valor da hora extra vigente no gozo das férias e acrescida do adicional de 1/3 de férias, resultando no valor total devido.

As diferenças encontradas no ano de 2013 são em função de o perito do juízo considerar reflexos no período aquisitivo do ano de 2013, como já havia feito no cálculo de 13º salário.

#### 5.1.3.2 Dobra de férias

O juízo condenou o reclamado a pagar a dobra de férias concedidas em janeiro de 2012, conforme exposto na Tabela 6.

Tabela 6 – Dobra de férias

Período	Valor devido	Apuração do perito	Diferenças
01/2012	785,67	785,67	-
<b>Total</b>			-

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

As férias foram concedidas em época própria, no entanto, o pagamento das mesmas se deu fora do prazo. Apenas o adicional de 1/3 de férias foi pago corretamente antes do início do gozo, em prazo legal. Em função disso, o valor devido é correspondente apenas a uma remuneração, ou seja, a remuneração do mês de janeiro de 2012.

Como se pode observar, esta apuração não apresentou diferenças entre os cálculos do perito do juízo e os desta pesquisa.

#### 5.1.3.3 FGTS

Visto que na sentença estava estipulado o pagamento de FGTS, a Tabela 7 apresenta o valor de FGTS incidente sobre as condenações evidenciadas anteriormente.

Tabela 7 – FGTS

Período	Base de cálculo	Valor devido de FGTS	Apuração do perito	Diferenças
08/2011	42,12	3,37	2,30	1,07
09/2011	47,22	3,78	2,58	1,20
10/2011	46,84	3,75	2,55	1,20
11/2011	42,49	3,40	2,42	0,98
12/2011	45,83	3,67	2,50	1,17
13/2011	15,88	1,27	0,90	0,37
01/2012	810,77	64,86	65,94	- 1,08
02/2012	47,05	3,76	2,78	0,98
03/2012	45,63	3,65	2,49	1,16
04/2012	52,30	4,18	2,86	1,32
05/2012	54,87	4,39	3,01	1,38
06/2012	47,69	3,82	2,71	1,11
07/2012	54,87	4,39	3,00	1,39
08/2012	55,24	4,42	3,02	1,40
09/2012	49,11	3,93	2,68	1,25
10/2012	54,47	4,36	2,97	1,39
11/2012	49,68	3,97	2,71	1,26
12/2012	40,16	3,21	2,19	1,02
13/2012	41,46	3,32	2,15	1,17
01/2013	55,28	4,42	2,87	1,55
12/2013	-	-	0,20	- 0,20
13/2013	-	-	0,21	- 0,21
<b>Total</b>				<b>20,88</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Para esta apuração somou-se o valor devido de horas extras com RSR, o 13º salário, as férias acrescidas do adicional de 1/3, e a dobra de férias. A soma foi multiplicada por 8%, conforme embasado no item 2.9.9, resultando no valor devido de FGTS. A apuração do perito e desta pesquisa apresenta diferença principalmente pelo fato do perito ter considerado como divisor de 220, ao invés do divisor de 150.

Os descontos previdenciários e fiscais foram autorizados na sentença e apurados pelo perito do juízo, assim como as atualizações monetárias. No entanto, visto que nas apurações expostas anteriormente apresentou-se divergências, esta pesquisa não realizou tais apurações e comparações com a apuração do perito do juízo, pois ocasionariam mais diferenças.

## 5.2 Caso 2

A reclamação trabalhista, nomeada como Caso 2, movida pela reclamante, na função de servente, iniciou-se através de petição inicial na data da autuação de 17 de dezembro de 2015.

### **5.2.1 Fase de instrução e conhecimento**

As atividades da reclamante como servente iniciaram-se em 11 de julho de 2012 e estava vigente até a postulação da reclamação trabalhista.

Na petição inicial, a reclamante alega estar exposta a agentes biológicos, reclamou o pagamento de adicional de insalubridade, em grau a ser apurado através de perícia técnica, com devidos reflexos em horas extras, 13º salário, férias com 1/3, repousos remunerados e feriados, pelo aumento da média remuneratória, FGTS e INSS. A reclamante também requereu que fosse dispensada a audiência inicial de conciliação tendo em vista o polo passivo e que a matéria em discussão não caberia qualquer tipo de acordo. Também solicitou gratuidade da justiça e da assistência judiciária gratuita, por não possuir condições financeiras para arcar com as despesas processuais.

O juízo deixou de designar audiência e notificou a parte reclamada para que apresentasse sua defesa como forma de contestação, sob pena de revelia e confissão. Em 03 de fevereiro de 2016 a parte reclamada apresentou sua contestação alegando que o pedido de adicional de insalubridade é totalmente improcedente, juntamente com documentos que fundamentam sua contestação como: ficha registro de empregado, contrato de trabalho, fichas financeiras e fichas de controle sobre EPIs, programa de prevenção de riscos ambientais com as análises de risco dos postos de trabalho elaborados por empresa competente a este feito.

O juízo, em 11 de fevereiro, determinou a realização de perícia para investigação de insalubridade. As partes poderiam apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos para apresentação de laudo técnico independente, desde que cumprissem com os prazos do perito oficial.

Apenas a parte reclamante apresentou quesitos para que a perícia técnica respondesse. O laudo da perícia técnica foi anexado ao processo em 29 de março de 2016 e concluiu que a reclamante desempenhou atividades insalubres em grau máximo, ou seja, 40% sobre o salário mínimo. Na mesma data as partes foram notificadas para manifestação a respeito do laudo pericial.

Em 01 de abril de 2016, a reclamante informou que concorda com o laudo pericial apresentado. Em 06 de abril de 2016 a reclamada informou que discorda do laudo pericial



técnico pelo fato da reclamante desenvolver atividades de servente, atividade que não a expunha a agentes nocivos à saúde, e que o laudo técnico enquadrava de forma equivocada a insalubridade em grau máximo, visto que a reclamante sempre recebeu e usou os EPIs adequados, elidindo os agentes insalutíferos que por ventura pudessem existir.

Em 03 de maio de 2016, o juízo intimou as partes para em 10 dias indicassem se tinham outras provas a produzir, com a sua respectiva finalidade, e no caso de inexistir outras provas a serem produzidas, seria encerrada a fase de instrução. Em 17 de maio 2016 a reclamante juntou aos autos que não tem outras provas a produzir, nem mesmo razões finais a deduzir, podendo o processo ser concluso para sentença e a reclamada não se pronunciou. Tem-se assim encerrada a fase de instrução.

### **5.2.2 Sentença**

A sentença foi prolatada em 21 de julho de 2016, e o juízo indeferiu o pedido de adicional de insalubridade, deixando também de acolher o laudo pericial, alegando as atribuições de realizar limpeza em geral, limpeza e recolhimento de lixo dos banheiros de uso dos funcionários, e dois de uso público, além de tirar o pó e realizar a limpeza de vidros e fazer o café, estariam fora dos limites normativos autorizadores do deferimento do adicional de insalubridade em grau máximo. E que a utilização de EPIs, entregues pela reclamada periodicamente, eram suficientes à elisão da insalubridade dos agentes com os quais laborava, excluindo-se assim a percepção do pagamento do adicional. Desta forma, a reclamação trabalhista movida pela reclamante foi julgada totalmente improcedente.

Diante disto, a reclamante inconformada com o resultado da sentença, interpôs recurso ordinário da sentença proferida, requerendo que o recurso fosse recebido em seu efeito devolutivo, com determinação a intimação da parte contrária para oferecer as contrarrazões, e posteriormente, fosse remetida ao TRT da 4ª Região, para que este conheça do recurso e lhe dê provimento.

A reclamante alegou que a decisão exposta na sentença devesse ser reformada, pois a reclamante estaria em contato com lixo provenientes de banheiro, com a limpeza da face interna de vasos sanitários e o lixo do banheiro produzido pelas mais diversas pessoas, representa o início do chamado lixo urbano. Também alegou que os EPIs fornecidos pela

reclamada não eram eficientes para elidir a insalubridade, pois eram utilizados por diversas vezes até que ocorra algum dano, para então ocorrer à troca, o que os tornava fonte de contágio, ensejando assim o pagamento do adicional de insalubridade. Postulou também que o recorrido fosse condenado ao pagamento de honorários advocatícios aos patronos da recorrente.

O recurso ordinário interposto pela reclamante foi recebido pelo juízo em 15 de agosto de 2016 e remetido ao TRT da 4ª Região. A reclamada apresentou contrarrazões em 18 de agosto de 2016.

Intimou-se o Ministério Público do Trabalho em 29 de agosto de 2016 para emitir parecer. Em 17 de outubro de 2016, o Ministério Público do Trabalho apresentou o parecer, onde opinou pelo conhecimento do recurso e das contrarrazões e pela negação ao provimento do recurso, pois considerava que a limpeza dos banheiros do local de trabalho da reclamante não se confunde com a coleta e/ou a industrialização de lixo urbano, que eram atividades absolutamente diferentes, não cabendo ao intérprete equipará-las. Fundamentaram também que entenderam que o trabalho da autora não caracterizava contato com lixo urbano, mesmo que ela tivesse mantido contato com o lixo dos locais em que prestou serviços.

Em 22 de fevereiro de 2017, os desembargadores integrantes da 4ª Turma do TRT da 4ª Região, acordam, por unanimidade, dar provimento ao recurso da reclamante.

O recurso foi aceito e tem por fundamento que os sanitários também eram para do público em geral, em locais com um contingente razoável de pessoas. A limpeza de sanitários de uso público, em estabelecimentos com fluxo intenso de pessoas, caracterizava o contato com agentes insalubres em grau máximo e incide o entendimento cristalizado pelo TST.

Ainda foi acrescentado que as luvas de borrachas fornecidas à reclamante, não elidiam a nocividade existente em seu ambiente laboral. As condições insalubres continuavam presentes mesmo com o uso de luvas, em virtude da própria contaminação do equipamento de proteção, que servia como meio de proliferação de micro-organismos.

A reclamada foi condenada ao pagamento, com juros e correção monetária na forma da lei, autorizados os descontos previdenciários e fiscais cabíveis, de adicional de insalubridade em grau máximo, a ser calculado sobre o salário-mínimo nacional, com reflexos

em horas extras, 13º salário, férias com 1/3 e depósitos do FGTS, bem como de honorários assistenciais, na base de 15% sobre o valor bruto da condenação, apuráveis ao final.

A notificação das partes para apresentação dos cálculos de liquidação ocorreu em 28 de fevereiro de 2018. A reclamada postulou que não desejava apresentar cálculos de liquidação e a parte reclamante não se pronunciou. Em 19 de março de 2018, foi nomeado o perito contador para apresentar em 30 dias a elaboração dos cálculos de liquidação.

### 5.2.3 Elaboração dos cálculos

O perito do juízo apresentou o laudo pericial contendo as liquidações da sentença no prazo estipulado pelo juízo. Dessa forma, a seguir serão apresentados os cálculos de liquidação elaborados por esta pesquisa referente às alegações que tiveram provimento aceito, também serão apresentados os valores calculados pelo perito do juízo.

#### 5.2.3.1 Adicional de insalubridade

De acordo com a condenação imposta pelos desembargadores no recurso ordinário, a reclamada deve pagar o adicional de insalubridade em grau máximo, a ser calculado sobre o salário mínimo nacional, com reflexos em horas extras, 13º salário, férias com 1/3 e depósitos do FGTS, acrescidos de juros e correção monetária na forma da lei, autorizados os descontos previdenciários e fiscais cabíveis, bem como de honorários assistenciais, na base de 15% sobre o valor bruto da condenação, apuráveis ao final.

A Tabela 8 expõe o cálculo do adicional de insalubridade juntamente com a comparação ao cálculo apresentado pelo perito do juízo.

Tabela 8 – Adicional de insalubridade

Período	Salário Mínimo	Valor devido de insalubridade	Apuração do perito	Diferenças
07/2012	622,00	165,87	165,87	-
08/2012	622,00	248,80	248,80	-
09/2012	622,00	248,80	248,80	-
10/2012	622,00	248,80	248,80	-
11/2012	622,00	248,80	248,80	-
12/2012	622,00	248,80	248,80	-
01/2013	678,00	271,20	271,20	-
02/2013	678,00	271,20	271,20	-
03/2013	678,00	271,20	271,20	-

(Continua...)

(Conclusão)

Período	Salário Mínimo	Valor devido de insalubridade	Apuração do perito	Diferenças
04/2013	678,00	271,20	271,20	-
05/2013	678,00	271,20	271,20	-
06/2013	678,00	271,20	271,20	-
07/2013	678,00	271,20	271,20	-
08/2013	678,00	271,20	271,20	-
09/2013	678,00	271,20	271,20	-
10/2013	678,00	271,20	271,20	-
11/2013	678,00	271,20	271,20	-
12/2013	678,00	271,20	271,20	-
01/2014	724,00	-	-	-
02/2014	724,00	289,60	289,60	-
03/2014	724,00	289,60	289,60	-
04/2014	724,00	289,60	289,60	-
05/2014	724,00	289,60	289,60	-
06/2014	724,00	289,60	289,60	-
07/2014	724,00	289,60	289,60	-
08/2014	724,00	144,80	144,80	-
09/2014	724,00	289,60	289,60	-
10/2014	724,00	289,60	289,60	-
11/2014	724,00	289,60	289,60	-
12/2014	724,00	289,60	289,60	-
01/2015	788,00	157,60	157,60	-
02/2015	788,00	315,20	315,20	-
03/2015	788,00	315,20	315,20	-
04/2015	788,00	315,20	315,20	-
05/2015	788,00	315,20	315,20	-
06/2015	788,00	315,20	315,20	-
07/2015	788,00	315,20	315,20	-
08/2015	788,00	315,20	315,20	-
09/2015	788,00	315,20	315,20	-
10/2015	788,00	315,20	315,20	-
11/2015	788,00	315,20	315,20	-
12/2015	788,00	315,20	315,20	-
01/2016	880,00	-	-	-
02/2016	880,00	352,00	352,00	-
03/2016	880,00	352,00	352,00	-
04/2016	880,00	352,00	352,00	-
05/2016	880,00	352,00	352,00	-
06/2016	880,00	352,00	352,00	-
07/2016	880,00	352,00	352,00	-
08/2016	880,00	352,00	352,00	-
09/2016	880,00	352,00	352,00	-
10/2016	880,00	352,00	352,00	-
11/2016	880,00	352,00	352,00	-
12/2016	880,00	352,00	352,00	-
01/2017	937,00	-	-	-
02/2017	937,00	374,80	374,80	-
03/2017	937,00	374,80	374,80	-
04/2017	937,00	374,80	374,80	-
05/2017	937,00	374,80	374,80	-
06/2017	937,00	374,80	374,80	-
07/2017	937,00	374,80	374,80	-
08/2017	937,00	374,80	374,80	-
09/2017	937,00	374,80	374,80	-
10/2017	937,00	374,80	374,80	-
11/2017	937,00	374,80	374,80	-
12/2017	937,00	374,80	374,80	-
<b>Total</b>				-

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Para o cálculo do adicional de insalubridade utilizou-se o valor dos salários mínimos dos anos de 2012 a 2017. O salário mínimo corresponde à base de cálculo para a apuração do adicional de insalubridade. Conhecendo a base de cálculo, multiplicou-se a mesma pelo percentual de 40% que corresponde ao grau máximo do respectivo adicional, e que resultou no valor do adicional de insalubridade.

Como se pode observar, o primeiro mês, julho de 2012, possui um valor proporcional em função da admissão da reclamante ter ocorrido no dia 11 daquele mês. Com isso, o valor total apurado foi dividido por 30 dias e depois multiplicado por 20 dias, o que corresponde aos dias efetivamente trabalhados.

Também é possível observar que os valores apurados nesta pesquisa não possuem diferenças em comparação com a apuração do perito do juízo.

No acórdão também foi determinado o pagamento do reflexo de insalubridade no 13º salário, abaixo a Tabela 9.

Tabela 9 – Adicional de insalubridade no 13º salário

13º Salário	Salário Mínimo	Valor devido de insalubridade	Apuração do perito	Diferenças
13º/2012	622,00	124,40	124,40	-
13º/2013	678,00	271,20	271,20	-
13º/2014	724,00	289,60	289,60	-
13º/2015	788,00	315,20	315,20	-
13º/2016	880,00	352,00	352,00	-
13º/2017	937,00	374,80	374,80	-
<b>Total</b>				<b>-</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

O adicional de insalubridade foi calculado sobre o salário mínimo do ano que deu origem ao pagamento da gratificação. O 13º salário do ano de 2012 foi calculado proporcionalmente pelo fato do contrato de trabalho ter iniciado em 11 de julho daquele ano. Apurou-se o total devido, aplicando 40% sobre o salário mínimo vigente no ano e após, dividiu-se por 12 meses e multiplicou-se por 6 meses, resultando assim no valor proporcional do adicional de insalubridade.

Nos anos seguintes o cálculo foi feito integralmente, considerando o percentual de 40% sobre o salário mínimo vigente na data de pagamento da gratificação anual.

Analisado a tabela acima, não houve diferenças entre os valores calculados nesta pesquisa e na apuração feita pelo perito do juízo.

A condenação também estabeleceu o pagamento do adicional de insalubridade sobre as férias e adicional de 1/3, conforme apresentado abaixo na Tabela 10.

Tabela 10 – Adicional de insalubridade sobre férias e adicional de 1/3

Período aquisitivo das férias	Gozo das férias	Salário Mínimo	Adicional de 1/3	Valor devido de insalubridade	Apuração do perito	Diferenças
11/07/2012 a 10/07/2013	02/01/2014 a 31/01/2014	724,00	241,33	386,13	386,13	-
11/07/2013 a 10/07/2014	04/08/2014 a 18/08/2014	724,00	241,33	193,07	193,07	-
11/07/2013 a 10/07/2014	05/01/2015 a 19/01/2015	788,00	262,67	210,13	210,13	-
11/07/2014 a 10/07/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	880,00	293,33	469,33	469,33	-
11/07/2015 a 10/07/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	937,00	312,33	499,73	469,33	30,40
11/07/2016 a 10/07/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	954,00	318,00	508,80	499,73	9,07
11/07/2017 a 31/12/2017	sem gozo	954,00	318,00	254,40	249,87	4,53
<b>Total</b>						<b>44,00</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

O adicional de insalubridade incidente nas férias foi calculado sobre o valor do salário mínimo do ano em que as mesmas foram gozadas. O salário mínimo foi acrescido do adicional de 1/3.

O cálculo foi feito conforme o período de gozo, ou seja, se as férias foram gozadas em um único período de 30 dias, o cálculo foi integral, salário mínimo vigente mais adicional de 1/3, multiplicado por 40% totalizando o valor devido de adicional de insalubridade. Quando o gozo foi em dois períodos como o período aquisitivo de 11 de julho de 2013 a 10 de julho de 2014, o adicional foi calculado proporcionalmente, salário mínimo do período de gozo mais adicional de 1/3, multiplicado por 40% dividido por 2, considerando que o período de 30 dias foi dividido em dois períodos de 15 dias.

As diferenças encontradas foram em função da utilização do salário mínimo diferente, nas férias gozadas de janeiro de 2017, o salário mínimo utilizado pelo perito do juízo foi o referente ao ano de 2016.

O período aquisitivo de 11 de julho de 2016 a 10 de julho de 2017 foi gozado em janeiro de 2018, com isso, nessa pesquisa foi considerado o salário mínimo vigente do ano de 2018, já o perito considerou o salário mínimo no ano de 2017.

No acórdão também foi estipulado que eram devidos os reflexos do adicional de insalubridade sobre os valores de horas extras, no entanto, analisando os documentos anexados ao processo não constavam informações de horas extras, pouco menos registros como o cartão ponto, para que pudessem ser apurados os respectivos valores. Diante disso, conclui-se que não houve horas extras no período.

### 5.2.3.2 FGTS

No acórdão os desembargadores condenaram o reclamado a pagar o FGTS sobre as condenações, abaixo Tabela 11 com os respectivos valores.

Tabela 11 – FGTS

Período	Base de cálculo	Valor devido de FGTS	Apuração do perito	Diferenças
07/2012	165,87	13,27	13,27	-
08/2012	248,80	19,90	19,90	-
09/2012	248,80	19,90	19,90	-
10/2012	248,80	19,90	19,90	-
11/2012	248,80	19,90	19,90	-
12/2012	248,80	19,90	19,90	-
13/2012	124,40	9,95	9,95	-
01/2013	271,20	21,70	21,70	-
02/2013	271,20	21,70	21,70	-
03/2013	271,20	21,70	21,70	-
04/2013	271,20	21,70	21,70	-
05/2013	271,20	21,70	21,70	-
06/2013	271,20	21,70	21,70	-
07/2013	271,20	21,70	21,70	-
08/2013	271,20	21,70	21,70	-
09/2013	271,20	21,70	21,70	-
10/2013	271,20	21,70	21,70	-
11/2013	271,20	21,70	21,70	-
12/2013	271,20	21,70	21,70	-
13/2013	271,20	21,70	21,70	-
01/2014	386,13	30,89	30,89	-
02/2014	289,60	23,17	23,17	-
03/2014	289,60	23,17	23,17	-
04/2014	289,60	23,17	23,17	-
05/2014	289,60	23,17	23,17	-
06/2014	289,60	23,17	23,17	-
07/2014	289,60	23,17	23,17	-
08/2014	337,87	27,03	27,03	-

(Continua...)

(Conclusão)

Período	Base de cálculo	Valor devido de FGTS	Apuração do perito	Diferenças
09/2014	289,60	23,17	23,17	-
10/2014	289,60	23,17	23,17	-
11/2014	289,60	23,17	23,17	-
12/2014	289,60	23,17	23,17	-
13/2014	289,60	23,17	23,17	-
01/2015	367,73	29,42	29,42	-
02/2015	315,20	25,22	25,22	-
03/2015	315,20	25,22	25,22	-
04/2015	315,20	25,22	25,22	-
05/2015	315,20	25,22	25,22	-
06/2015	315,20	25,22	25,22	-
07/2015	315,20	25,22	25,22	-
08/2015	315,20	25,22	25,22	-
09/2015	315,20	25,22	25,22	-
10/2015	315,20	25,22	25,22	-
11/2015	315,20	25,22	25,22	-
12/2015	315,20	25,22	25,22	-
13/2015	315,20	25,22	25,22	-
01/2016	469,33	37,55	37,55	-
02/2016	352,00	28,16	28,16	-
03/2016	352,00	28,16	28,16	-
04/2016	352,00	28,16	28,16	-
05/2016	352,00	28,16	28,16	-
06/2016	352,00	28,16	28,16	-
07/2016	352,00	28,16	28,16	-
08/2016	352,00	28,16	28,16	-
09/2016	352,00	28,16	28,16	-
10/2016	352,00	28,16	28,16	-
11/2016	352,00	28,16	28,16	-
12/2016	352,00	28,16	28,16	-
13/2016	352,00	28,16	28,16	-
01/2017	499,73	39,98	37,55	2,43
02/2017	374,80	29,98	29,98	-
03/2017	374,80	29,98	29,98	-
04/2017	374,80	29,98	29,98	-
05/2017	374,80	29,98	29,98	-
06/2017	374,80	29,98	29,98	-
07/2017	374,80	29,98	29,98	-
08/2017	374,80	29,98	29,98	-
09/2017	374,80	29,98	29,98	-
10/2017	374,80	29,98	29,98	-
11/2017	374,80	29,98	29,98	-
12/2017	374,80	29,98	29,98	-
13/2017	374,80	29,98	29,98	-
01/2018	508,80	40,70	39,98	0,72
Férias não gozadas	254,40	20,35	19,99	0,36
<b>Total</b>				<b>3,51</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

A base de cálculo foi coletada das demais tabelas, e o resultado multiplicado por 8% resultando no valor devido de FGTS sobre as verbas. As diferenças encontradas se referem aos salários mínimos diferentes utilizados nos cálculos das férias.



No acórdão a reclamada foi condenada a pagar as verbas deferidas com juros e correção monetária, e realizar os descontos previdenciários e fiscais cabíveis. No entanto, nesta pesquisa essas apurações não foram realizadas em função das diferenças encontradas.

### **5.3 Caso 3**

A reclamação trabalhista, nomeada como Caso 3, movida pelo reclamante, vendedor externo, iniciou-se através de petição inicial na data da autuação de 17 de julho de 2016.

#### **5.3.1 Fase de instrução e conhecimento**

O início das atividades como vendedor, segundo o contrato de trabalho e anotação em CTPS, iniciou-se em 27 de outubro de 2014, sendo rescindido pela reclamada, sem justa causa, em 18 de junho de 2016.

A reclamada informou a reclamante, em 16 de maio de 2016, que não necessitava mais seus serviços, apresentando por meio do aviso prévio, que deveria ser cumprido de 17 de maio de 2016 a 15 de junho de 2016. A reclamante optou pela redução da jornada de trabalho em sete dias corridos e a rescisão do contrato de trabalho ocorreu em 15 de junho de 2016, com aviso prévio indenizado de três dias, finalizando assim em 18 de junho de 2016.

Na petição inicial, a reclamante alegava que foi desligado em 31 de maio de 2016, sem justa causa e sem a concessão do devido aviso prévio, também alegou que o salário fixo mensal anotado na CTPS não era pago, que somente recebia o valor correspondente à comissão de 3,5% sobre as vendas realizadas no mês. Ressaltou que não recebeu o último pagamento de comissões relativas às vendas do mês de maio de 2016.

Postulou também a integração das comissões pagas na remuneração; as horas extras além da 44ª semanal, pois alegou que trabalhava das 7:00 horas as 20:00 horas, com breve intervalo para o almoço, e que era obrigado a preencher o cartão ponto com horários fixos de 8:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 18:20 horas.

Postulou que as diferenças devem ter reflexos nos 13º salários, nas férias com adicional de 1/3. Alegou que somente assinava os recibos de 13º salário e de férias, mas não

recebia e nem goza as mesmas. Também alegou que eram feitos descontos relativos a pasta e catálogo de mostruário dos produtos para demonstração aos clientes, além de jaquetas e camisas polo de uniforme, cujo uso era exigido pela empresa, considerando-os indevidos. Por ter sido despedido sem justa causa, teria direito a receber diferenças sobre verbas rescisórias, diferenças de seguro-desemprego, diferenças de FGTS, e as multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

A reclamada foi notificada em 18 de julho de 2016 para comparecer a audiência e que a contestação e documentos deveriam ser cadastrados e encaminhados com antecedência. Em 08 de novembro de 2016 a reclamada apresentou a contestação e documentos, requerendo que a ação seja julgada totalmente improcedente. E se viesse a ser condenada, requereu a autorização para efetuar os descontos previdenciários e fiscais cabíveis e a compensação dos valores já pagos sob as mesmas rubricas.

A audiência inicial foi realizada em 22 de novembro de 2016, sem êxito de conciliação, e foi estipulado o prazo de 15 dias para a reclamante se manifestar sobre os documentos apresentados com a defesa e as preliminares arguidas na contestação. E a audiência foi adiada para 11 de julho de 2017, onde as partes deveriam comparecer acompanhadas de testemunhas.

Em 16 de dezembro de 2016, foi emitida certidão expondo que o reclamante não se manifestou sobre eventuais preliminares arguidas na contestação, tampouco sobre os documentos juntados com a defesa, no prazo estipulado.

A audiência realizou-se em 11 de julho de 2017, foram dispensados os depoimentos das partes e foram ouvidas duas testemunhas da reclamante e uma testemunha da reclamada. Sem ter outras provas foi encerrada a instrução, mas com prazo de 15 dias para as razões finais. E depois de transcorrido este prazo, os autos deveriam voltar conclusos para o encerramento da instrução e a prolação da sentença.

Em 26 de julho de 2017, a parte reclamante expos os memoriais finais para apreciação com o julgamento condenando a reclamada ao pagamento de todos os direitos trabalhistas sonegados ao reclamante, conforme estava exposto na inicial.

### **5.3.2 Sentença**

A sentença foi proferida em 28 de agosto de 2017, acolheram parcialmente os pedidos da reclamante, e condenaram a reclamada a pagar: horas extras, assim consideradas as excedentes da 8ª diária e da 44ª semanal, com divisor 220 e adicional de 50%. Reflexos em repouso semanais remunerados, férias com acréscimo de um terço, gratificação de natal e aviso-prévio.

Também é devida a indenização correspondente a diferenças de seguro-desemprego, FGTS de 8%, acrescido da indenização de 40%, incidente sobre todas as parcelas de natureza salarial pagas, principal e reflexos, no decorrer da contratualidade. Autorizou-se também o abatimento, mês a mês, dos valores comprovadamente depositados pela reclamada no decorrer da contratualidade. Procederam aos descontos previdenciários incidentes, exceto reflexos em parcelas de natureza indenizatória e autorizaram-se os descontos fiscais, na forma da lei vigente na época em que ocorrer o fato gerador, os juros e correção monetária calculados na forma da lei, cumprindo-se com o trânsito em julgado.

As partes foram notificadas sobre promulgação da sentença, mas o prazo recursal decorreu, passando assim, em 26 de setembro de 2017, para trânsito em julgado. Na mesma data as partes foram notificadas para apresentação dos cálculos de liquidação. A parte reclamante requereu que a apuração fosse elaborada por perito contador do juízo, pois não possuía condições financeiras para contratação de perito. A parte reclamada, não se pronunciou, então o perito designado pelo juízo foi notificado tendo 20 dias para a apresentação dos cálculos de liquidação de sentença.

Para elaboração dos cálculos, em 28 de novembro de 2017, o perito contador solicitou ao juízo que fosse requerido ao Ministério do Trabalho os valores pagos ao reclamante a título de seguro desemprego. Em 10 de janeiro de 2018, os documentos foram anexados ao processo e o perito foi intimado para apresentação do laudo em 20 dias.

### **5.3.3 Elaboração dos cálculos**

No prazo estipulado pelo juízo, o perito contador designado pelo juízo apresentou o laudo pericial contendo as liquidações da sentença. Desta forma, a seguir serão apresentados

os cálculos de liquidação elaborados por esta pesquisa referente às alegações que tiveram provimento aceito, também serão apresentados os valores calculados pelo perito do juízo.

### 5.3.3.1 Horas extras

A sentença condenou o pagamento de horas extras, assim consideradas as excedentes da 8ª diária e da 44ª semanal com adicional de 50% e reflexos em repouso semanais remunerados, considerando 220 horas mensais.

Tabela 12 – Horas extras

Período	Salário base de cálculo	Valor da HE	HE devidas	Valor devido de HE	Apuração do perito	Diferenças
10/2014	908,00	6,19	10,8	66,86	83,58	- 16,72
11/2014	908,00	6,19	54	334,31	334,31	-
12/2014	908,00	6,19	59,4	367,74	367,74	-
01/2015	925,00	6,31	56,7	357,60	357,60	-
02/2015	925,00	6,31	51,3	323,54	323,54	-
03/2015	1.053,42	7,18	59,4	426,64	397,10	29,54
04/2015	1.053,42	7,18	54	387,85	387,85	-
05/2015	1.053,42	7,18	54	387,85	387,85	-
06/2015	1.053,42	7,18	56,7	407,24	407,24	-
07/2015	1.053,42	7,18	62,1	446,03	446,03	-
08/2015	1.053,42	7,18	56,7	407,24	407,24	-
09/2015	1.053,42	7,18	56,7	407,24	407,24	-
10/2015	1.053,42	7,18	56,7	407,24	407,24	-
11/2015	1.053,42	7,18	0	-	-	-
12/2015	1.053,42	7,18	42,75	307,05	307,05	-
01/2016	1.053,42	7,18	33,45	240,25	240,25	-
02/2016	1.053,42	7,18	37,92	272,36	272,36	-
03/2016	1.154,67	7,87	46,73	367,89	367,89	-
04/2016	1.154,67	7,87	40,55	319,24	319,24	-
05/2016	1.154,67	7,87	42,65	335,77	335,77	-
15/06/2016	1.154,67	7,87	29,5	232,25	232,25	-
<b>Total</b>						<b>12,82</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Na Tabela 12, apresenta-se, primeiramente, o salário percebido mensalmente pelo reclamante, após foi utilizado o divisor 220, ou seja, o total do salário mensal foi dividido por 220 horas mensais. O resultado então foi multiplicado por 1,5, ou seja, acrescido do adicional de 50%, resultando no valor da hora extra.

A sentença considerou o horário de trabalho das 7:00 às 12:00 horas e das 12:30 às 19:00 horas, de segundas a sextas-feiras. Considerando que para totalizar às 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, o trabalho diário deve ser considerado como 8,8 (horas

convertidas em decimal), ou seja, um expediente de 8:48 horas, e a cada dia trabalhado geram 2:42 horas extras, considera-se 2,7 (horas convertidas em decimal).

Essa quantidade de horas extras diária foi multiplicada pelos dias trabalhados de cada mês, encontrando assim o total mensal de horas devidas, respeitando sempre às 44 horas semanais. A quantidade total de horas extras mensais foi multiplicada pelo valor da hora extra, resultando no valor devido de horas extras em cada mês. A coluna nomeada como horas devidas já apresenta a quantidade líquida de horas extras, foi descontado as horas pagas anteriormente pela reclamada, conforme determinado na sentença.

A Tabela 13, apresentada abaixo, expõe as apurações referentes ao RSR.

Tabela 13 – Apuração do RSR sobre horas extras

Período	Valor devido de HE	RSR	Dias úteis	Valor do RSR	Apuração do perito	Diferenças
10/2014	66,86	1	4	16,72	-	16,72
11/2014	334,31	6	24	83,58	83,58	-
12/2014	367,74	5	26	70,72	70,72	-
01/2015	357,60	5	26	68,77	68,77	-
02/2015	323,54	4	24	53,92	53,92	-
03/2015	426,64	5	26	82,05	76,37	5,68
04/2015	387,85	6	24	96,96	77,57	19,39
05/2015	387,85	6	25	93,08	93,08	-
06/2015	407,24	5	25	81,45	81,45	-
07/2015	446,03	4	27	66,08	66,08	-
08/2015	407,24	5	26	78,32	78,32	-
09/2015	407,24	5	25	81,45	81,45	-
10/2015	407,24	6	25	97,74	78,32	19,42
11/2015	-	1	1	-	-	-
12/2015	307,05	5	20	76,76	58,49	18,27
01/2016	240,25	3	17	42,40	57,66	- 15,26
02/2016	272,36	4	25	43,58	43,58	-
03/2016	367,89	5	26	70,75	70,75	-
04/2016	319,24	5	25	63,85	63,85	-
05/2016	335,77	6	25	80,59	80,59	-
15/06/2016	232,25	2	13	35,73	35,73	-
<b>Total</b>						<b>64,21</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Após o cálculo de horas extras apurou-se o RSR (TABELA 13), onde mês a mês, foi analisada a quantidade de domingo e feriados, com relação aos dias úteis. O total devido de horas extras, extraído da Tabela 12, foi dividido pelos dias úteis e posteriormente multiplicado pelos domingos e feriados do mês, encontrando o valor do RSR.

O reclamante iniciou seu trabalho no dia 27 de outubro de 2014, até dia 31 de outubro de 2014, considera-se 5 dias, no entanto, o dia 31 de outubro é feriado religioso no município

de Lajeado, conhecido como Dia da Reforma. Desta forma, considera-se apenas 4 dias de trabalho e um feriado. O perito do juízo, não levou em consideração o feriado do Dia da Reforma e calculou 5 dias de horas extras, sem repercussão de RSR. No entanto, o total devido calculado por esta pesquisa e pelo perito do juízo apresentam os mesmos valores finais de apuração.

O mesmo ocorreu em outubro de 2015, onde o feriado foi considerado como sendo sábado, ou seja, dia útil, não ocorreu pagamento de horas extras, mas o dia interfere no cálculo de RSR. Desta forma totalizam-se 6 domingos e feriados e 25 dias úteis, gerando uma diferença de R\$ 19,42, que representa o RSR do feriado do Dia da Reforma.

O carnaval é ponto facultativo, por isso, considerou-se como dia normal útil, porém sem pagamento de horas extras, pois não se tem o registro da ocorrência de trabalho.

No mês de março de 2015, conforme registro da ficha de empregados, o salário mensal era de R\$ 1.053,42, ocasionando uma diferença no total calculado nesta pesquisa e pelo perito do juízo, pois o perito considerou o que salário mensal fosse aquele que estava na folha de pagamento do mês de março de 2015, R\$ 980,50. No entanto, ao verificar a folha de pagamento do mês de abril existia um provento nomeado diferença de salários no valor de R\$ 72,92, a soma destes dois valores totaliza o registrado na ficha registro de empregados.

Em abril de 2015 o perito do juízo, apurou apenas 5 domingo e feriados para o cálculo de RSR, no entanto, o mês continha 4 domingos, e 2 feriados, sexta-feira Santa e Tiradentes. Isto ocasionou uma diferença de R\$ 19,39 entre as duas apurações.

Em dezembro de 2015, o perito considerou 4 domingos e feriados, entretanto, são 4 domingos e um feriado, o Natal. No mesmo mês o reclamante estava duas vezes em gozo de férias de dois períodos aquisitivos, um no início do mês, dia 01 e 02 de dezembro e, novamente a partir do dia 28, assim, foi considerado 20 dias úteis e 5 feriados, o mês totalizou em 31 dias com os outros 6 dias de férias. A não consideração, pelo perito do juízo, do feriado de Natal no RSR ocasionou uma diferença entre as duas apurações de R\$ 18,27.

O gozo das férias do segundo período aquisitivo iniciou-se em 28 de dezembro e estendeu-se até 11 de janeiro de 2016. Com isso, o mês de janeiro totalizou 20 dias para cálculo de horas extras e RSR, pela apuração desta pesquisa, para o RSR foram 3 domingos e 17 dias úteis, na apuração do perito do juízo foi considerado mês completo, 25 dias úteis e 6

domingos e feriados, ocasionando assim uma diferença de R\$ 15,26 pelo fato do total de horas ter sido dividido por 25 e multiplicado por 6.

Na Tabela 14 apresentam-se os valores totais devidos apurados por esta pesquisa e a apuração total do perito do juízo.

Tabela 14 – Total horas extras com RSR

Período	Valor total devido	Apuração do perito	Diferenças
10/2014	83,58	83,58	-
11/2014	417,89	417,89	-
12/2014	438,46	438,46	-
01/2015	426,37	426,37	-
02/2015	377,46	377,46	-
03/2015	508,68	473,47	35,21
04/2015	484,81	465,42	19,39
05/2015	480,93	480,93	-
06/2015	488,69	488,69	-
07/2015	512,11	512,11	-
08/2015	485,56	485,56	-
09/2015	488,69	488,69	-
10/2015	504,98	485,56	19,42
11/2015	-	-	-
12/2015	383,81	365,54	18,27
01/2016	282,65	297,91	- 15,26
02/2016	315,94	315,94	-
03/2016	438,64	438,64	-
04/2016	383,09	383,09	-
05/2016	416,36	416,36	-
15/06/2016	267,98	267,98	-
<b>Total</b>			<b>77,03</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

A coluna valor total devido representa a soma da coluna valor devido de horas extras da Tabela 12 e a coluna valor do RSR da Tabela 13. Na coluna apuração do perito, acontece o mesmo, soma-se a coluna apuração do perito da Tabela 12 e da Tabela 13. Essa Tabela 14 é um resumo das Tabelas 12 e 13, para facilitar a visualização dos valores totais devidos.

Tabela 15 – Apuração do reflexo de 13º salário sobre horas extras

13º Salário	Valor da HE	HE totais	Média de HE	Valor devido	Apuração do perito	Diferenças
13º/2014	6,19	124,20	62,10	64,08	65,47	- 1,39
13º/2015	7,18	607,05	55,19	396,37	363,34	33,03
13º/2016	7,87	230,80	38,47	151,42	151,42	-
<b>Total</b>						<b>31,64</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

O valor da hora extra considerado foi o valor pago em dezembro de cada ano. A média de extras representa a soma de todas as horas extras de cada ano, divididas pelos meses. O valor devido é resultado da multiplicação da média das horas extras pelo valor da hora extra.

Para o 13º salário do ano de 2014, consideraram-se as horas extras de 27 de outubro a 31 de dezembro de 2014, e dividiu-se por 2 meses, pois mesmo ocorrendo trabalho em outubro, para ser considerado um mês nas médias, deve-se totalizar ao menos 15 dias trabalhados.

Em 2015, apurou-se as horas extras de janeiro a dezembro, e dividiu-se por 11, pois no mês de novembro o reclamante estava em gozo de 30 dias de férias, não ocorrendo assim pagamento de horas. Antes de optar pela divisão por 11, apurou-se a média mensal de horas extras, acrescentando essa média no mês de novembro, resultaria no mesmo resultado que está apresentado na Tabela 15.

As diferenças apresentadas são resultado do perito do juízo ter considerado o dia 31 de outubro de 2014 como sendo dia útil e apropriando horas extras para este dia. Em 2015, o perito apurou o mesmo total de horas extras, no entanto, dividiu por 12 meses, não levando em consideração as férias gozadas no mês de novembro, e sem apropriar um valor médio para o mês. Em 2016 os valores apurados nesta pesquisa e pelo perito do juízo foi exatamente igual, não ocasionando diferenças.

Na Tabela 16, serão apresentados os reflexos referentes a férias e o adicional de 1/3.

Tabela 16 – Férias e adicional de 1/3 sobre horas extras

Período aquisitivo	Gozo das férias	Valor da HE no gozo	HE do período	Média de HE	Valor devido de Férias	Valor do adicional de 1/3	Valor total devido	Apuração do perito	Diferenças
27/10/2014 a 26/10/2015	03/11/2015 a 02/12/2015	7,18	677,70	56,48	405,63	135,21	540,84	506,36	34,48
27/10/2015 a 15/06/2016	28/12/2015 a 11/01/2016	7,87	284,35	40,62	213,13	71,04	284,17	577,78	- 293,61
<b>Total</b>									<b>- 259,14</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Para este cálculo foi considerada a quantidade total de horas extras em cada período aquisitivo. No primeiro período aquisitivo, ou seja, do dia 27 de outubro de 2014 a 26 de outubro de 2015, o total das horas extras apuradas foi dividido por 12 meses, correspondendo aos meses do período aquisitivo, encontrando-se assim a média de horas extras. Esta média foi multiplicada pelo valor da hora extra que corresponde ao valor da hora extra no momento do gozo das férias, que ocorreu de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2015. Essa



multiplicação resultou no valor devido de férias, que por sua vez foi multiplicado por 1/3, representando o adicional de 1/3 correspondendo a 33,33% do valor de férias. A coluna valor total devido é a soma do valor devido de férias e o valor de adicional de 1/3.

O segundo período aquisitivo corresponde a 27 de outubro de 2015 até a rescisão do contrato de trabalho, como é notável, se refere a um período proporcional, com gozo de 30 dias de férias no mês de novembro, e gozo de mais 15 dias referentes a este período aquisitivo, gozados entre os dias 28 de dezembro de 2015 a 11 de janeiro de 2016. Considerando que cada mês de trabalho corresponde a 2,5 dias de férias, o período aquisitivo resulta no direito de 20 dias de férias, 15 dias já gozados e mais 5 pagos na rescisão.

O período aquisitivo resultou em uma quantidade total de 284,35 horas extras, dividiu-se por sete meses, para obter-se a média, e posteriormente, multiplicou-se pelo valor da hora extra devida na rescisão do contrato de trabalho. O resultado foi então multiplicado por 1/3, que resultou no valor total devido, correspondente ao reflexo de horas extras em férias acrescidas do adicional de 1/3.

As diferenças apresentadas são ocasionadas pelas horas extras serem apuradas com quantidades diferentes, ocasionando no primeiro período a diferença de R\$ 34,48. Já no segundo período, o perito do juízo considerou como se o período aquisitivo representasse quinze dias gozado e mais quinze dias na rescisão, ou seja, como se fossem devidos trinta dias, pois a partir das apurações desta pesquisa apenas seriam devidos vinte dias de férias proporcionais. Essa apuração ocasionou a maior diferença, totalizou R\$ 293,61 pagos a maior para a reclamante.

As horas extras, conforme estipulado na sentença, também geram reflexos no aviso prévio indenizado, consta na Tabela 17 esta apuração.

Tabela 17 – Aviso prévio indenizado

<b>Reflexo de HE no aviso prévio</b>	<b>Valor da HE</b>	<b>HE totais</b>	<b>Média de HE</b>	<b>Valor devido</b>	<b>Apuração do perito</b>	<b>Diferenças</b>
16/06/2015 a 15/06/2016	7,87	535,45	48,68	38,32	33,18	5,14
<b>Total</b>						<b>5,14</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

As horas extras totais foram apuradas no período de 16 de junho de 2015 a 15 de junho de 2016, considerou-se as horas extras do último ano de trabalho, dividiu-se por 11

meses, pelo fato do mês de novembro ocorrer nenhuma hora extra em função do gozo de férias.

Encontrada a média, multiplicou-se pelo valor da hora extra na rescisão do contrato, resultando no total de um mês, no entanto, o aviso prévio é apenas de 3 dias, pois somente ocorreu um ano completo de trabalho. O valor de um mês foi dividido por 30 dias e posteriormente multiplicado por 3, resultando assim no valor de indenização do aviso prévio. Confrontou-se com o apurado pelo perito, o que resultou numa diferença de R\$ 5,14.

### 5.3.3.2 Seguro desemprego

A sentença deferiu que fossem apuradas, através da liquidação, as diferenças do seguro desemprego, pois as horas extras deferidas ocasionariam a mudança de faixa salarial, para isto, apresenta-se abaixo a Tabela 18.

Tabela 18 – Seguro desemprego

Parcelas	Valor devido de seguro desemprego	Apuração do perito	Diferenças
1	1.280,00	1.189,41	90,59
2	1.280,00	1.189,41	90,59
3	1.280,00	1.189,41	90,59
4	1.280,00	1.189,41	90,59
<b>Total</b>			<b>362,36</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Nesta pesquisa, o valor devido, na Tabela 18, foi calculado com base na Tabela 19, onde foram considerados os valores de salário fixo mensal, mais as variáveis já recebidas em folha de pagamento, acrescidos dos valores mensais calculados nesta pesquisa, apresentados na Tabela 14 que apresenta o resumo das Tabelas 12 e 13.

Tabela 19 – Valor do seguro desemprego

Mês	Salários com variáveis	Média	Valor para o seguro desemprego
03/2016	1.715,47	1.741,88	1.279,15
04/2016	1.673,30		
05/2016	1.836,87		

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

A Tabela 19 expõe o cálculo elaborado nesta pesquisa para o enquadramento do valor do seguro desemprego. A média foi apurada através da soma dos salários totais dos três

últimos meses trabalhados integralmente. A partir da média, verificou-se o enquadramento na 2ª faixa da tabela para cálculo do seguro desemprego de 2016. Neste enquadramento, a legislação dispõe que o valor que exceder a R\$ 1.360,71, deve ser multiplicado por 0,5, e somado a R\$ 1.088,56, resultando assim no valor a ser ganho no seguro desemprego. Os valores decimais devem ser arredondados para a unidade inteira superior.

A Tabela 20 apresenta a comparação do valor pago a reclamante e o valor apurado nesta pesquisa.

Tabela 20 – Comparação ao seguro desemprego pago

Parcelas	Valor recebido	Valor apurado	Diferenças totais
1	1.064,00	1.280,00	216,00
2	1.064,00	1.280,00	216,00
3	1.064,00	1.280,00	216,00
4	1.064,00	1.280,00	216,00
<b>Total</b>			<b>864,00</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Os valores apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego foram anexados ao processo através solicitação do perito do juízo, assim foi possível identificar os valores percebidos anteriormente. O valor de cada parcela, apresentados na coluna valor recebido, foi confrontado com os valores apurados nesta pesquisa, dispostos na coluna valor apurado, e apresentam diferenças de R\$ 216,00 por parcela.

Pelo fato do mês de junho ter apenas 15 dias trabalhados, a média foi feita com base nos valores dos 3 últimos meses, sendo eles março, abril e maio. O Ministério do Trabalho e Emprego considerou o mesmo período para apuração das parcelas, no entanto não havia viáveis, ocasionando em uma parcela menor que a apurada nesta pesquisa. Já o perito do juízo considerou o salário mensal de junho, e as horas extras apuradas por ele, em função disso a maior diferença.

### 5.3.3.3 FGTS

O FGTS, foi aplicado a alíquota de 8% sobre os valores apurados referentes às horas extras.

Tabela 21 – FGTS

Período	Base de cálculo	Valor devido de FGTS	Apuração do perito	Diferenças
10/2014	83,58	6,69	6,69	-
11/2014	417,89	33,43	33,43	-
12/2014	438,46	35,08	35,08	-
13/2014	64,08	5,13	5,24	- 0,11
01/2015	426,37	34,11	34,11	-
02/2015	377,46	30,20	30,20	-
03/2015	508,68	40,69	37,88	2,82
04/2015	484,81	38,78	37,23	1,55
05/2015	480,93	38,47	38,47	-
06/2015	488,69	39,10	39,10	-
07/2015	512,11	40,97	40,97	-
08/2015	485,56	38,84	38,84	-
09/2015	488,69	39,10	39,10	-
10/2015	504,98	40,40	38,84	1,55
11/2015	540,84	43,27	40,51	2,76
12/2015	596,94	47,76	52,35	- 4,60
13/2015	396,37	31,71	29,07	2,64
01/2016	282,65	22,61	23,83	- 1,22
02/2016	315,94	25,28	25,28	-
03/2016	438,64	35,09	35,09	-
04/2016	383,09	30,65	30,65	-
05/2016	416,36	33,31	33,31	-
15/06/2016	267,98	21,44	21,44	-
13/2016	151,42	12,11	12,11	-
Aviso prévio	38,32	3,07	2,65	0,41
<b>Total</b>				<b>5,80</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

A base de cálculo da Tabela 21 é a soma dos valores de horas extras, RSR, 13º salário, férias com adicional de 1/3 e o aviso prévio, apurados nesta pesquisa e apresentados nas tabelas anteriores. A coluna valor devido de FGTS, já apresenta o resultado da multiplicação da base de cálculo e o percentual de 8%. As diferenças expostas na Tabela 21 retratam as diferenças encontradas no decorrer da apuração do Caso 3.

A indenização de 40% não foi apurada, pois já ocorreram diferenças no FGTS normal, e por consequência também apresentará diferenças.

Além do pagamento de FGTS sobre a condenação das horas extras, a sentença estipulou o pagamento de FGTS de 8% e a indenização de 40% sobre todas as parcelas de natureza salarial que foram pagas no decorrer do período de trabalho com autorização do abatimento dos valores comprovadamente pagos pela reclamada. No entanto, foi analisado o cálculo realizado pelo perito do juízo e ele considerou apenas os valores do salário base do

reclamado e multiplicou pelo percentual de 8%. Diante disto, a apuração não foi realizada, pois apresentaria os mesmos valores.

Foi estipulado na sentença que deveriam ocorrer os descontos previdenciários e fiscais, as atualizações monetárias e juros sobre as parcelas deferidas. Porém, essas apurações não foram realizadas nesta pesquisa em virtude de já ocorrerem diferenças nas apurações anteriores em relação aos valores do perito do juízo.

#### 5.4 Apuração das diferenças totais dos Casos 1, 2 e 3

Com a realização dos cálculos apresentados nos Casos 1, 2 e 3, nos subcapítulos anteriores, pode-se verificar que as apurações realizadas por esta pesquisa e as apurações dos peritos ocasionaram diferenças de valores. Abaixo serão apresentadas as diferenças encontradas em cada Caso, com as informações das tabelas que foram dispostas durante todo o capítulo.

Tabela 22 – Diferenças Caso 1

Nº Tabela	Tabelas	Diferenças
1	Horas extras referentes ao intervalo intrajornada	199,55
2	Apuração do RSR sobre horas extras	38,85
4	Apuração do reflexo de 13º salário sobre horas extras	16,64
5	Férias e adicional de 1/3 sobre horas extras	2,28
6	Dobra de férias	-
7	FGTS	20,88
<b>Total</b>		<b>277,90</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

No caso 1, os cálculos realizados nesta pesquisa apuraram diferenças em comparação a apuração do perito do juízo, que totalizaram um valor de R\$ 277,90, pago a menor ao reclamante. A principal causa destas diferenças foi à utilização do divisor de 220, ao invés do divisor de 150, por parte do perito do juízo, no momento de encontrar o valor da hora percebida mensalmente pelo reclamante. Na Tabela 1, as diferenças foram maiores, pois apresentavam os valores de horas extras devidas do intervalo intrajornada não gozado com maior representatividade.

O RSR, na Tabela 2 apresentaram diferenças em função do exposto acima, pois o valor devido na Tabela 1 é base de cálculo para o RSR. Outra questão foi a consideração de dias úteis, domingos e feriados diferentes ou como em alguns meses os dias totais do mês não foram condizentes com o respectivo calendário.

As Tabelas 4, 5 e 7 demonstram diferenças em função dos cálculos anteriormente expostos. A Tabela 6 não apresenta nenhuma diferença, pois os cálculos foram idênticos. A Tabela 3 não foi apresentada acima (TABELA 22) porque apenas é a apresentação do total de horas extras e RSR.

Tabela 23 – Diferenças Caso 2

Nº Tabela	Tabelas	Diferenças
8	Adicional de insalubridade	-
9	Adicional de insalubridade no 13º salário	-
10	Adicional de insalubridade sobre férias e adicional de 1/3	44,00
11	FGTS	3,51
<b>Total</b>		<b>47,52</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

A liquidação efetuada nesta pesquisa, e exposta em comparação a apuração do perito do juízo totalizou diferenças no valor de R\$ 47,52, onde a reclamante recebeu a menor do que efetivamente era devido.

As Tabelas 8 e 9, não apresentaram nenhuma diferença, pois os cálculos e levantamentos coincidiram. Na Tabela 10, as diferenças totalizaram R\$ 44,00, pois esta pesquisa utilizou-se dos valores do salário mínimo vigentes no gozo das férias e o perito do juízo considerou os valores dos meses imediatamente anteriores ao gozo. A diferença apresentada na Tabela 11 é o reflexo da diferença da Tabela 10, onde os valores são base de cálculo para o FGTS.

Finalizando, abaixo a Tabela 24, com as apurações do Caso 3.

Tabela 24 – Diferenças Caso 3

Nº Tabela	Tabelas	Diferenças
12	Horas extras	12,82
13	Apuração do RSR sobre horas extras	64,21
15	Apuração do reflexo de 13º salário sobre horas extras	31,64
16	Férias e adicional de 1/3 sobre horas extras	- 259,14
17	Aviso prévio indenizado	5,14
18	Seguro desemprego	362,36
21	FGTS	5,80
<b>Total</b>		<b>222,83</b>

Fonte: Da autora, com base no processo (2018).

Encerrado os cálculos deste Caso, esta pesquisa expôs que em comparação a apuração do perito do juízo, a reclamante recebeu um valor a menor de R\$ 222,83. Na Tabela 12, a maior diferença foi em função da utilização do valor menor do salário base da reclamante no cálculo do perito do juízo. A Tabela 13 traz os reflexos das horas extras apuradas, no entanto,

ocorreram outras considerações que foram relevantes para o total das diferenças, como a não consideração do feriado 31 de outubro, e domingos e feriados não considerados em alguns meses.

A Tabela 15 demonstra diferenças que são reflexos das horas extras e RSR apurados. Já na Tabela 16, a diferença ficou negativa, pois o perito considerou 15 dias de férias gozadas e mais 15 dias de férias pagas na rescisão. No entanto, ao verificar as datas dos períodos aquisitivos somente eram devidos 20 dias, 15 já gozados e 5 pagos na rescisão. Na Tabela 17 as diferenças são em relação às horas extras apuradas, que refletem na média do aviso prévio.

A Tabela 18 expõe os valores que foram pagos a menor a reclamante no que tange ao seguro desemprego, em comparação ao que o perito do juízo havia apurado, as diferenças são pelo fato do período considerado pelo perito ser diferente do período utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e por esta pesquisa.

A Tabela 14, não foi apresentada, pois apenas transcreve os valores das Tabelas 12 e 13. As Tabelas 19 e 20 são referentes a apuração para o valor do seguro desemprego e a comparação ao valor percebido pelo reclamante. A Tabela 21 expõe os valores de FGTS, que apresentam diferenças pelo fato dos outros cálculos terem apresentado diferenças.

Portanto, os cálculos demonstram a importância do acompanhamento do perito assistente, representando as partes no processo. A participação de um perito contador assistente facilita a análise e compreensão dos laudos apresentados pelos peritos do juízo. O perito assistente pode acompanhar o trabalho do perito do juízo e a realização dos cálculos, e, também, impugnar o laudo pericial quando evidenciar divergências.

## **5.5 Análise da estrutura dos laudos periciais**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os laudos periciais, averiguando se eles seguiram e obedeceram às NBC. Diante disto, será exposto, em forma de quadro, o cumprimento ou não as NBC, no que tange a estrutura dos laudos periciais.

Conforme foi exposto no capítulo 4, um dos critérios para a escolha dos processos foi à elaboração do laudo pericial por perito contador, a partir disto, afirma-se que os três

processos contiveram laudos elaborados por contadores regularmente cadastrados na época própria da apuração.

Abaixo exposto o Quadro 3, que apresenta a análise em comparação com o item 65 da NBC TP 01.

Quadro 5 – Análise da estrutura dos laudos periciais

<b>Itens</b>	<b>Caso 1</b>	<b>Caso 2</b>	<b>Caso 3</b>
<b>Identificação do processo e das partes.</b>	Apresentou o número do processo, as partes e a qual Vara do Trabalho pertence.	Apresentou o número do processo, as partes e a qual Vara do Trabalho pertence.	Apresentou o número do processo, as partes e a qual Vara do Trabalho pertence.
<b>Síntese do objetivo da perícia.</b>	Não encontrado.	Apresentou o objetivo da perícia.	Apresentou o objetivo da perícia.
<b>Resumo dos autos.</b>	Apresentou um resumo do que foi deferido na sentença	Apresentou um resumo do que foi deferido na sentença.	Apresentou um resumo do que foi deferido na sentença.
<b>Metodologia adotada para os trabalhos periciais.</b>	Em alguns pontos explica como foram calculados os itens deferidos e o que são esses valores.	Apresentou como os itens deferidos foram calculados, qual embasamento foi utilizado.	Apresentou alguns demonstrativos e memórias de cálculos, em formato de tabelas, com os resultados.
<b>Relato das diligências realizadas.</b>	Não ocorreram diligências.	Não ocorreram diligências.	Solicitou ao Ministério do Trabalho e Emprego documentos referentes ao seguro desemprego.
<b>Transcrição e resposta aos quesitos.</b>	Apresentou os cálculos das verbas deferidas na sentença.	Apresentou os cálculos das verbas deferidas na sentença.	Apresentou os cálculos das verbas deferidas na sentença.
<b>Conclusão.</b>	Apresentou um resumo do cálculo.	Apresentou um resumo do cálculo.	Apresentou um resumo do cálculo.
<b>Termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices.</b>	Não encontrado.	Em parte, não foi encontrado exatamente o termo de encerramento, mas foram encontrados anexos.	Não encontrado.
<b>Assinatura do Perito Contador, com número de registro no CRC, com a categoria e a função desempenhada.</b>	Assinou digitalmente, informou o CRC e CRA, e identificou-se como perito oficial do processo.	Assinou digitalmente e a próprio punho, informou o CRC, e identificou-se como auxiliar do juízo.	Assinou digitalmente, informou o CRC, e se identificou como contador nomeado para atuação de perito.

Fonte: Da autora, com base nos processos (2018).

No Caso 1 o laudo pericial foi dividido em parte I, II e III. A primeira parte contém a identificação do processo, das partes, a vara onde transcorreu o processo e um resumo dos cálculos com os valores devidos ao reclamante e os valores devidos pela reclamada. A segunda parte expõe um resumo do que foi deferido na sentença, já a terceira contém os cálculos e algumas legendas para identificação de cada coluna, explicando o que são os



valores apresentados. O laudo pericial do Caso 1 está no final desta pesquisa, identificado como Anexo A.

No Caso 2 o laudo pericial possui a parte I e II, e os cálculos. Na parte I, apresenta a identificação do processo, das partes, da vara e o resumo de cálculos. Na parte II, trata das condições preliminares, esta parte foi dividida em três outras, a primeira traz as súmulas e as orientações jurisprudenciais adotados, a segunda, um demonstrativo da base de cálculo das parcelas, e a terceira, os itens deferidos, com as fórmulas e critérios utilizados para a apuração. Após estas partes, o perito do juízo faz um resumo detalhado para lançamento na secretaria da Vara do Trabalho e logo depois se iniciam os cálculos, expostos em anexos. Este laudo pericial está nos anexos, identificado como Anexo B.

No Caso 3 o laudo pericial apresentado perito do juízo não dividiu em partes como os demais fizeram, ele apresentou a identificação do processo, das partes, os objetivos, os procedimentos, um resumo de cálculo e seguiu para os demonstrativos e memórias de cálculos. Este laudo pericial está identificado como Anexo C.

Diante disto, no quesito identificação das partes, os três casos apresentaram perfeitamente o item, trouxeram o número processo, em qual vara ele ocorreu e quem eram as partes. Com referência a síntese do objeto, os Casos 2 e 3 continham uma breve síntese com o objetivo da perícia, no Caso 1 não foi localizado, conforme exposto no Quadro 3.

Os três Casos apresentaram um resumo do que foi deferido na sentença, entendeu-se que esse resumo seria o que a NBC TP 01 expõe como resumo dos autos. Quanto à metodologia adotada, os três Casos de certa forma apresentaram como encontraram os valores de liquidação, cada perito apresentou o que entende como sendo importante, mas para os que não dominam o assunto, seria interessante uma melhor explanação da metodologia utilizada, facilitando assim a compressão.

Com relação a diligências, os Casos 1 e 2, não possuíam diligências, o Caso 3 fez uma solicitação ao Ministério do Trabalho e Emprego para que anexassem ao processo os documentos referentes as parcelas do Seguro Desemprego percebidos pelo reclamante após o desligamento sem justa causa. No item transcrição e resposta aos quesitos identificou-se como sendo a apresentação do desenvolvimento dos cálculos das verbas deferidas, e os três Casos apresentaram esse item.

Referente à conclusão do laudo pericial, identificou-se o resumo dos cálculos nos três Casos. Como termo de encerramento, anexos e apêndices, no Caso 2 foi localizado apenas os anexos, nos demais casos não foram localizados o termo de encerramento, anexos ou apêndices. Os três laudos periciais atenderam ao que tange a assinatura, registro no CRC, a categoria e a função desempenhada.

Em aspectos gerais, a partir destas exposições e das informações apresentadas no Quadro 3, os três laudos periciais atendem boa parte as exigências mínimas da NBC TP 01, mas não possuíam a mesma identificação trazida na Norma, o que dificultou a localização dos pontos analisados.

Portanto, recomenda-se que os peritos contadores sigam com maior rigor a NBC TP 01, pois é esta Norma que determina as regras e procedimentos a serem cumpridos pelo perito na realização da perícia contábil. O perito, ao cumprir com maior precisão a Norma, terá maior prestígio e valorização pela realização do seu trabalho, pois auxiliará, tanto as partes como o juízo, na melhor compreensão dos cálculos e resultados finais apresentados.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa foi de grande valia, pois por meio dela pode-se perceber como o profissional contábil deve desempenhar com competência, responsabilidade e imparcialidade a função de perito contador nos processos trabalhistas, independentemente se for o perito contador do juízo, ou o perito contador assistente das partes. Deve somente aceitar o encargo se dispuser de total conhecimento quanto ao assunto a ser periciado, pois ele é o auxiliar do juízo, que dá fundamentação a sentença ou apresenta a liquidação da mesma.

Esta pesquisa foi elaborada visando à análise de laudos periciais em comparação com a sentença do juízo de processos da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Para tanto, dentre os processos disponibilizados foram escolhidos três processos, que foram nomeados de Caso 1, Caso 2 e Caso 3.

A análise dos Casos iniciou-se na petição inicial, passando por todos os tramites até a sentença, que foi apreciada com grande atenção e posteriormente comparada com o laudo pericial emitido pelo perito contador.

O comando sentencial foi analisado e interpretado, para que fosse possível a elaboração dos cálculos de liquidação apresentados nesta pesquisa. Nos três Casos os laudos periciais foram elaborados por peritos contadores do juízo, e conforme apresentado na análise da estrutura dos laudos periciais (QUADRO 5), eles obedeceram em grande parte à estrutura exigida nas NBCs. Os itens que não foram encontrados ou que foram atendidos somente em parte devem ser melhores elaborados pelos respectivos peritos, evitando qualquer possibilidade de incertezas.

Por meio da elaboração dos cálculos, análise e comparação com os cálculos apresentados pelos peritos contadores do juízo nos laudos, pode-se dizer que os peritos não atenderam a todos os critérios definidos na sentença, pois nos três Casos apresentaram-se diferenças, conforme exposto no subcapítulo 5.4.

Em função das diferenças encontradas, sugere-se o acompanhamento de um perito contador assistente que represente cada uma das partes, pois este perito poderá realizar e analisar os cálculos apresentados pelo perito do juízo, verificar se há inconsistências e se o perito do juízo foi competente, verdadeiro e imparcial no seu trabalho. Com a contratação deste perito assistente também é possível à impugnação do laudo pericial quando este apresentar divergências. No entanto, também é interessante avaliar o custo da contratação do perito contador assistente, e o benefício que isto trará para o reclamante ou reclamada. Nos Casos apresentados as diferenças foram pequenas, mas todas em favor dos reclamantes, sendo interessante a contratação do perito contador assistente pelos reclamantes.

Sugere-se também que as reclamadas se adequem as legislações vigentes, evitando assim que os empregados ajuízem processos trabalhistas com os mesmos motivos que foram apresentados nesta pesquisa.

Constata-se assim, que os objetivos propostos nesta pesquisa foram atingidos com êxito e possibilitaram o aperfeiçoamento e aprofundamento na área da perícia, também foi possível a aplicação prática de conhecimentos obtidos durante a graduação de Ciências Contábeis.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Prática trabalhista**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v. 7.

AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete**: Aulete Digital. Disponível em: <[www.aulete.com.br](http://www.aulete.com.br)>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999. **Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990. **Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**. BRASIL, 1990a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D99684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99684.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade**, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2018

\_\_\_\_\_. Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949. **Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0605.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962. **Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4090.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4090.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. **Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.** BRASIL, 1990b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7998.htm)>. Acesso em: 3 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990. **Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.** BRASIL, 1990c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8036consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8036consol.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.177, de 1 de março de 1991. **Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.** BRASIL, 1991a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8177.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.** BRASIL, 1991b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996. **Dispõe sobre a arbitragem.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9307.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2018.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos:** planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TP 01, de 27 de fevereiro de 2015. **Dá nova redação à NBC TP 01 – Perícia Contábil.** CFC, 2015a. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PP 01, de 27 de fevereiro de 2015. **Dá nova redação à NBC PP 01 – Perito Contábil.** CFC, 2015b. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PP 02, de 21 de outubro de 2016. **Aprova a NBC PP 02 que dispõe sobre o exame de qualificação técnica para perito contábil.**

Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP02.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC n. 560, de 28 de outubro de 1983. **Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.**

Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_560.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_560.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

COSTA, Marco Antonio Ferreira da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. Disponível em:

<<http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788532624482/pages/-1>>. Acesso em: 28 maio 2018.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como escrever uma monografia**: manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

FREDIANI, Yone. **Direito do Trabalho**. Barueri: Manole, 2011. Disponível em:

<[http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520430224/pages/\\_1](http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520430224/pages/_1)>. Acesso em: 1 maio 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/2!/4/2@0:0>> Acesso em: 26 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Reimpressão: 2012. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484959/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 27 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Estudo de caso**. Livro digital. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522464753/cfi/0!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 26 maio 2018.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova Pericial Contábil**: teoria e prática. 14. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **INSS**. Disponível em:

<<https://www.inss.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

JULIANO, Rui. **Manual de perícias**. 4. ed. rev. e ampl. Rio Grande: 2012.

KAMEL, Antoine Youssef. **Mediação e Arbitragem**. Curitiba: InterSaberes, 2017 [livro eletrônico]. Disponível em:

<<http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559725735/pages/5>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547216870/cfi/0>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

LUZ, Érico Eleuterio da (org.). **Auditoria e Perícia Contábil Trabalhista**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2015. Disponível em: <<http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543016535/pages/-10>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias; LUNKES, Irtes Cristina. **Perícia Contábil nos Processos Cível e Trabalhista: o valor informacional da contabilidade para o sistema judiciário**. São Paulo: Atlas, 2008.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias. **Perícia Contábil: Uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011043/cfi/6/2\[vnd.vst.idref=bod y001\]!](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011043/cfi/6/2[vnd.vst.idref=bod y001]!>)>. Acesso em: 4 mar. 2018.

MANOEL, Ronildo da Conceição; JUNIOR, Vital Ferreira. **Perito-Contador - com foco na área econômico-financeira**. 1. ed. 5. reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466078/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 31 maio 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria MTE n. 3.214, de 08 de junho de 1978. **Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho**. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/MTE/1978/3214.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; ANTONIK, Luis Roberto; JUNIOR, Vital Ferreira. **Cálculos Periciais – Efeitos inflacionários, números índices, indexadores e sistemas de amortização**. 1. ed. 4. reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

NEVES, Antônio Gomes das. **Curso de Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2012.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos Trabalhistas**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013740/cfi/6/2!/4/2@0:0>>. Acesso em: 1 maio 2018.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **RFB. Ministério da Fazenda**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia Contábil**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005.



SANTOS, José Aparecido dos. **Curso de cálculos de liquidação trabalhista**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (4. Região). **TRT4**. Disponível em: <<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Súmula n. 21**. Atualização monetária. Débitos trabalhistas. Revisão da Súmula n. 13. Disponível em: <<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/sumulas>>. Acesso em: 6 out. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **TST**. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Orientação Jurisprudencial 394**. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais – SBDI I. Repouso Semanal Remunerado - RSR. Integração das horas extras. Não repercussão no cálculo das férias, do décimo terceiro salário, do aviso prévio e dos depósitos do FGTS. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ\\_SDI\\_1/n\\_sl\\_381.html#TEMA394](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_sl_381.html#TEMA394)>. Acesso em: 1 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Súmula nº 264 do TST**: Hora Suplementar. Cálculo. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_251\\_300.html#SUM-264](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-264)>. Acesso em: 29 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Súmula nº 437 do TST**: Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Aplicação do art. 71 da CLT. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_401\\_450.html#SUM-437](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-437)>. Acesso em: 29 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Súmula nº 448 do TST**: Atividade insalubre. Caracterização. Previsão na Norma Regulamentadora nº 15 da Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.214/78. Instalações Sanitárias. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_401\\_450.html#SUM-448](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-448)>. Acesso em: 30 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Súmula nº 450 do TST**: Férias. Gozo na época própria. Pagamento fora do prazo. Dobra devida. arts. 137 e 145 da CLT. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_401\\_450.html#SUM-450](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-450)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Súmula nº 461 do TST**: FGTS. Diferenças. Recolhimento. Ônus da prova. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_451\\_600.html#SUM-461](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_451_600.html#SUM-461)>. Acesso em 02 set. 2018.

ZANNA, Remo Dalla. **Prática de Perícia Contábil**. 4. ed. São Paulo: IOB Folhamatic, 2013.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Laudo Pericial Caso 1**

Fls.: 145

EXMO. SR. DR. JUIZ TITULAR DA 1.ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO

CÓDIGO : 070

, Perito Oficial no processo n.º 0020941-28.2015.5.04.0771 em que são partes RECTE: , contende com a RECD: , vem mui respeitosamente apresentar o seu Laudo Pericial, com os cálculos de liquidação de sentença e:

- a) Termos em que requer a juntada do Laudo aos autos.
- b) O arbitramento de seus honorários que estima no valor correspondente à 01(um) salário mínimo vigente na data da efetiva fixação e atualizáveis pelos de acordo com a Lei n.º 6.899/81 e Enunciado n.º10 do TRT.

Termos em que

P. E. Deferimento

Porto Alegre, 14 de setembro de 2016

Contador - CRC/RS  
Administrador - CRA/RS

## LAUDO PERICIAL

## PARTE I - IDENTIFICAÇÃO E RESUMO DE CÁLCULO

## IDENTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0020941-28.2015.5.04.0771  
VARA: 1.ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO

1 DADOS DO CÁLCULO  
RECLAMANTE:  
RECLAMADO :  
DATA ATUALIZAÇÃO: 30/09/2016  
ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO: FACDT = 997,313879

## RESUMO DO CÁLCULO

2	<u>PARCELAS TRIBUTADAS PELO IMPOSTO DE RENDA</u>		
	PARCELAS DE PRINCIPAL TRIBUTADAS PELO IRRF.....	R\$	1.504,01
	PRINCIPAL (JÁ DEDUZIDA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA).....	R\$	1.353,22
	JUROS DE MORA.....	R\$	81,60
	TOTAL.....	R\$	1.434,82
3	<u>PARCELAS ISENTADAS OU NÃO TRIBUTADAS PELO IRRF</u>		
	PARCELAS DE PRINCIPAL NÃO TRIBUTADAS PELO IRRF.....	R\$	0,00
	PRINCIPAL (JÁ DEDUZIDA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA).....	R\$	0,00
	JUROS DE MORA.....	R\$	0,00
	TOTAL.....	R\$	0,00
4	<u>FGTS: JAM - A SER DEPOSITADO CONTA VINCULADA</u>		
	FGTS.....	R\$	136,84
	JUROS DE MORA.....	R\$	0,00
	TOTAL.....	R\$	136,84
5	<u>TOTAL DEVIDO AO RECLAMANTE (DED. CONT. PREVIDENCIÁRIA)</u>	R\$	1.571,66
6	<u>IMPOSTO DE RENDA</u>		
	NÚMERO DE MESES (IN 1127/11)		20
	VALOR DO IMPOSTO DE RENDA CALCULADO.....	R\$	0,00
7	<u>TOTAL LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE</u>	R\$	1.571,66
8	<u>HONORÁRIOS AJ/ADVOGATÍCIOS ( NÃO)</u>		
	HONORÁRIOS DE AJ PRINCIPAL.....	R\$	0,00
	HONORÁRIOS DE AJ JUROS.....	R\$	0,00
9	<u>INSS E CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR A RECOLHER</u>		
	INSS RECLAMANTE.....	R\$	150,79
	INSS RECLAMADA.....	R\$	315,84
	CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	R\$	0,00
10	<u>TOTAL DEVIDO PELA RECLAMADA</u>	R\$	2.038,29

Fls.: 147

**PARTE II - SENTENÇAS**

**Sentença de Primeiro Grau( id 55e5dbe – pág. 9e10) :** "... julgar PROCEDENTE EM PARTE a presente ação trabalhista para condenar o reclamado a pagar à reclamante, observados os critérios e os limites da fundamentação, o que segue:

- a) horas extras em razão da não concessão do intervalo de quinze minutos nos dias de trabalho em jornada de seis horas, com as repercussões decorrentes nas férias com 1/3, 13.º salário e repouso remunerados, ficando a condenação limitada até 31.12.2012, e;
- b) um mês de remuneração correspondente ao período de férias concedido em janeiro de 2012, cuja remuneração, em parte, se deu fora do prazo do art. 145 da CLT.

Condene-se o reclamado, ainda, a depositar os valores do FGTS incidentes sobre as parcelas de natureza salarial supra acolhidas, em conta vinculada em nome da autora, na forma da Lei n.º 8.036/90 e regulamentação pertinente.

Os valores serão apurados em liquidação de sentença, autorizados os descontos previdenciários e fiscais a encargo da reclamante segundo a legislação pertinente. Incidirão juros e correção monetária na forma da lei....."

**ACÓRDÃO do TRT ( id 2e75f81 – pág. 1) em 05/05/2016 :** " ....."

**PARTE III - CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA**

**1.º) Apuração do valor devido a título de horas extras, pela não concessão do intervalo de quinze minutos nos dias de trabalho em jornada de seis horas, com as repercussões nos repouso remunerados.**

COLUNA 1= Valor salário mensal.  
 COLUNA 2= Valor da hora extra c/50 % [ Coluna 1 (/) 180 (X) 1,5]  
 COLUNA 3= N.º de dias trabalhados no mês anterior. O reclamado paga as horas extras no mês seguinte.  
 COLUNA 4= N.º de horas extras devidas [ Coluna 3 (X) 0,25=15 min]  
 COLUNA 5= Valor devido [ Coluna 2 (X) Coluna 4]  
 COLUNA 6= Número de RSR.  
 COLUNA 7= Valor devido a título de horas extras com RSR. [ Coluna 5] com aplicação do RSR informado na Coluna 6]

	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )	( 5 )	( 6 )	( 7 )
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
set/11	755,45	5,15	19,00	4,75	24,46	4 / 23	28,72
out/11	755,45	5,15	20,00	5,00	25,75	6 / 24	32,19
nov/11	755,45	5,15	20,00	5,00	25,75	6 / 25	31,93
dez/11	755,45	5,15	18,00	4,50	23,18	7 / 23	30,23
jan/12	785,67	5,36	20,00	5,00	26,80	4 / 24	31,27
fev/12	785,67	5,36	2,00	0,50	2,68	0 / 2	2,68
mar/12	836,74	5,71	21,00	5,25	29,98	4 / 25	34,77
abr/12	836,74	5,71	19,00	4,75	27,12	4 / 27	31,14
mai/12	836,74	5,71	20,00	5,00	28,55	6 / 24	35,69
jun/12	836,74	5,71	22,00	5,50	31,41	5 / 25	37,69
jul/12	836,74	5,71	19,00	4,75	27,12	6 / 24	33,90
ago/12	836,74	5,71	22,00	5,50	31,41	5 / 26	37,44
set/12	836,74	5,71	23,00	5,75	32,83	4 / 27	37,70
out/12	836,74	5,71	18,00	4,50	25,70	7 / 23	33,52
nov/12	836,74	5,71	21,00	5,25	29,98	6 / 25	37,17
dez/12	836,74	5,71	19,00	4,75	27,12	6 / 24	33,90
jan/13	836,74	5,71	16,00	4,00	22,84	4 / 20	27,41

Fls.: 148

**2.º) Apuração dos reflexos das horas extras apuradas no item anterior nos 13.º salários e férias com 1/3.**

**13.º SALÁRIO - DEZEMBRO 2011**  
=====

	NÚMERO HORAS	VALORES TOTAIS	MESES DE APURAÇÃO	VALORES PROPORC. DEVIDOS
SALÁRIO BÁSICO DEZ/2011		785,67		
TOTAL H. EXTRAS C/ADIC 50%-ANO	19,25	103,12	3,84	26,85
TOTAL REFLEXOS 13.º SALÁRIO				26,85
VALOR DEVIDO - 5/12 AVOS				11,19

**13.º SALÁRIO - DEZEMBRO 2012**  
=====

	NÚMERO HORAS	VALORES TOTAIS	MESES DE APURAÇÃO	VALORES PROPORC. DEVIDOS
SALÁRIO BÁSICO DEZ/2012		836,74		
TOTAL H. EXTRAS C/ADIC 50%-ANO	56,50	322,34	12,00	26,86
TOTAL REFLEXOS 13.º SALÁRIO				26,86

**13.º SALÁRIO - DEZEMBRO 2013**  
=====

	NÚMERO HORAS	VALORES TOTAIS	MESES DE APURAÇÃO	VALORES PROPORC. DEVIDOS
SALÁRIO BÁSICO DEZ/2013		1.163,11		
TOTAL H. EXTRAS C/ADIC 50%-ANO	4,00	31,72	12,00	2,64
TOTAL REFLEXOS 13.º SALÁRIO				2,64

**FÉRIAS EM DEZEMBRO/2011**  
=====

PERÍODO AQUISITIVO :	05/08/2011	-24/12/2011		
	NÚMERO HORAS	VALORES TOTAIS	MESES DE APURAÇÃO	VALORES PROPORC. DEVIDOS
SALÁRIO BÁSICO DEZ/2011		785,67		
TOTAL H. EXTRAS C/ADIC 50%-ANO	19,25	103,12	3,84	26,85
ADICIONAL DE 1/3				8,95
TOTAL REFLEXOS FÉRIAS				35,81

**FÉRIAS EM DEZEMBRO/2012**  
=====

PERÍODO AQUISITIVO :	24/12/2011	-24/12/2012		
	NÚMERO HORAS	VALORES TOTAIS	MESES DE APURAÇÃO	VALORES PROPORC. DEVIDOS
SALÁRIO BÁSICO DEZ/2012		836,74		
TOTAL H. EXTRAS C/ADIC 50%-ANO	56,50	322,34	12,00	26,86
ADICIONAL DE 1/3				8,95
TOTAL REFLEXOS FÉRIAS				35,82

**FÉRIAS EM DEZEMBRO/2013**  
=====

PERÍODO AQUISITIVO :	24/12/2012	-24/12/2013		
	NÚMERO HORAS	VALORES TOTAIS	MESES DE APURAÇÃO	VALORES PROPORC. DEVIDOS
SALÁRIO BÁSICO DEZ/2013		836,74		
TOTAL H. EXTRAS C/ADIC 50%-ANO	4,00	22,82	12,00	1,90
ADICIONAL DE 1/3				0,63



Fls.: 149

TOTAL REFLEXOS FÉRIAS

2,54

**3.º) Apuração de um mês da remuneração correspondente ao período de férias concedido em janeiro de 2012, cuja remuneração, em parte, se deu fora do prazo do art. 145 da CLT.**

É devido o valor de R\$ 785,67 ( valor do salário de janeiro/2012).

**4.º) Apuração do FGTS sobre as parcelas de natureza salarial supra acolhidas, com atualização até 10/09/2016 pelos índice de atualização das contas do FGTS da CEF-Enunciado 24 do TRT, uma vez que os valores devem ser depositados na conta vinculada.**

- COLUNA 1= Valores apurados no item 1 acima.  
 COLUNA 2= Valores apurados no item 2 e 3 acima.  
 COLUNA 3= Somatório das Colunas 1 a 2.  
 COLUNA 4= FGTS devido [ Coluna 3 (X) 8 %].  
 COLUNA 5= Índice de atualização das contas do FGTS da CEF ( TR do dia 10 mais juros de 3 % ao ano), com atualização até o dia 10/09/2016.  
 COLUNA 6= FGTS devido com multa atualizado até o dia 10/09/2016 [ Coluna 4 (X) Coluna 5].

	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )	( 5 )	( 6 )
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
ago/11			0,00	0,00	1,2160380	0,00
set/11	28,72		28,72	2,30	1,2118318	2,78
out/11	32,19		32,19	2,58	1,2081024	3,11
nov/11	31,93		31,93	2,55	1,2043544	3,08
dez/11	30,23	35,81	66,04	5,28	1,2002675	6,34
13.º-11	0,00	11,19	11,19	0,90	1,2002675	1,07
jan/12	31,27	785,67	816,94	65,35	1,1962815	78,18
fev/12	2,68		2,68	0,21	1,1933387	0,26
mar/12	34,77		34,77	2,78	1,1891339	3,31
abr/12	31,14		31,14	2,49	1,1859402	2,95
mai/12	35,69		35,69	2,86	1,1824696	3,38
jun/12	37,69		37,69	3,01	1,1795608	3,56
jul/12	33,90		33,90	2,71	1,1764902	3,19
ago/12	37,44		37,44	3,00	1,1734521	3,52
set/12	37,70		37,70	3,02	1,1705655	3,53
out/12	33,52		33,52	2,68	1,1676860	3,13
nov/12	37,17		37,17	2,97	1,1648136	3,46
dez/12	33,90	35,82	69,72	5,58	1,1619482	6,48
13.º-12	0,00	26,86	26,86	2,15	1,1619482	2,50
jan/13	27,41		27,41	2,19	1,1590899	2,54
dez/13	0,00	2,54	2,54	0,20	1,1259593	0,23
13.º-13		2,64	2,64	0,21	1,1259593	0,24
<b>TOTAL DO FGTS DEVIDO ATUALIZADO ATÉ O DIA 10/09/2016</b>						<b>136,84</b>

**5.º) Apuração dos descontos previdenciários a encargo do Reclamante conforme decreto determina o artigo § 4.º do artigo 68 do Decreto 2173 de 05/03/97 e Ordem de serviço conjunta 66 INSS-DAF-DSS de 10/10/97, com atualização monetária 30/09/2016 pelo Fator de Atualização e Conversão dos Débitos Trabalhistas (FACDT), do dia do pagamento ou vencimento de cada parcela - Súmula 21 do TRT4 e Orientação Jurisprudencial n.º 52 da Seção Especializada em Execução do TRT4.**

- COLUNA 1= Valores totais recebidos p/reclamante na contratualidade tributáveis do INSS  
 COLUNA 2= Valores tributáveis do INSS apurados nos itens anteriores.  
 COLUNA 3= Valores totais tributáveis do INSS [ Coluna 1 (+) Coluna 2], para enquadramento nas alíquotas vigentes em cada mês de competência.

Fls.: 150

- COLUNA 4=** Valor do desconto do INSS devido calculado sobre o valor total tributável do INSS - Coluna 3.
- COLUNA 5=** Valor do desconto do INSS procedido do reclamante na contratualidade.
- COLUNA 6=** Valor devidos a título de desconto do INSS sobre as parcelas deferidas em sentença, por mês de competência. [ Coluna 4 (-) Coluna 5]
- COLUNA 7=** FACDT do dia do pagamento ou do vencimento - Enunciado 21 do TRT4 e OJ. N.º 52 da Seção Espec. em Execução do TRT4.
- COLUNA 8=** Valor dos descontos em FACDT. [ Coluna 6 (/) Coluna 7].

	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )	( 5 )	( 6 )	( 7 )	( 8 )
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
set/11	973,73	28,72	1.002,45	80,20	77,90	2,30	950,121834	0,002416
out/11	973,73	32,19	1.005,92	80,47	77,90	2,57	950,788141	0,002707
nov/11	973,73	31,93	1.005,66	80,45	77,90	2,55	951,368351	0,002683
dez/11	1.073,40	66,04	1.139,44	102,55	85,87	16,68	952,230269	0,017516
13.º-11	396,81	11,19	408,00	32,64	31,74	0,90	951,987076	0,000945
jan/12	785,67	816,94	1.602,61	144,23	62,86	81,38	953,062474	0,085387
fev/12	1.003,95	2,68	1.006,63	80,53	80,32	0,21	953,174721	0,000221
mar/12	1.069,64	34,77	1.104,41	88,35	85,57	2,78	954,053831	0,002917
abr/12	1.069,64	31,14	1.100,78	88,06	85,57	2,49	954,387651	0,002612
mai/12	1.069,64	35,69	1.105,33	88,43	85,57	2,86	954,774750	0,002991
jun/12	1.069,64	37,69	1.107,33	88,59	85,57	3,02	954,855977	0,003159
jul/12	1.069,64	33,90	1.103,54	88,28	85,57	2,71	954,974725	0,002841
ago/12	1.069,64	37,44	1.107,08	88,57	83,88	4,69	955,090511	0,004907
set/12	1.069,64	37,70	1.107,34	88,59	85,57	3,02	955,110940	0,003159
out/12	1.069,64	33,52	1.103,16	88,25	85,57	2,68	955,110940	0,002808
nov/12	1.069,64	37,17	1.106,81	88,54	85,57	2,97	955,110940	0,003115
dez/12	1.069,64	69,72	1.139,36	91,15	85,57	5,58	955,110940	0,005841
13.º-12	1.046,03	26,86	1.072,89	85,83	83,68	2,15	955,110940	0,002252
jan/13	1.046,03	27,41	1.073,44	85,88	83,68	2,20	955,110940	0,002298
dez/13	1.221,17	2,54	1.223,71	97,90	97,7	0,20	956,867909	0,000206
13.º-13	1.230,99	2,64	1.233,63	98,69	98,48	0,21	956,777899	0,000220

TOTAL DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS em FACDT	0,151201
(x) FACDT EM 30/09/2016	997,313879
TOTAL DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ATUALIZADOS ATÉ 30/09/2016 - R\$	150,79

**6.º) Apuração dos valores correspondentes as contribuições previdenciárias a encargo da Reclamada, conforme definido no § 1.º-A e § 4.º do art. 879 da CLT acrescidos pela Lei 10.035/20000, com atualização monetária 30/09/2016 pelo Fator de atualização e Conversão dos Débitos Trabalhistas (FACDT), do dia do pagamento ou vencimento de cada parcela - Súmula 21 do TRT4 e Orientação Jurisprudencial n.º 52 da Seção Especializada em Execução do TRT4.**

- COLUNA 1=** Valores tributáveis do INSS apurados nos itens anteriores.
- COLUNA 2=** Valor de responsabilidade da reclamada sobre os valores devidos ao reclamante. [ Coluna 1 (X) 21 %].
- COLUNA 3=** FACDT do dia do pagamento ou do vencimento - Enunciado 21 do TRT4 e OJ. N.º 52 da Seção Espec. em Execução do TRT4.
- COLUNA 4=** Valor dos encargos de responsabilidade da reclamada em FACDT. [ Coluna 2 (/) Coluna 3].

	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
	=====	=====	=====	=====
set/11	28,72	6,03	950,121834	0,006347
out/11	32,19	6,76	950,788141	0,007110
nov/11	31,93	6,71	951,368351	0,007053
dez/11	66,04	13,87	952,230269	0,014566
13.º-11	11,19	2,35	951,987076	0,002469
jan/12	816,94	171,56	953,062474	0,180009



Fls.: 151

fev/12	2,68	0,56	953,174721	0,000588
mar/12	34,77	7,30	954,053831	0,007652
abr/12	31,14	6,54	954,387651	0,006853
mai/12	35,69	7,49	954,774750	0,007845
jun/12	37,69	7,91	954,855977	0,008284
jul/12	33,90	7,12	954,974725	0,007456
ago/12	37,44	7,86	955,090511	0,008230
set/12	37,70	7,92	955,110940	0,008292
out/12	33,52	7,04	955,110940	0,007371
nov/12	37,17	7,81	955,110940	0,008177
dez/12	69,72	14,64	955,110940	0,015328
13.º-12	26,86	5,64	955,110940	0,005905
jan/13	27,41	5,76	955,110940	0,006031
dez/13	2,54	0,53	956,867909	0,000554
13.º-13	2,64	0,55	956,777899	0,000575

TOTAL DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA em FACDT	0,316695
(x) FACDT EM 30/09/2016	997,313879
VALOR DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA EM 30/09/2016 em REAIS	315,84

**7.º) Consolidação dos valores apurados acima, com exceção do FGTS que é calculado a parte, abatido os descontos previdenciários, por mês de competência, com atualização monetária 30/09/2016 pelo Fator de Atualização e Conversão dos Débitos Trabalhistas (FACDT), do dia do pagamento ou vencimento de cada parcela - Súmula 21 do TRT4 e Orientação Jurisprudencial n.º 52 da Seção Especializada em Execução do TRT4.**

**7.1º) APURAÇÃO DOS VALORES TRIBUTADOS PELO IMPOSTO DE RENDA**

- COLUNA 1=** Data de pagamento dos salários praticado pela reclamada, quando mais favorável que a data definida na CLT, ou então a data do pagamento dos salários, férias, 13.º salário e das rescisórias conforme estipulado pela CLT.
- COLUNA 2=** Valores apurados no item 1 acima.
- COLUNA 3=** Valores apurados no item 2 acima.
- COLUNA 4=** Valores apurados no item 3 acima.
- COLUNA 5=** Valores apurados no item 5 acima- descontos previdenciários.
- COLUNA 6=** Valor total devido consolidado por mês ao reclamante [ Colunas 2 +....+ Coluna 4] (-) Coluna 5.
- COLUNA 7=** FACDT do dia do pagamento ou do vencimento - Enunciado 21 do TRT4 e OJ. N.º 52 da Seção Espec. em Execução do TRT4.
- COLUNA 8=** Valores devidos em FACDT [ Coluna 6 (/) Coluna 7].

	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )	( 5 )	( 6 )	( 7 )	( 8 )
	====	====	===	====	====	=====	=====	=====
set/11	28/09/11	28,72	0,00	0,00	2,30	26,42	950,121834	0,027808
out/11	28/10/11	32,19	0,00	0,00	2,57	29,61	950,788141	0,031147
nov/11	28/11/11	31,93	0,00	0,00	2,55	29,38	951,368351	0,030879
dez/11	28/12/11	30,23	35,81	0,00	16,68	49,36	952,230269	0,051835
13.º-11	20/12/11	0,00	11,19	0,00	0,90	10,29	951,987076	0,010809
jan/12	27/01/12	31,27	0,00	785,67	81,38	735,56	953,062474	0,771783
fev/12	28/02/12	2,68	0,00	0,00	0,21	2,47	953,174721	0,002591
mar/12	28/03/12	34,77	0,00	0,00	2,78	31,99	954,053831	0,033531
abr/12	27/04/12	31,14	0,00	0,00	2,49	28,65	954,387651	0,030017
mai/12	28/05/12	35,69	0,00	0,00	2,86	32,83	954,774750	0,034386
jun/12	28/06/12	37,69	0,00	0,00	3,02	34,67	954,855977	0,036309
jul/12	27/07/12	33,90	0,00	0,00	2,71	31,19	954,974725	0,032660
ago/12	28/08/12	37,44	0,00	0,00	4,69	32,76	955,090511	0,034298
set/12	28/09/12	37,70	0,00	0,00	3,02	34,68	955,110940	0,036310

Fls.: 152

out/12	29/10/12	33,52	0,00	0,00	2,68	30,83	955,110940	0,032282
nov/12	28/11/12	37,17	0,00	0,00	2,97	34,20	955,110940	0,035804
dez/12	28/12/12	33,90	35,82	0,00	5,58	64,14	955,110940	0,067159
13.º-12	20/12/12	0,00	26,86	0,00	2,15	24,71	955,110940	0,025870
jan/13	28/01/13	27,41	0,00	0,00	2,20	25,21	955,110940	0,026398
dez/13	27/12/13	0,00	2,54	0,00	0,20	2,34	956,867909	0,002449
13.º-13	20/12/13	0,00	2,64	0,00	0,21	2,43	956,777899	0,002539

VALOR LIQUIDO, EXCLUÍDO O FGTS e abatido os descontos previdenciários, DEVIDO AO RECLAMANTE em FACDT	1,356864
(x) FACDT EM 30/09/2016	997,313879
VALOR LIQUIDO, EXCLUÍDO O FGTS e abatido os descontos previdenciários, DEVIDO AO RECLAMANTE em REAIS EM 30/09/2016	1.353,22
(+) JUROS SIMPLES DE 0,05%a.m.(28/09/2015à30/09/2016) = 6,03 %	81,60
VALOR TOTAL LIQUIDO, EXCLUÍDO O FGTS, ABATIDO OS DESCONTOS PREVIDENCIARIOS, COM JUROS DEVIDO AO RECLAMANTE EM 30/09/2016	1.434,82

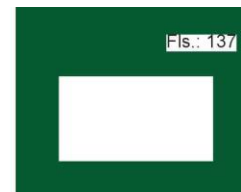
### 7.2º) APURAÇÃO DOS VALORES ISENTOS OU NÃO TRIBUTÁVEIS PELO IMPOSTO DE RENDA

Não existem valores apurados neste item.

Porto Alegre, 14 de setembro de 2016

Contador - CRC/RS  
Administrador - CRA/RS

## ANEXO B – Laudo Pericial Caso 2



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 2ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO – RS.

Processo nº: **0021231-40.2015.5.04.0772**

Reclamante:

Reclamada:

, inscrito no CRC/RS sob nº , CNPC nº , notificado à Id. f5ae501 (conforme despacho Id. acdce78), para o encargo de auxiliar do Juízo na ação em evidência, vem respeitosamente a presença de V. Exa. apresentar o cálculo a seguir, com observância às diretrizes estabelecidas no título executivo.

Apreciando o trabalho pericial, conhecimento técnico, leitura de decisões, apuração do adicional de insalubridade em grau máximo, calculado sobre o salário-mínimo nacional, com reflexos em horas extras, 13º salário, férias com 1/3 e depósitos do FGTS, Requer que sejam arbitrados os honorários periciais em **1,68 salários mínimos (que corresponde a R\$ 1.600,00)**. Informa ainda que se encontra à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Lajeado/RS, 27 de Março de 2018.

---

Perito CNPC nº  
CRC/RS

---



Fls.: 138

# Parte I – Identificação e Resumo do Cálculo

## IDENTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0020135-87.2015.5.04.0772  
VARA: 2ª de Lajeado

## DADOS DO CÁLCULO

RECLAMANTE :

RECLAMADA:

Data atualização: 01/03/2018

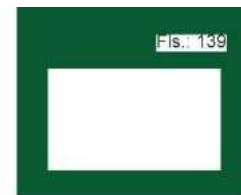
Índice de atualização: TR ATÉ 25/03/2015 E POSTERIOR IPCA-E

## RESUMO DE CÁLCULO

1) RECLAMANTE		TOTAL
<b>A - VALOR PRINCIPAL ATUALIZADO</b>		<b>R\$ 26.868,13</b>
BASE DE CÁLCULO DOS JUROS		R\$ 23.129,04
B - JUROS DE MORA	13,233%	<b>R\$ 2.396,92</b>
<b>C - PRINCIPAL ATUALIZADO ( A+B )</b>		<b>R\$ 29.265,05</b>
<b>D - F.G.T.S. APURADO</b>		<b>R\$ 2.093,73</b>
<b>H - VALOR BRUTO APURADO AO RECLAMANTE COM INSS</b>		<b>R\$ 31.358,78</b>
I - Valor dos honorários advocatícios	0%	<b>R\$ 0,00</b>
J - PREVIDÊNCIA SOCIAL A RECOLHER (INSS)		R\$ 3.739,09
<b>K - VALOR LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE</b>		<b>R\$ 27.619,69</b>
<b>2) RECLAMADA</b>		
L - VALOR BRUTO APURADO AO RECLAMANTE		R\$ 31.338,35
M - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (QUOTA EMPRESA)		R\$ 6.649,24
N - VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS		R\$ 0,00
<b>TOTAL DEVIDO PELA RECLAMADA = TOTAL DA CONDENAÇÃO</b>		<b>R\$ 38.008,02</b>

Lajeado/RS, 27 de Março de 2018.

Perito CNPC nº  
CRC/RS



## Parte II – Considerações Preliminares

### 1 – Súmulas e Orientações Jurisprudenciais adotadas

Critérios para os cálculos de liquidação de sentença segundo orientação:

- recomendação 01/2015 da Corregedoria do TRT da 4ª Região.
- artigo 192 da CLT = Base para o Adicional de Insalubridade = salário mínimo nacional.
- **SÚMULA 62 DO TRT4 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.** A base de cálculo do adicional de insalubridade permanece sendo o salário mínimo nacional enquanto não sobrevier lei dispondo de forma diversa, salvo disposição contratual ou normativa prevendo base de cálculo mais benéfica ao trabalhador.

**ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 73 - PARCELAS DEVIDAS. PRESCRIÇÃO. EXIGIBILIDADE:** A prescrição não se vincula ao mês de competência da parcela, e sim à data em que esta seria exigível.

- parcelas vencidas e vincendas, na forma do artigo 290 do CPC.

- **SÚMULA 366 do TST CARTÃO DE PONTO. REGISTRO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO:** Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal, pois configurado tempo à disposição do empregador, não importando as atividades desenvolvidas pelo empregado ao longo do tempo residual (troca de uniforme, lanche, higiene pessoal, etc).

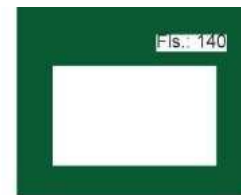
- **SÚMULA 449 do TST MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 10.243, DE 19.06.2001. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE:** A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.

- **SÚMULA 264 do TST: HORA SUPLEMENTAR. CÁLCULO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.200** - A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

- **SÚMULA 347 do TST HORAS EXTRAS HABITUAIS. APURAÇÃO. MÉDIA FÍSICA (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003:** O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.

**OJ-SDI1-394 REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - RSR. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. NÃO REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DO FGTS.** (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010): A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem".





- **SÚMULA 172 do TST: REPOUSO REMUNERADO. HORAS EXTRAS. CÁLCULO (mantida)** - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas. (ex-Prejulgado nº 52).

**OJ Nº 56, SEEX, TRT4 - LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO DE PARCELAS VINCENDAS. ARTIGO 323 DO CPC/2015.** (Alterada pela **RESOLUÇÃO Nº 01/2016** Disponibilizada no DEJT dos dias 15, 18 e 19.07.2016 e considerada publicada nos dias 18, 19 e 20.07.2016.) Aplica-se à liquidação/execução trabalhista o entendimento expresso no art. 323 do CPC/2015, mesmo quando omissa a sentença quanto às parcelas vincendas. São estas devidas após a data do ajuizamento quando íntegro o contrato de trabalho e mantidas as condições fáticas que embasaram a condenação.

**OJ Nº 57, SEEX, TRT4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS/ASSISTENCIAIS. PARCELAS VINCENDAS.** Os honorários advocatícios/assistenciais são devidos sobre as parcelas objeto da condenação, incidindo sobre as vincendas até doze parcelas mensais seguintes ao trânsito em julgado do título executivo judicial.

**SÚMULA 37 DO TST - HONORÁRIOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. BASE DE CÁLCULO.** Os honorários de assistência judiciária são calculados sobre o valor bruto da condenação.

#### - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS:

- **SÚMULA 21 do TRT da 4ª Região:** Os débitos trabalhistas sofrem atualização monetária pro rata die a partir do dia imediatamente posterior à data de seu vencimento, considerando-se esta a prevista em norma legal ou, quando mais benéfica ao empregado, a fixada em cláusula contratual, ainda que tácita, ou norma coletiva

**PROPOSTA 2 (Conclusão aprovadas por magistrados do TRT4):**

**ATUALIZAÇÃO PELA TR. LEI NOVA. CONTROLE DIFUSO. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS.**

**I** - O §7º do art. 879 deve ser declarado inconstitucional, em controle difuso, já que a atualização dos créditos trabalhistas pela TR impõe “restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina” (Tese fixada pelo STF em 20/9/2017 quanto ao tema 810 de Repercussão Geral).

**II** – A inclusão da TR em nova norma infraconstitucional não afasta sua inconstitucionalidade já reconhecida em controle difuso pelo plenário do TST e do TRT4 quando do exame do art. 39 da lei 8.177/91.

**III** – Por uniformidade e segurança jurídica, deve-se adotar a mesma modulação de efeitos estipulada pelo STF em caso análogo (ADI 4357), com o uso da TR até 25/3/15, e o IPCA-E após tal data.

- **SÚMULA 381 DO TST CORREÇÃO MONETÁRIA. SALÁRIO. ART. 459 DA CLT (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 124 da SBDI-1)** - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005: O pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º, (ex-OJ nº 124 da SBDI-1 - inserida em 20.04.1998);



Fis. 141

#### - JUROS DE MORA

Ente Público deverá ser observado o art. 1º-F da Lei 9.494 (Redação do MP nº 2.180-25, de 24.08.2001).

- **Artigo 39, § 1º da Lei 8.177/91:** Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento.

§ 1º Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no caput, juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados pro rata die, ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação.

#### - SÚMULA 52 do TRT4 – Juros de Mora. Base de Cálculo:

Os juros de mora incidem sobre o valor da condenação, corrigido monetariamente, após a dedução da contribuição previdenciária a cargo do exequente.

- **SÚMULA 54 do TRT4- JUROS DE MORA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL:** Os juros de mora sobre a indenização por dano moral incidem a partir da data do ajuizamento da ação, aplicando-se a regra do art. 883 da CLT.

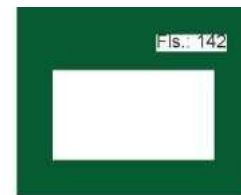
**JUROS DE MORA DECRESCENTES OU REGRESSIVOS.** Nas reclamações trabalhistas, os **juros de mora** incidem desde o ajuizamento da ação, por força de lei, estando a matéria pacificada na Súmula n. 200 do C. TST. Porém, se a condenação abrange parcelas vencidas e vincendas, os **juros** são devidos desde o ajuizamento da ação, mas serão regressivos em relação às parcelas vincendas, sob pena de enriquecimento sem causa. Isso deve ser observado mesmo na ausência de determinação neste sentido no comando exequendo, pois decorre da própria natureza da apuração do crédito, vencido somente após ajuizamento da ação, no mês em que deveria ter sido pago e não o foi, momento a partir do qual o devedor encontra-se em **mora**.

**JUROS DE MORA DECRESCENTES. ART. 39 , DA LEI 8.177 /91. 1)** Em relação às parcelas vincendas, não são devidos **juros de mora** desde o ajuizamento da ação, porque não pode haver efeito sem causa, o que configuraria enriquecimento ilícito, e sequer isto é contemplado pela Lei 8.177 /91. **2)** Não pode haver apuração de **juros de mora** desde o ajuizamento da ação se as parcelas têm vencimento posterior, porque aí deve ser observada a regra de apuração -no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento-, ex-vi do caput do art. 39 , da Lei 8.177 /91

#### - do FGTS:

- **atualizado pelo** índice próprio informado pela CEF (JAM), visto que o título executivo determina o depósito na conta vinculada, do qual foram corrigidos pelos índices praticados pelo agente gestor (CEF), na forma da OJ nº 10 da Seção Especializada em Execução do TRT da 4ª Região.

FGTS depositado na conta vinculada, na forma do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.036/90.



**- dos Descontos Previdenciários:**

**LEI 8.212/90, Artigo 28:** Do salário de contribuição.

**Art. 876 da CLT-** As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo.

Parágrafo único - Serão executadas ex-officio as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juizes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

**SÚMULA 368 do TST: DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. FORMA DE CÁLCULO. FATO GERADOR (aglutinada a parte final da Orientação Jurisprudencial nº 363 da SBDI-I à redação do item II e incluídos os itens IV, V e VI em sessão do Tribunal Pleno realizada em 26.06.2017) - Res. 219/2017, republicada em razão de erro material – DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017**

I - A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição. (ex-OJ nº 141 da SBDI-I - inserida em 27.11.1998).

II - É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultantes de crédito do empregado oriundo de condenação judicial. A culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias, contudo, não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte. (ex-OJ nº 363 da SBDI-I, parte final)

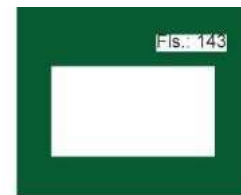
III - Os descontos previdenciários relativos à contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, devem ser calculados mês a mês, de conformidade com o art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/1999 que regulamentou a Lei nº 8.212/1991, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição (ex-OJs nºs 32 e 228 da SBDI-I - inseridas, respectivamente, em 14.03.1994 e 20.06.2001).

IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, "caput", do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91.

V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do esgotamento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96).

VI - O imposto de renda decorrente de crédito do empregado recebido acumuladamente deve ser calculado sobre o montante dos rendimentos pagos, mediante a utilização de tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade





de meses a que se refiram os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito, nos termos do art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22/12/1988, com a redação conferida pela Lei nº 13.149/2015, observado o procedimento previsto nas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil

**SÚMULA 25 do TRT4 - DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS.** São cabíveis, independentemente de sua previsão no título judicial, resguardada a coisa julgada.

**SÚMULA 26 do TRT4: - DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. BASE DE CÁLCULO.** Os descontos previdenciários apuram-se mês a mês, incidindo sobre o valor histórico sujeito à contribuição, excluídos os juros de mora, respeitado o limite máximo mensal do salário-de-contribuição, observados as alíquotas previstas em lei e os valores já recolhidos, atualizando-se o valor ainda devido.

**ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 19 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO HOMOLOGADO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA.** Homologado acordo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, as contribuições previdenciárias devem ser calculadas com base no valor do acordo, observada a proporcionalidade entre as parcelas de natureza salarial e indenizatória contidas na sentença.

#### - dos DESCONTOS FISCAIS

- Lei 12.350/2010 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.127/11 e observada a legislação vigente;

- Lei 8541/92, Art. 46. O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial será retido na fonte pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário.

- OJ-SDI1-400. IMPOSTO DE RENDA. BASE DE CÁLCULO. JUROS DE MORA. NÃO INTEGRAÇÃO. ART. 404 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. (DEJT divulgado em 02, 03 e 04.08.2010). Os juros de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação de pagamento em dinheiro não integram a base de cálculo do imposto de renda, independentemente da natureza jurídica da obrigação inadimplida, ante o cunho indenizatório conferido pelo art. 404 do Código Civil de 2002 aos juros de mora.

**SÚMULA 53 DO TRT4 - DESCONTOS FISCAIS. JUROS DE MORA. BASE DE CÁLCULO.** (Revista a Súmula nº 51): Os juros de mora sobre o crédito trabalhista não integram a base de cálculo dos descontos fiscais.

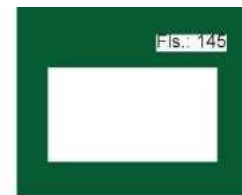
- OJ 363 da SDI-I do C. TST, segundo a qual: A responsabilidade pelo recolhimento das contribuições social e fiscal, resultante de condenação judicial referente a verbas remuneratórias, é do empregador e incide sobre o total da condenação. Contudo, a culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte.



Fis. 144

## 2 – Demonstrativo da Base de Cálculo das Parcelas

M/A	Salário Base	Salário Mínimo	Adic. Insal. de 40%	VALE ALIMENTAÇÃO	GRAT. ESCOLAR	ADIC. POR TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL DO SALÁRIO	Jornada mensal em horas	Valor Hora Normal
jul/12	581,42	622,00	248,80	186,82			1.017,04	200,00	5,09
ago/12	581,42	622,00	248,80	274,00			1.104,22	200,00	5,52
set/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67
out/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67
nov/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67
dez/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67
jan/13	581,42	678,00	271,20	274,00	29,07		1.155,69	200,00	5,78
fev/13	581,42	678,00	271,20	274,00	29,07		1.155,69	200,00	5,78
mar/13	722,75	678,00	271,20	274,00	36,14		1.304,09	200,00	6,52
abr/13	996,75	678,00	271,20		49,84		1.317,79	200,00	6,59
mai/13	996,75	678,00	271,20		49,84		1.317,79	200,00	6,59
jun/13	996,75	678,00	271,20		49,84		1.317,79	200,00	6,59
jul/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77
ago/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77
set/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77
out/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77
nov/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77
dez/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77
jan/14	1.030,64	724,00	289,60				1.320,24	200,00	6,60
fev/14	1.030,64	724,00	289,60		51,53		1.371,77	200,00	6,86
mar/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
abr/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
mai/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
jun/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
jul/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
ago/14	1.092,48	724,00	289,60		27,31		1.409,39	200,00	7,05
set/14	1.092,48	724,00	289,60		27,31		1.409,39	200,00	7,05
out/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
nov/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
dez/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18
jan/15	1.092,48	788,00	315,20		27,31		1.434,99	200,00	7,17
fev/15	1.092,48	788,00	315,20		54,62		1.462,30	200,00	7,31
mar/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
abr/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
mai/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
jun/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
jul/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
ago/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
set/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
out/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66
nov/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90	57,90	1.589,03	200,00	7,95
dez/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90	57,90	1.589,03	200,00	7,95
jan/16	1.158,03	880,00	352,00		57,90	57,90	1.625,83	200,00	8,13
fev/16	1.158,03	880,00	352,00		57,90	57,90	1.625,83	200,00	8,13
mar/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
abr/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
mai/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
jun/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
jul/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
ago/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
set/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
out/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
nov/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
dez/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64
jan/17	1.250,67	937,00	374,80		62,53	62,53	1.750,54	200,00	8,75
fev/17	1.250,67	937,00	374,80		62,53	62,53	1.750,54	200,00	8,75
mar/17	1.250,67	937,00	374,80		62,53	62,53	1.750,54	200,00	8,75
abr/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
mai/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
jun/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
jul/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
ago/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
set/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
out/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
nov/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12
dez/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12



### 3 ITENS DEFERIDOS – Fórmulas e Critérios de Apuração

O trabalho tem por objetivo efetuar a conta de liquidação sobre as parcelas deferidas na condenação, dirimindo os conflitos e dúvidas que possam haver entre as partes, constituindo-se do conjunto de procedimentos técnicos necessários destinados a levar à instância decisória elementos necessários à solução do litígio, na forma de Laudo Pericial, em conformidade com as normas aplicáveis e a legislação específica pertinente.

Na realização do trabalho, o planejamento envolveu o estudo prévio do processo e a ciência do conteúdo.

O presente laudo também se baseou na NBC TP 01, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015- PERÍCIA CONTÁBIL.

#### DA SENTENÇA (Id. af8a648)

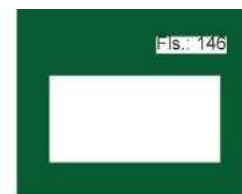
ANTE O EXPOSTO, e nos termos da fundamentação supra, que passa a integrar o presente dispositivo para todos os efeitos legais, julgo **IMPROCEDENTE** a ação movida por

em desfavor de . Custas, de R\$680,00, sobre o valor atribuído à causa, de R\$34.000,00, bem como honorários periciais técnicos, fixados em R\$500,00 pela reclamante, dispensada, por litigar ao abrigo da justiça gratuita. Tais honorários deverão ser habilitados na forma regulamentar. Arquivem-se, após o trânsito em julgado. Publicada em Cartório. Intimem-se as partes.

#### DO RECURSO ORDINÁRIO (Id. 9a8da64)

ACORDAM os Magistrados integrantes da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, **DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE**,

, para condenar a reclamada ao pagamento, com juros e correção monetária na forma da lei, autorizados os descontos previdenciários e fiscais cabíveis, de adicional de insalubridade em grau máximo, a ser calculado sobre o salário-mínimo nacional, com reflexos em horas extras, 13º salário, férias com 1/3 e depósitos do FGTS, bem como de honorários assistenciais, na base de 15% sobre o valor bruto da condenação, apuráveis ao final. É revertida à reclamada a responsabilidade frente aos honorários periciais, fixados pela sentença em R\$ 500,00. Custas processuais de R\$ 200,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação, de R\$ 10.000,00, igualmente revertidas à reclamada, e dispensadas.



#### DADOS E PARÂMETROS PARA FORMALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS:

- Admissão: 11.07.2012
- Demissão:
- Ajuizamento: 17.12.2015
- Publicação da sentença: 21.07.2016
- Prescrição:
- Atualização dos cálculos até: 01.03.2018

#### DAS PARCELAS VINCENDAS

Embora a Reclamada se manifesta (Id. 043a983 – Pág. 1):

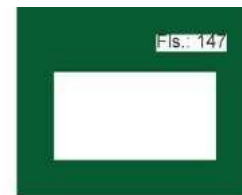
Que os cálculos sejam calculados somente até julho de 2016 (período abrangido pelo regime celetista), tendo em vista que a partir de 1º agosto de 2016, entrou em vigor em a Lei Complementar nº 001/2016, a qual instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores do Município (Regime Estatutário).

Entretanto, a informação atualizada da Ficha Registro, consta que a partir de janeiro/2018, a Reclamante passa para o Regime Estatutário:

PUBLICAÇÕES	
Data	Descrição
02/01/2018	Cfe. Portaria 613/2018, enquadra por transposição o emprego público de Servente, regime CLT, para cargo público, regime estatutário, e declara que está vinculada ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Lajeado, a partir de 01/01/2018.

Portanto, a conta de liquidação elaborada contempla as vincendas até o período de dezembro/2017.





#### DA RENUNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Como a Reclamada interpôs recurso de Revista, acerca dos honorários advocatícios, a parte contrária (reclamante) se manifesta:

Id. 0f3fac:

1. Considerando que a matéria que impulsiona o Recurso de Revista da parte contrária é matéria, em tese, pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, e considerando o princípio da economia processual, a Parte Recorrida renuncia ao pedido relacionado ao pagamento de Honorários Advocatícios a seus patronos, pedido este que prescinde de concordância da parte contrária, devendo ser acolhido para fins de prosseguimento do feito em sua mais adequada efetividade.
2. Diante do exposto, **REQUER** seja recebido, conhecido e deferido o pedido de condenação da parte contrária ao pagamento de honorários aos advogados da parte Autora, pelos fundamentos antes apresentados.

#### Manifestação do Vice-Presidente do Trt4, Dr. Ricardo Carvalho Fraga (Id. b1171ec – Pág. 2)

A parte reclamante, na petição de Id 0f3fa0c, requer a renúncia do direito à parcela dos honorários assistenciais.

Esta questão ensejava o seguimento do recurso de revista da reclamada, conforme decisão de admissibilidade de Id 65f3edd considerado publicado em 06/12/2017(certidão Id 4700588). Observo que foi negado seguimento ao recurso de revista quanto aos outros itens recursais, incidindo ao caso o disposto no artigo 1º da Instrução Normativa 40/2016 do TST.

Compulsando os autos, verifico que não houve a interposição de Agravo de Instrumento pela reclamada até a presente data.

Assim, remetam-se os autos ao Juízo de origem para o regular prosseguimento do feito.

Portanto, o Perito não engloba os honorários advocatícios na elaboração da conta de liquidação contábil

Lajeado/RS, 27 de Março de 2018.

Perito CNPC nº  
CRC/RS

Fls.: 148

**RESUMO DETALHADO PARA LCTO NA SECRETARIA DA VT****PROCESSO:** 0020135-87.2015.5.04.0772**VARA:** 2ª de Lajeado**RECLAMANTE:****ATUALIZAÇÃO:** 01/03/2018**RECLAMADA:****ÍNDICE:** TR ATÉ 25/03/2015 E POSTERIOR IPCA-E**VALORES TRIBUTADOS PELO IMPOSTO DE RENDA - VALORES BRUTOS**

Cod.	Descrição	Valor
001	PRINCIPAL - inss	R\$ 23.129,04
002	Juros sobre o principal	R\$ 2.396,92
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 25.525,96</b>
<b>Nº DE PARCELAS DE MESES QUE SE REFERE O CÁLCULO DO PRINCIPAL TRIBUTÁVEL</b>		<b>72 MESES</b>

**VALORES ISENTOS OU NÃO TRIBUTÁVEIS PELO IMPOSTO DE RENDA**

101	PRINCIPAL - NÃO TRIBUTÁVEL	R\$ 0,00
102	Juros sobre o principal	R\$ 0,00
<b>TOTAL NÃO TRIBUTÁVEL</b>		<b>R\$ 0,00</b>

**FGTS = Para depósito na conta vinculada = Índice de atualização JAM**

111	FGTS a pagar	R\$ 0,00
112	Juros sobre o FGTS	R\$ 0,00
113	FGTS - conta vinculada	R\$ 2.093,73
114	Juros sobre o FGTS - conta vinculada	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.093,73</b>

**IMPOSTO DE RENDA**

	IRRF	R\$ 0,00
--	------	----------

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

0%

621	Honorários Assistência Judiciária (sobre o principal)	R\$ 0,00
622	Juros Honorários Assist. Judiciária (AJ sobre juros)	R\$ 0,00

**INSS PARTE RECLAMANTE**

VALOR HISTÓRICO

ATUALIZAÇÃO

VALOR CORRIGIDO

523	INSS Reclamante a recolher (Taxa TR)		
523	INSS Reclamante a recolher (Taxa Selic)	2.924,97	814,12147
<b>TOTAL INSS RECLAMANTE</b>		<b>2.924,97</b>	<b>814,12147</b>

**INSS PARTE RECLAMADA**

VALOR HISTÓRICO

ATUALIZAÇÃO

VALOR CORRIGIDO

501	INSS - PATRONAL = (TAXA TR)		
511	INSS - Terceiros		
504	INSS PATRONAL = (TAXA SELIC)	5.176,44	1472,80179
<b>TOTAL INSS PATRONAL</b>		<b>5.176,44</b>	<b>1472,80179</b>

**TOTAL DEVIDO PELA RECLAMADA****R\$ 38.008,02**

CONTA DE LIQUIDAÇÃO ELABORADA ATÉ DEZEMBRO/2017, POIS POSTERIOR A ESSE PERÍODO HOUVE ALTERAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO.


Fls.: 149

## ANEXO A

## RELATÓRIO RESUMO TRT4

## IDENTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0020135-87.2015.5.04.0772  
VARA: 2ª de Lajeado

DADOS DO CÁLCULO	
RECLAMANTE :	
RECLAMADA:	
Data atualização:	01/03/2018
Índice de atualização:	TR ATÉ 25/03/2015 E POSTERIOR IPCA-E
RESUMO DE CÁLCULO	
<b>1) RECLAMANTE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>A - VALOR PRINCIPAL ATUALIZADO</b>	<b>R\$ 26.868,13</b>
BASE DE CÁLCULO DOS JUROS	R\$ 23.129,04
B - JUROS DE MORA 13,233%	<b>R\$ 2.396,92</b>
<b>C - PRINCIPAL ATUALIZADO ( A+B )</b>	<b>R\$ 29.265,05</b>
D - F.G.T.S. APURADO	<b>R\$ 2.093,73</b>
<b>H - VALOR BRUTO APURADO AO RECLAMANTE COM INSS</b>	<b>R\$ 31.358,78</b>
I - Valor dos honorários advocatícios 0%	<b>R\$ 0,00</b>
J - PREVIDÊNCIA SOCIAL A RECOLHER (INSS)	R\$ 3.739,09
<b>K - VALOR LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE</b>	<b>R\$ 27.619,69</b>
<b>2) RECLAMADA</b>	
L - VALOR BRUTO APURADO AO RECLAMANTE	R\$ 31.358,78
M - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (QUOTA EMPRESA)	R\$ 6.649,24
N - VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R\$ 0,00
<b>TOTAL DEVIDO PELA RECLAMADA = TOTAL DA CONDENAÇÃO</b>	<b>R\$ 38.008,02</b>
Lajeado/RS, 27 de Março de 2018.	
<div style="text-align: center;">   Perito CNPC nº CRC/RS </div>	

## ANEXO B

## RELATÓRIO RESUMO DETALHADO CONFORME TRT 4ª REGIÃO

## IDENTIFICAÇÃO

PROCESSO: 0020135-87.2015.5.04.0772

VARA: 2ª de Lajeado

<b>1 Dados do cálculo</b>			
1.1 RECLAMANTE:			
1.2 RECLAMADA:			
1.3 Data atualização:	01/03/2018		
1.4 Índice de atualização:	TR ATÉ 25/03/2015 E POSTERIOR IPCA-E		
<b>RESUMO DO CÁLCULO</b>			
<b>2 Parcelas Tributadas pelo imposto de renda</b>			
2.1 Parcelas de Principal tributadas pelo IRRF.....		R\$ 26.406,83	
2.2 Principal (já deduzido a contribuição Previdenciária).....		R\$ 23.129,04	
2.3 Juros de Mora.....		R\$ 2.396,92	
2.4 TOTAL.....		R\$ 25.525,96	
Resumo Principal = 2.2		R\$ 23.129,04	
Resumo Juros = 2.3		R\$ 2.396,92	
<b>3 Parcelas isentas ou não Tributadas pelo imposto de renda</b>			
3.1 Parcelas de Principal não tributadas pelo IRRF.....			
3.2 Principal não Tributado (já deduzido a contribuição Previdenciária)		R\$ 0,00	
3.3 Juros de Mora.....		R\$ 0,00	
3.4 TOTAL.....		R\$ 0,00	
Resumo Principal = 3.2		R\$ 0,00	
Resumo Juros = 3.3		R\$ 0,00	
<b>4 FGTS = Para depósito na conta vinculada = Índice de atualização JAM</b>			
4.1 FGTS.....		R\$ 2.093,73	
4.1.1 Apurado		R\$ 2.093,73	
5 TOTAL DEVIDO AO RECLAMANTE (Deduzida contrib. Prev.)		R\$ 27.619,69	
<b>6 Imposto de Renda</b>			
Número de meses (IN 1127/11).....		72 MESES	
Valor do imposto de renda calculado.....		R\$ 0,00	
7 TOTAL LIQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE		R\$ 27.619,69	
<b>8 Honorários de AJ / Advocatícios</b>			
Honorários de AJ Principal.....	0%	R\$ 0,00	
<b>9 INSS e Contribuição Previdenciária a Recolher</b>			
9.1 INSS Reclamante.....	VALOR HISTÓRICO	ATUALIZAÇÃO	VALOR CORRIGIDO
INSS Reclamante a recolher (Taxa TR)			
INSS Reclamante a recolher (Taxa Selic)	R\$ 2.924,97	R\$ 814,12	R\$ 3.739,09
TOTAL	R\$ 2.924,97	R\$ 814,12	R\$ 3.739,09
9.2 INSS Reclamada.....	VALOR HISTÓRICO	ATUALIZAÇÃO	VALOR CORRIGIDO
INSS Reclamante a recolher (Taxa TR)			
INSS Reclamante a recolher (Taxa Selic)	R\$ 5.176,44	R\$ 1.472,80	R\$ 6.649,24
TOTAL	R\$ 5.176,44	R\$ 1.472,80	R\$ 6.649,24
9.3 Contrib. Previdenciária Complementar.....			R\$ 0,00
10 TOTAL DEVIDO PELA RECLAMADA = 7 + 8 + 9			R\$ 38.008,02
Lajeado/RS, 27 de Março de 2018.			
Perito CNPC nº CRC/RS			



Fls.: 151

## ANEXO C

M/A	DEMONSTRATIVO DO IMPOSTO DE RENDA			VALOR HISTÓRICO SEM INSS= A	ÍNDICE = B	VALOR BASE ATUALIZADO = C (A * B)	ISENTO
	VALOR ATUALIZADO COM INSS	VALOR HISTÓRICO COM INSS	INSS HISTÓRICO				
jul/12	200,98	165,87000	-13,2700	152,6000	1,2117	184,90	
ago/12	301,43	248,80000	-19,9100	228,8900	1,2115	277,31	
set/12	301,43	248,80000	-31,7300	217,0700	1,2115	262,99	
out/12	301,43	248,80000	-19,9000	228,9000	1,2115	277,32	
nov/12	301,43	248,80000	-19,9000	228,9000	1,2115	277,32	
dez/12	301,43	248,80000	-19,9000	228,9000	1,2115	277,32	
jan/13	328,57	271,20000	-21,7000	249,5000	1,2115	302,28	
fev/13	328,57	271,20000	-21,7000	249,5000	1,2115	302,28	
mar/13	328,57	271,20000	-34,7400	236,4600	1,2115	286,48	
abr/13	328,57	271,20000	-34,8700	236,3300	1,2115	286,32	
mai/13	328,57	271,20000	-34,8700	236,3300	1,2115	286,32	
jun/13	328,56	271,20000	-34,8700	236,3300	1,2115	286,31	
jul/13	328,50	271,20000	-35,2300	235,9700	1,2113	285,83	
ago/13	328,50	271,20000	-35,2300	235,9700	1,2113	285,82	
set/13	328,42	271,20000	-35,2300	235,9700	1,2110	285,76	
out/13	328,16	271,20000	-35,2300	235,9700	1,2100	285,53	
nov/13	328,07	271,20000	-35,2300	235,9700	1,2097	285,45	
dez/13	327,88	271,20000	-35,2300	235,9700	1,2090	285,29	
jan/14					1,2077		
fev/14	349,60	289,60000	-36,8900	252,7100	1,2072	305,07	
mar/14	349,49	289,60000	-37,5300	252,0700	1,2068	304,20	
abr/14	349,32	289,60000	-37,5300	252,0700	1,2062	304,05	
mai/14	349,11	289,60000	-37,5300	252,0700	1,2055	303,87	
jun/14	348,92	289,60000	-37,5300	252,0700	1,2048	303,71	
jul/14	348,58	289,60000	-43,2700	246,3300	1,2037	296,50	
ago/14	174,17	144,80000	-18,7700	126,0300	1,2028	151,59	
set/14	348,04	289,60000	-37,2700	252,3300	1,2018	303,25	
out/14	347,71	289,60000	-37,5300	252,0700	1,2007	302,65	
nov/14	347,50	289,60000	-37,5300	252,0700	1,1999	302,46	
dez/14	347,15	289,60000	-43,2700	246,3300	1,1987	295,28	
jan/15	188,78	157,60000	-19,9200	137,6800	1,1978	164,92	
fev/15	377,40	315,20000	-39,8400	275,3600	1,1973	329,70	
mar/15	375,02	315,20000	-40,5300	274,6700	1,1898	326,80	
abr/15	370,55	315,20000	-40,5300	274,6700	1,1756	322,91	
mai/15	367,10	315,20000	-40,5300	274,6700	1,1646	319,89	
jun/15	364,59	315,20000	-40,5300	274,6700	1,1567	317,71	
jul/15	361,23	315,20000	-40,5300	274,6700	1,1460	314,79	
ago/15	359,22	315,20000	-41,1000	274,1000	1,1397	312,38	
set/15	357,71	315,20000	-41,1000	274,1000	1,1349	311,07	
out/15	356,24	315,20000	-41,1000	274,1000	1,1302	309,79	
nov/15	353,71	315,20000	-41,1100	274,0900	1,1222	307,57	
dez/15	350,44	315,20000	-41,1000	274,1000	1,1118	304,75	
jan/16					1,0995		
fev/16	383,18	352,00000	-44,4100	307,5900	1,0886	334,84	
mar/16	378,46	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0752	329,61	
abr/16	376,80	352,00000	-46,4600	305,5400	1,0705	327,07	
mai/16	374,67	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0644	326,30	
jun/16	371,77	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0562	323,78	
jul/16	370,22	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0518	322,43	
ago/16	368,25	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0462	320,71	
set/16	366,75	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0419	319,41	
out/16	365,98	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0397	318,74	
nov/16	365,22	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0376	318,07	
dez/16	364,32	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0350	317,29	
jan/17					1,0328		
fev/17	385,85	374,80000	-47,4900	327,3100	1,0295	336,96	
mar/17	383,92	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0243	334,52	
abr/17	383,36	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0228	334,04	
mai/17	382,49	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0205	333,28	
jun/17	381,63	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0182	332,53	
jul/17	381,26	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0172	332,21	
ago/17	381,56	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0180	332,47	
set/17	380,40	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0149	331,46	
out/17	379,88	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0136	331,01	
nov/17	378,55	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0100	329,84	
dez/17	377,28	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0066	328,74	

Fls.: 152

## ANEXO C

M/A	DEMONSTRATIVO DO IMPOSTO DE RENDA				ÍNDICE = B	VALOR BASE ATUALIZADO = C (A * B)	ISENTO
	VALOR ATUALIZADO COM INSS	VALOR HISTÓRICO COM INSS	INSS HISTÓRICO	VALOR HISTÓRICO SEM INSS = A			
13º Salário 2012	150,72	124,40000	-9,9500	114,4500	1,2115	138,66	
13º Salário 2013	327,99	271,20000	-36,1400	235,0600	1,2094	284,28	
13º Salário 2014	347,34	289,60000	-37,5300	252,0700	1,1994	302,33	
13º Salário 2015	352,35	315,20000	-41,1000	274,1000	1,1179	306,41	
13º Salário 2016	364,79	352,00000	-45,4400	306,5600	1,0363	317,70	
13º Salário 2017	377,95	374,80000	-48,2200	326,5800	1,0084	329,32	
F. 02/01 A 01/02/2014	466,83	386,13000	-47,5600	338,5700	1,2090	409,33	
F. 04/08 A 19/08/2014	232,39	193,07000	-23,1200	169,9500	1,2037	204,56	
F. 05/01 A 20/01/2015	251,89	210,13000	-24,6500	185,4800	1,1987	222,34	
F. 04/01 A 03/02/2016	521,80	469,33000	-54,9700	414,3600	1,1118	460,69	
F. 02/01 A 01/02/2017	485,75	469,33000	-56,0000	413,3300	1,0350	427,79	
F. PER. 11/07/16 A 10/07/2017	503,04	499,73000	-59,4700	440,2600	1,0066	443,17	
F. PER. 11/07/17 A 31/12/2017	251,52	249,87000	-19,9900	229,8800	1,0066	231,40	
	26.406,83	23.529,46	-2.924,97	20.604,49		23.129,04	
<b>Imposto de renda:</b> A Instrução Normativa 1127 RFB modifica o cálculo do imposto de renda sobre os créditos de ações trabalhistas: a) Apura-se as parcelas deferidas com incidência do Imposto de Renda, ou seja: base de cálculo Imposto de Renda atualizada, já abatido o valor do INSS do Reclamante. b) Divide-se esse montante pelo número de meses de cálculo das parcelas deferidas ao Reclamante, obtendo a média do Valor Base Tributável. c) Sobre o VBT médio, aplica-se a alíquota da tabela progressiva do I.R., obtendo o valor do IRRF médio mensal Multiplica-se o IRRF médio mensal pelo nº de meses de cálculo das parcelas deferidas ao Reclamante, obtendo o valor do imposto de renda devido:  <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> Valor total Tributado pelo IRRF atualizado  (-) INSS  Soma  Média = </div> <div> RS 26.868,13  -R\$ 3.739,09  RS 23.129,04  RS 321,24 </div> <div> 72 MESES </div> </div>							

Fls.: 153

## ANEXO D FORMAÇÃO DO SALÁRIO HORA

M/A	Salário Base	Salário Mínimo	Adic. Insal. de 40%	VALE ALIMENTAÇÃO	GRAT. ESCOLAR	ADIC. POR TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL DO SALÁRIO	Jornada mensal em horas	Valor Hora Normal	HE s/Adic. Insabulbridade
jul/12	581,42	622,00	248,80	186,82			1.017,04	200,00	5,09	1,87
ago/12	581,42	622,00	248,80	274,00			1.104,22	200,00	5,52	1,87
set/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67	1,87
out/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67	1,87
nov/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67	1,87
dez/12	581,42	622,00	248,80	274,00	29,07		1.133,29	200,00	5,67	1,87
jan/13	581,42	678,00	271,20	274,00	29,07		1.155,69	200,00	5,78	2,03
fev/13	581,42	678,00	271,20	274,00	29,07		1.155,69	200,00	5,78	2,03
mar/13	722,75	678,00	271,20	274,00	36,14		1.304,09	200,00	6,52	2,03
abr/13	996,75	678,00	271,20		49,84		1.317,79	200,00	6,59	2,03
mai/13	996,75	678,00	271,20		49,84		1.317,79	200,00	6,59	2,03
jun/13	996,75	678,00	271,20		49,84		1.317,79	200,00	6,59	2,03
jul/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77	2,03
ago/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77	2,03
set/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77	2,03
out/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77	2,03
nov/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77	2,03
dez/13	1.030,64	678,00	271,20		51,53		1.353,37	200,00	6,77	2,03
jan/14	1.030,64	724,00	289,60				1.320,24	200,00	7,05	2,17
fev/14	1.030,64	724,00	289,60		51,53		1.371,77	200,00	6,86	2,17
mar/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
abr/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
mai/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
jun/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
jul/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
ago/14	1.092,48	724,00	289,60		27,31		1.409,39	200,00	7,05	2,17
set/14	1.092,48	724,00	289,60		27,31		1.409,39	200,00	7,05	2,17
out/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
nov/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
dez/14	1.092,48	724,00	289,60		54,62		1.436,70	200,00	7,18	2,17
jan/15	1.092,48	788,00	315,20		27,31		1.434,99	200,00	7,17	2,36
fev/15	1.092,48	788,00	315,20		54,62		1.462,30	200,00	7,31	2,36
mar/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
abr/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
mai/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
jun/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
jul/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
ago/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
set/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
out/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90		1.531,13	200,00	7,66	2,36
nov/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90	57,90	1.589,03	200,00	7,95	2,36
dez/15	1.158,03	788,00	315,20		57,90	57,90	1.589,03	200,00	7,95	2,36
jan/16	1.158,03	880,00	352,00		57,90	57,90	1.625,83	200,00	8,13	2,64
fev/16	1.158,03	880,00	352,00		57,90	57,90	1.625,83	200,00	8,13	2,64
mar/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
abr/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
mai/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
jun/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
jul/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
ago/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
set/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
out/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
nov/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
dez/16	1.250,67	880,00	352,00		62,53	62,53	1.727,74	200,00	8,64	2,64
jan/17	1.250,67	937,00	374,80		62,53	62,53	1.750,54	200,00	8,75	2,81
fev/17	1.250,67	937,00	374,80		62,53	62,53	1.750,54	200,00	8,75	2,81
mar/17	1.250,67	937,00	374,80		62,53	62,53	1.750,54	200,00	8,75	2,81
abr/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
mai/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
jun/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
jul/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
ago/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
set/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
out/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
nov/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81
dez/17	1.317,58	937,00	374,80		65,88	65,88	1.824,14	200,00	9,12	2,81

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:

<https://pje.trt4.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18032710260957300000050445766>

Número do processo: RTOrd 0021231-40.2015.5.04.0772

Número do documento: 18032710260957300000050445766

Data de Juntada: 27/03/2018 10:29

ID: 2e34981 - Pág. 6

Fls.: 154

ANEXO E		DEMONSTRAÇÃO DO FATOR TR/IPCA-E E DOS DIAS TRABALHADOS/DOMINGOS /FERIADOS		
M/A	FATOR	ÍNDICE	DIAS ÚTEIS	DOMINGOS /FERIADOS
jul/12	955,013904	1,2116700	25	5
ago/12	955,110940	1,2115470	26	5
set/12	955,110940	1,2115470	27	4
out/12	955,110940	1,2115470	23	7
nov/12	955,110940	1,2115470	25	6
dez/12	955,110940	1,2115470	24	6
jan/13	955,110940	1,2115470	25	6
fev/13	955,110940	1,2115470	26	5
mar/13	955,110940	1,2115470	24	4
abr/13	955,110940	1,2115470	25	6
mai/13	955,110940	1,2115470	26	4
jun/13	955,154332	1,2114920	25	6
jul/13	955,310558	1,2112940	25	5
ago/13	955,328527	1,2112710	27	4
set/13	955,538831	1,2110050	27	4
out/13	956,314466	1,2100220	23	7
nov/13	956,575407	1,2096920	25	6
dez/13	957,131243	1,2089900	24	6
jan/14	958,115800	1,2077480	25	6
fev/14	958,565626	1,2071810	26	5
mar/14	958,870353	1,2067970	24	4
abr/14	959,332763	1,2062150	26	5
mai/14	959,913362	1,2054860	24	6
jun/14	960,424053	1,2048450	26	5
jul/14	961,370412	1,2036590	24	6
ago/14	962,029666	1,2028340	27	4
set/14	962,852288	1,2018060	26	5
out/14	963,770911	1,2006610	25	5
nov/14	964,363908	1,1999230	26	5
dez/14	965,319891	1,1987340	24	6
jan/15	966,048651	1,1978300	26	5
fev/15	966,452673	1,1973290	26	5
mar/15	972,581435	1,1897840	24	4
abr/15	984,306639	1,1756110	26	5
mai/15	993,573040	1,1646470	24	6
jun/15	1.000,392143	1,1567080	25	6
jul/15	1.009,697350	1,1460480	25	5
ago/15	1.015,346618	1,1396720	27	4
set/15	1.019,635249	1,1348780	26	5
out/15	1.023,864012	1,1301910	25	5
nov/15	1.031,189704	1,1221620	25	6
dez/15	1.040,794698	1,1118060	24	6
jan/16	1.052,442512	1,0995010	26	5
fev/16	1.062,995517	1,0885860	25	6
mar/16	1.076,252924	1,0751770	25	4
abr/16	1.081,000596	1,0704550	26	5
mai/16	1.087,152731	1,0643970	25	5
jun/16	1.095,629152	1,0561620	25	6
jul/16	1.100,205555	1,0517690	26	4
ago/16	1.106,103934	1,0461600	26	5
set/16	1.110,621145	1,0419050	27	4
out/16	1.112,955259	1,0397200	24	6
nov/16	1.115,277760	1,0375550	24	7
dez/16	1.118,035497	1,0349960	24	6
jan/17	1.120,466604	1,0327500	27	4
fev/17	1.124,034943	1,0294720	26	5
mar/17	1.129,686229	1,0243220	24	4
abr/17	1.131,328716	1,0228340	27	4
mai/17	1.133,896740	1,0205180	23	7
jun/17	1.136,445219	1,0182290	26	5
jul/17	1.137,560483	1,0172310	25	5
ago/17	1.136,662722	1,0180350	26	5
set/17	1.140,141507	1,0149280	27	4
out/17	1.141,680368	1,0135600	25	5
nov/17	1.145,709687	1,0099960	25	6
dez/17	1.149,550791	1,0066210	24	6
13º Salário 2012	955,110940	1,2115470		
13º Salário 2013	956,800401	1,2094080		
13º Salário 2014	964,805288	1,1993740		
13º Salário 2015	1.035,154253	1,1178640		
13º Salário 2016	1.116,583769	1,0363410		
13º Salário 2017	1.147,529916	1,0083940		
F. 02/01 A 01/02/2014	957,131243	1,2089900		
F. 04/08 A 19/08/2014	961,370412	1,2036590		
F. 05/01 A 20/01/2015	965,319891	1,1987340		
F. 04/01 A 03/02/2016	1.040,794698	1,1118060		
F. 02/01 A 01/02/2017	1.118,035497	1,0349960		
F. PER. 11/07/16 A 10/07/2017	1.149,550791	1,0066210		
F. PER. 11/07/17 A 31/12/2017	1.149,550791	1,0066210		



Fls.: 155

## ANEXO F CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

M/A	SALÁRIO MÍNIMO	% ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	HORAS MENSAIS	TOTAL A PAGAR	CORREÇÃO MONETÁRIA = TR ATÉ 25/03/2015 E POSTERIOR IPCA-E		
					ÍNDICE	CORREÇÃO	VALOR TOTAL
11/07/2012	622,00	40,00%	133,3333	165,87	1,211670	35,10970	200,97970
ago/12	622,00	40,00%	200,0000	248,80	1,211547	52,63289	301,43289
set/12	622,00	40,00%	200,0000	248,80	1,211547	52,63289	301,43289
nov/12	622,00	40,00%	200,0000	248,80	1,211547	52,63289	301,43289
dez/12	622,00	40,00%	200,0000	248,80	1,211547	52,63289	301,43289
jan/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211547	57,37155	328,57155
fev/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211547	57,37155	328,57155
mar/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211547	57,37155	328,57155
abr/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211547	57,37155	328,57155
mai/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211547	57,37155	328,57155
jun/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211492	57,35663	328,55663
jul/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211294	57,30293	328,50293
ago/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211271	57,29670	328,49670
set/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,211005	57,24556	328,42456
out/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,210022	56,95797	328,15797
nov/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,209692	56,86847	328,06847
dez/13	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,208990	56,67809	327,87809
jan/14	724,00	40,00%			1,207748		
fev/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,207181	59,99962	349,59962
mar/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,206797	59,88841	349,48841
abr/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,206215	59,71986	349,31986
mai/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,205486	59,50875	349,10875
jun/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,204845	59,32311	348,92311
jul/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,203659	58,97965	348,57965
ago/14	724,00	40,00%	100,0000	144,80	1,202834	29,37036	174,17036
set/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,201806	58,44302	348,04302
out/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,200661	58,11143	347,71143
nov/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,199923	57,89770	347,49770
dez/14	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,198734	57,55337	347,15337
jan/15	788,00	40,00%	100,0000	157,60	1,197830	31,17801	188,77801
fev/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,197329	62,19810	377,39810
mar/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,197784	59,81992	375,01992
abr/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,175611	55,35259	370,55259
mai/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,164647	51,89673	367,09673
jun/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,156708	49,39436	364,59436
jul/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,146048	46,03433	361,23433
ago/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,139672	44,02461	359,22461
set/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,134878	42,51355	357,71355
out/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,130191	41,03620	356,23620
nov/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,122162	38,50546	353,70546
dez/15	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,111806	35,24125	350,44125
jan/16	880,00	40,00%			1,099501		
fev/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,088586	31,18227	383,18227
mar/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,075177	26,46230	378,46230
abr/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,070455	24,80016	376,80016
mai/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,064397	22,66774	374,66774
jun/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,056162	19,76902	371,76902
jul/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,051769	18,22269	370,22269
ago/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,046160	16,24832	368,24832
set/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,041905	14,75056	366,75056
out/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,039720	13,98144	365,98144
nov/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,037555	13,21936	365,21936
dez/16	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,034996	12,31859	364,31859
jan/17	937,00	40,00%			1,032750		
fev/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,029472	11,04611	385,84611
mar/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,024322	9,11589	383,91589
abr/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,022834	8,55818	383,35818
mai/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,020518	7,69015	382,49015
jun/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,018229	6,83223	381,63223
jul/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,017231	6,45818	381,25818
ago/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,018035	6,75952	381,55952
set/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,014928	5,59501	380,39501
out/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,013560	5,08229	379,88229
nov/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,009996	3,74650	378,54650
dez/17	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,006621	2,48155	377,28155
13º Salário 2012	622,00	40,00%	100,0000	124,40	1,211547	26,31645	150,71645
13º Salário 2013	678,00	40,00%	200,0000	271,20	1,209408	56,79145	327,99145
13º Salário 2014	724,00	40,00%	200,0000	289,60	1,199374	57,73871	347,33871
13º Salário 2015	788,00	40,00%	200,0000	315,20	1,117864	37,15073	352,35073
13º Salário 2016	880,00	40,00%	200,0000	352,00	1,036341	12,79203	364,79203
13º Salário 2017	937,00	40,00%	200,0000	374,80	1,008394	3,14607	377,94607
F. 02/01 A 01/02/2014	724,00	40,00%	200,0000	386,13	1,208990	80,69731	466,82731
F. 04/08 A 19/08/2014	724,00	40,00%	100,0000	193,07	1,203659	39,32044	232,39044
F. 05/01 A 20/01/2015	788,00	40,00%	100,0000	210,13	1,138734	41,75998	251,88998
F. 04/01 A 03/02/2016	880,00	40,00%	200,0000	469,33	1,111806	52,47391	521,80391
F. 02/01 A 01/02/2017	880,00	40,00%	200,0000	469,33	1,034996	16,42467	485,75467
F. PER. 11/07/16 A 10/07/2017	937,00	40,00%	200,0000	499,73	1,006621	3,30871	503,03871
F. PER. 11/07/17 A 31/12/2017	937,00	40,00%	100,0000	249,87	1,006621	1,65439	251,52439
23.529,46						2.877,37	26.406,83
Parcelas							21.772,47
13º Salário							1.921,14
Férias Normais							2.461,71
Férias proporcionais							251,52
							26.406,83

Fls.: 156

## ANEXO G

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO FGTS SOBRE AS PARCELAS DEFERIDAS

M/A	DEFERIDAS NA SENTENÇA		CORREÇÃO MONETÁRIA - DI 10 TRT4		
	BASE	FGTS	ÍNDICE ACUMULADO	CRÉDITO JAM	ACUMULADO CONTA FGTS
	165,87	13,27	1,245160	3,25327	16,523273
ago/12	248,80	19,90	1,241945	4,81471	24,714706
set/12	248,80	19,90	1,238890	4,75391	24,653911
out/12	248,80	19,90	1,235842	4,69326	24,593256
nov/12	248,80	19,90	1,232802	4,63276	24,532760
dez/12	248,80	19,90	1,229770	4,57242	24,472423
jan/13	271,20	21,70	1,226744	4,92035	26,620345
fev/13	271,20	21,70	1,223727	4,85488	26,554876
mar/13	271,20	21,70	1,220716	4,78954	26,489537
abr/13	271,20	21,70	1,217714	4,72439	26,424394
mai/13	271,20	21,70	1,214718	4,65938	26,359381
jun/13	271,20	21,70	1,211730	4,59454	26,294541
jul/13	271,20	21,70	1,208497	4,52439	26,224385
ago/13	271,20	21,70	1,205524	4,45987	26,159871
set/13	271,20	21,70	1,202464	4,39347	26,093469
out/13	271,20	21,70	1,198404	4,30537	26,005367
nov/13	271,20	21,70	1,195209	4,23604	25,936035
dez/13	271,20	21,70	1,191681	4,15948	25,859478
jan/14			1,187412		
fev/14	289,60	23,17	1,183856	4,25994	27,429944
mar/14	289,60	23,17	1,180630	4,18520	27,355197
abr/14	289,60	23,17	1,177186	4,10540	27,275400
mai/14	289,60	23,17	1,173582	4,02190	27,191895
jun/14	289,60	23,17	1,170151	3,94240	27,112399
jul/14	289,60	23,17	1,166044	3,84724	27,017239
ago/14	144,80	11,58	1,162476	1,88147	13,461472
set/14	289,60	23,17	1,158605	3,67488	26,844878
out/14	289,60	23,17	1,154557	3,58109	26,751086
nov/14	289,60	23,17	1,151161	3,50240	26,672400
dez/14	289,60	23,17	1,147122	3,40882	26,578817
jan/15	157,60	12,61	1,143297	1,80698	14,416975
fev/15	315,20	25,22	1,140293	3,53819	28,758189
mar/15	315,20	25,22	1,136016	3,43032	28,650324
abr/15	315,20	25,22	1,132007	3,32922	28,549217
mai/15	315,20	25,22	1,127921	3,22617	28,446168
jun/15	315,20	25,22	1,123111	3,10486	28,324859
jul/15	315,20	25,22	1,117773	2,97024	28,190235
ago/15	315,20	25,22	1,112946	2,84850	28,068498
set/15	315,20	25,22	1,108081	2,72580	27,945803
out/15	315,20	25,22	1,103381	2,60727	27,822769
nov/15	315,20	25,22	1,099241	2,50286	27,722858
dez/15	315,20	25,22	1,094076	2,37260	27,592597
jan/16			1,089946		
fev/16	352,00	28,16	1,086228	2,42812	30,588124
mar/16	352,00	28,16	1,082110	2,28687	30,446874
abr/16	352,00	28,16	1,077146	2,17243	30,332431
mai/16	352,00	28,16	1,072852	2,05151	30,211512
jun/16	352,00	28,16	1,068030	1,91573	30,075725
jul/16	352,00	28,16	1,063679	1,79320	29,953201
ago/16	352,00	28,16	1,058369	1,64367	29,803671
set/16	352,00	28,16	1,054105	1,52360	29,683597
out/16	352,00	28,16	1,049831	1,40324	29,563241
nov/16	352,00	28,16	1,045756	1,28849	29,448489
dez/16	352,00	28,16	1,041259	1,16185	29,321853
jan/17			1,036935		
fev/17	374,80	29,98	1,034071	1,02145	31,001449
mar/17	374,80	29,98	1,029963	0,89829	30,878291
abr/17	374,80	29,98	1,027429	0,82232	30,802321
mai/17	374,80	29,98	1,024119	0,72309	30,703088
jun/17	374,80	29,98	1,021053	0,63117	30,611169
jul/17	374,80	29,98	1,017908	0,53688	30,516882
ago/17	374,80	29,98	1,014888	0,44634	30,426342
set/17	374,80	29,98	1,012391	0,37148	30,351482
out/17	374,80	29,98	1,009901	0,29683	30,276832
nov/17	374,80	29,98	1,007416	0,22233	30,202332
dez/17	374,80	29,98	1,004938	0,14804	30,128041
13º Salário 2012	124,40	9,95	1,229770	2,8621	12,236212
13º Salário 2013	271,20	21,70	1,191681	4,15948	25,859478
13º Salário 2014	289,60	23,17	1,147122	3,40882	26,578817
13º Salário 2015	315,20	25,22	1,094076	2,37260	27,592597
13º Salário 2016	352,00	28,16	1,041259	1,16185	29,321853
13º Salário 2017	374,80	29,98	1,004938	0,14804	30,128041
F. 02/01 A 01/02/2014	386,13	30,89	1,187412	5,78916	36,679157
F. 04/08 A 19/08/2014	193,07	15,45	1,162476	2,51025	17,960254
F. 05/01 A 20/01/2015	210,13	16,81	1,143297	2,40882	19,218823
F. 04/01 A 03/02/2016	469,33	37,55	1,089946	3,37747	40,927472
F. 02/01 A 01/02/2017	469,33	37,55	1,036935	1,38691	38,936909
F. PER. 11/07/16 A 10/07/2017	499,73	39,98	1,004938	0,19742	40,177421
F. PER. 11/07/17 A 31/12/2017	249,87	19,99	1,004938	0,09871	20,088711
			1.882,42	211,31	2.093,73
TOTAL DO FGTS A SER DEPOSITADO NA CONTA VINCULADA					R\$ 2.093,73

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:  
<https://pje.trt4.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18032710260957300000050445766>  
 Número do processo: RTOrd 0021231-40.2015.5.04.0772  
 Número do documento: 18032710260957300000050445766  
 Data de Juntada: 27/03/2018 10:29

ID. 2e34981 - Pág. 9

Fls.: 157

## ANEXO H

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO INSS DO RECLAMANTE

M/A	BASE APURADA + BASE RECOLHIDO	ALÍQUOTA	INSS APURADO	BASE RECOLHIDO	INSS RECOLHIDO	INSS A RECOLHER	TR/ATÉ 04/03/2009, POSTERIOR TAXA SELIC		
							ÍNDICE / TAXA	CORREÇÃO	ATUALIZADO
jul/12	740,29	8,00%	59,22	574,42	45,95	13,27	58,580%	7,77357	21,04357
ago/12	1.104,22	8,00%	88,34	855,42	68,43	19,91	57,890%	11,52590	31,43590
set/12	1.181,73	9,00%	106,36	932,93	74,63	31,73	57,350%	18,19716	49,92716
out/12	1.133,29	8,00%	90,66	884,49	70,76	19,90	56,740%	11,29126	31,19126
nov/12	1.133,29	8,00%	90,66	884,49	70,76	19,90	56,190%	11,18181	31,08181
dez/12	1.133,29	8,00%	90,66	884,49	70,76	19,90	55,640%	11,07236	30,97236
jan/13	1.155,69	8,00%	92,46	884,49	70,76	21,70	55,040%	11,94368	33,64368
fev/13	1.155,69	8,00%	92,46	884,49	70,76	21,70	54,550%	11,83735	33,53735
mar/13	1.304,09	9,00%	117,37	1.032,89	82,63	34,74	54,000%	18,75960	53,49960
abr/13	1.317,79	9,00%	118,60	1.046,59	83,73	34,87	53,390%	18,61709	53,48709
mai/13	1.317,79	9,00%	118,60	1.046,59	83,73	34,87	52,790%	18,40787	53,27787
jun/13	1.317,79	9,00%	118,60	1.046,59	83,73	34,87	52,180%	18,19517	53,06517
jul/13	1.353,37	9,00%	121,80	1.082,17	86,57	35,23	51,460%	18,12936	53,35936
ago/13	1.353,37	9,00%	121,80	1.082,17	86,57	35,23	50,750%	17,87923	53,10923
set/13	1.353,37	9,00%	121,80	1.082,17	86,57	35,23	50,040%	17,62909	52,85909
out/13	1.353,37	9,00%	121,80	1.082,17	86,57	35,23	49,230%	17,34373	52,57373
nov/13	1.353,37	9,00%	121,80	1.082,17	86,57	35,23	48,510%	17,09007	52,32007
dez/13	1.353,37	9,00%	121,80	1.082,17	86,57	35,23	47,720%	16,81176	52,04176
jan/14		9,00%					46,870%		
fev/14	1.371,77	9,00%	123,46	1.082,17	86,57	36,89	46,080%	16,99891	53,88891
mar/14	1.436,70	9,00%	129,30	1.147,10	91,77	37,53	45,310%	17,00484	54,53484
abr/14	1.436,70	9,00%	129,30	1.147,10	91,77	37,53	44,490%	16,69710	54,22710
mai/14	1.436,70	9,00%	129,30	1.147,10	91,77	37,53	43,620%	16,37059	53,90059
jun/14	1.436,70	9,00%	129,30	1.147,10	91,77	37,53	42,800%	16,06284	53,59284
jul/14	2.010,23	9,00%	180,92	1.720,63	137,65	43,27	41,850%	18,10850	61,37850
ago/14	718,35	9,00%	64,65	573,55	45,88	18,77	40,980%	7,69195	26,46195
set/14	1.409,39	9,00%	126,85	1.119,79	89,58	37,27	40,070%	14,93409	52,20409
out/14	1.436,70	9,00%	129,30	1.147,10	91,77	37,53	39,120%	14,68174	52,21174
nov/14	1.436,70	9,00%	129,30	1.147,10	91,77	37,53	38,280%	14,36648	51,89648
dez/14	2.010,23	9,00%	180,92	1.720,63	137,65	43,27	37,320%	16,14836	59,41836
jan/15	731,15	9,00%	65,80	573,55	45,88	19,92	36,380%	7,24690	27,16690
fev/15	1.462,30	9,00%	131,61	1.147,10	91,77	39,84	35,560%	14,16710	54,00710
mar/15	1.531,13	9,00%	137,80	1.215,93	97,27	40,53	34,520%	13,99096	54,52096
abr/15	1.531,13	9,00%	137,80	1.215,93	97,27	40,53	33,570%	13,60592	54,13592
mai/15	1.531,13	9,00%	137,80	1.215,93	97,27	40,53	32,580%	13,20467	53,73467
jun/15	1.531,13	9,00%	137,80	1.215,93	97,27	40,53	31,510%	12,77100	53,30100
jul/15	1.531,13	9,00%	137,80	1.215,93	97,27	40,53	30,330%	12,29275	52,82275
ago/15	1.589,03	9,00%	143,01	1.273,83	101,91	41,10	29,220%	12,00942	53,10942
set/15	1.589,03	9,00%	143,01	1.273,83	101,91	41,10	28,110%	11,55321	52,65321
out/15	1.589,03	9,00%	143,01	1.273,83	101,91	41,10	27,000%	11,09700	52,19700
nov/15	1.588,99	9,00%	143,01	1.273,79	101,90	41,11	25,940%	10,66393	51,77393
dez/15	1.589,03	9,00%	143,01	1.273,83	101,91	41,10	24,780%	10,18458	51,28458
jan/16	1.273,83	8,00%	101,91	1.273,83	101,91		23,720%		
fev/16	1.625,83	9,00%	146,32	1.273,83	101,91	44,41	22,720%	10,08995	54,49995
mar/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	21,560%	9,79686	55,23686
abr/16	1.829,65	9,00%	164,67	1.477,65	118,21	46,46	20,500%	9,52430	55,98430
mai/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	19,390%	8,81082	54,25082
jun/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	18,230%	8,28371	53,72371
jul/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	17,120%	7,77933	53,21933
ago/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	15,900%	7,22496	52,66496
set/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	14,790%	6,72058	52,16058
out/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	13,740%	6,24346	51,68346
nov/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	12,700%	5,77088	51,21088
dez/16	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	11,580%	5,26195	50,70195
jan/17		9,00%					10,490%		
fev/17	1.750,54	9,00%	157,55	1.375,74	110,06	47,49	9,620%	4,56854	52,05854
mar/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	8,570%	4,13245	52,35245
abr/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	7,780%	3,75152	51,97152
mai/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	6,850%	3,30307	51,52307
jun/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	6,040%	2,91249	51,13249
jul/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	5,240%	2,52673	50,74673
ago/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	4,440%	2,14097	50,36097
set/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	3,800%	1,83236	50,05236
out/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	3,160%	1,52375	49,74375
nov/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	2,590%	1,24890	49,40890
dez/17	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	2,050%	0,98851	49,20851
13º Salário 2012	536,55	8,00%	42,92	412,15	32,97	9,95	55,640%	5,53618	15,48618
13º Salário 2013	1.444,70	9,00%	130,02	1.173,50	93,88	36,14	47,720%	17,24601	53,38601
13º Salário 2014	1.436,70	9,00%	129,30	1.147,10	91,77	37,53	36,380%	13,65341	51,18341
13º Salário 2015	1.589,03	9,00%	143,01	1.273,83	101,91	41,10	24,780%	10,18458	51,28458
13º Salário 2016	1.727,74	9,00%	155,50	1.375,74	110,06	45,44	11,580%	5,26195	50,70195
13º Salário 2017	1.824,14	9,00%	164,17	1.449,34	115,95	48,22	2,050%	0,98851	49,20851
F. 02/01 A 01/02/2014	1.666,54	9,00%	149,99	1.280,41	102,43	47,56	46,870%	22,29137	69,85137
F. 04/08 A 19/08/2014	766,62	9,00%	69,00	573,55	45,88	23,12	40,980%	9,47458	32,59458
F. 05/01 A 20/01/2015	783,68	9,00%	70,53	573,55	45,88	24,65	36,380%	8,96767	32,61767
F. 04/01 A 03/02/2016	1.743,16	9,00%	156,88	1.273,83	101,91	54,97	23,720%	13,03888	68,00888
F. 02/01 A 01/02/2017	1.845,07	9,00%	166,06	1.375,74	110,06	56,00	10,490%	5,87440	61,87440
F. PER. 11/07/16 A 10/07/2017	1.949,07	9,00%	175,42	1.449,34	115,95	59,47	2,050%	1,21914	60,68914
F. PER. 11/07/17 A 31/12/2017	1.007,48	8,00%	80,60	757,61	60,61	19,99	2,050%	0,40980	20,39980
2.924,97								814,1215	3.739,09
VALOR EM REAIS ATUALIZADOS ATÉ							01/03/2018	R\$ 3.739,09	

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:

<https://pje.trt4.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18032710260957300000050445766>

Número do processo: RTOrd 0021231-40.2015.5.04.0772

Número do documento: 18032710260957300000050445766

Data de Juntada: 27/03/2018 10:29

ID. 2e34981 - Pág. 10



Fls.: 158

## ANEXO I

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO INSS DO RECLAMADO

M/A	BASE APURADA	INSS 20%	INSS R.A.T 2%	INSS A RECOLHER	TAXA SELIC POSTERIOR A 05/03/2009			
					ÍNDICE / TAXA	INSS ATUALIZADO	R.A.T ATUALIZADO	TOTAL ATUALIZADO
jul/12	165,87	33,17	3,32	86,49	58,580%	19,43099	1,94486	57,86585
ago/12	248,80	49,76	4,98	54,74	57,890%	28,80606	2,88292	86,42898
set/12	248,80	49,76	4,98	54,74	57,350%	28,53736	2,85603	86,13339
out/12	248,80	49,76	4,98	54,74	56,740%	28,23382	2,82565	85,79947
nov/12	248,80	49,76	4,98	54,74	56,190%	27,96014	2,79826	85,49840
dez/12	248,80	49,76	4,98	54,74	55,640%	27,68646	2,77087	85,19733
jan/13	271,20	54,24	5,42	59,66	55,040%	29,85370	2,98317	92,49687
fev/13	271,20	54,24	5,42	59,66	54,550%	29,58792	2,95661	92,20453
mar/13	271,20	54,24	5,42	59,66	54,000%	29,28960	2,92680	91,87640
abr/13	271,20	54,24	5,42	59,66	53,390%	28,95874	2,89374	91,51248
mai/13	271,20	54,24	5,42	59,66	52,790%	28,63330	2,86122	91,15452
jun/13	271,20	54,24	5,42	59,66	52,180%	28,30243	2,82816	90,79059
jul/13	271,20	54,24	5,42	59,66	51,460%	27,91190	2,78913	90,36103
ago/13	271,20	54,24	5,42	59,66	50,750%	27,52680	2,75065	89,93745
set/13	271,20	54,24	5,42	59,66	50,040%	27,14170	2,71217	89,51387
out/13	271,20	54,24	5,42	59,66	49,230%	26,70235	2,66827	89,03062
nov/13	271,20	54,24	5,42	59,66	48,510%	26,31182	2,62924	88,60106
dez/13	271,20	54,24	5,42	59,66	47,720%	25,88333	2,58642	88,12975
jan/14					46,870%			
fev/14	289,60	57,92	5,79	63,71	46,080%	26,68954	2,66803	93,06757
mar/14	289,60	57,92	5,79	63,71	45,310%	26,24355	2,62345	92,57700
abr/14	289,60	57,92	5,79	63,71	44,490%	25,76861	2,57597	92,05458
mai/14	289,60	57,92	5,79	63,71	43,620%	25,26470	2,52560	91,50030
jun/14	289,60	57,92	5,79	63,71	42,800%	24,78976	2,47812	90,97798
jul/14	289,60	57,92	5,79	63,71	41,850%	24,23952	2,42312	90,37264
ago/14	144,80	28,96	2,90	31,86	40,980%	11,86781	1,18842	44,91623
set/14	289,60	57,92	5,79	63,71	40,070%	23,20854	2,32005	89,23859
out/14	289,60	57,92	5,79	63,71	39,120%	22,65830	2,26505	88,63335
nov/14	289,60	57,92	5,79	63,71	38,280%	22,17178	2,21641	88,09819
dez/14	289,60	57,92	5,79	63,71	37,320%	21,61574	2,16083	87,48657
jan/15	157,60	31,52	3,15	34,67	36,380%	11,46698	1,14597	47,28295
fev/15	315,20	63,04	6,30	69,34	35,560%	22,41702	2,24028	93,99730
mar/15	315,20	63,04	6,30	69,34	34,520%	21,76141	2,17476	93,27617
abr/15	315,20	63,04	6,30	69,34	33,570%	21,16253	2,11491	92,61744
mai/15	315,20	63,04	6,30	69,34	32,580%	20,53843	2,05254	91,93097
jun/15	315,20	63,04	6,30	69,34	31,510%	19,86390	1,98513	91,18903
jul/15	315,20	63,04	6,30	69,34	30,330%	19,12003	1,91079	90,37082
ago/15	315,20	63,04	6,30	69,34	29,220%	18,42029	1,84086	89,60115
set/15	315,20	63,04	6,30	69,34	28,110%	17,72054	1,77093	88,83147
out/15	315,20	63,04	6,30	69,34	27,000%	17,02080	1,70100	88,06180
nov/15	315,20	63,04	6,30	69,34	25,940%	16,35258	1,63422	87,32680
dez/15	315,20	63,04	6,30	69,34	24,780%	15,62131	1,56114	86,52245
jan/16					23,720%			
fev/16	352,00	70,40	7,04	77,44	22,720%	15,99488	1,59949	95,03437
mar/16	352,00	70,40	7,04	77,44	21,560%	15,17824	1,51782	94,13606
abr/16	352,00	70,40	7,04	77,44	20,500%	14,43200	1,44320	93,31520
mai/16	352,00	70,40	7,04	77,44	19,390%	13,65056	1,36506	92,45562
jun/16	352,00	70,40	7,04	77,44	18,230%	12,83392	1,28339	91,55731
jul/16	352,00	70,40	7,04	77,44	17,120%	12,05248	1,20525	90,69773
ago/16	352,00	70,40	7,04	77,44	15,900%	11,19360	1,11936	89,75296
set/16	352,00	70,40	7,04	77,44	14,790%	10,41216	1,04122	88,89338
out/16	352,00	70,40	7,04	77,44	13,740%	9,67256	0,96730	88,08026
nov/16	352,00	70,40	7,04	77,44	12,700%	8,94080	0,89408	87,27488
dez/16	352,00	70,40	7,04	77,44	11,580%	8,15232	0,81523	86,40755
jan/17					10,490%			
fev/17	374,80	74,96	7,50	82,46	9,620%	7,21115	0,72150	90,39265
mar/17	374,80	74,96	7,50	82,46	8,570%	6,42407	0,64275	89,52682
abr/17	374,80	74,96	7,50	82,46	7,780%	5,83189	0,58350	88,87539
mai/17	374,80	74,96	7,50	82,46	6,850%	5,13476	0,51375	88,10851
jun/17	374,80	74,96	7,50	82,46	6,040%	4,52758	0,45300	87,44058
jul/17	374,80	74,96	7,50	82,46	5,240%	3,92790	0,39300	86,78090
ago/17	374,80	74,96	7,50	82,46	4,440%	3,32822	0,33300	86,12122
set/17	374,80	74,96	7,50	82,46	3,800%	2,84848	0,28500	85,59348
out/17	374,80	74,96	7,50	82,46	3,160%	2,36874	0,23700	85,06574
nov/17	374,80	74,96	7,50	82,46	2,590%	1,94146	0,19425	84,59571
dez/17	374,80	74,96	7,50	82,46	2,050%	1,53668	0,15375	84,15043
13º Salário 2012	124,40	24,88	2,49	27,37	55,640%	13,84323	1,38544	42,59867
13º Salário 2013	271,20	54,24	5,42	59,66	47,720%	25,88333	2,58642	88,12975
13º Salário 2014	289,60	57,92	5,79	63,71	36,380%	21,07130	2,10640	86,88770
13º Salário 2015	315,20	63,04	6,30	69,34	24,780%	15,62131	1,56114	86,52245
13º Salário 2016	352,00	70,40	7,04	77,44	11,580%	8,15232	0,81523	86,40755
13º Salário 2017	374,80	74,96	7,50	82,46	2,050%	1,53668	0,15375	84,15043
F. 02/01 A 01/02/2014	386,13	77,23	7,72	84,95	46,870%	36,19770	3,61836	124,76606
F. 04/08 A 19/08/2014	193,07	38,61	3,86	42,47	40,980%	15,82238	1,58183	59,87421
F. 05/01 A 20/01/2015	210,13	42,03	4,20	46,23	36,380%	15,29051	1,52796	63,04847
F. 04/01 A 03/02/2016	469,33	93,87	9,39	103,26	23,720%	22,26596	2,22731	127,75327
F. 02/01 A 01/02/2017	469,33	93,87	9,39	103,26	10,490%	9,84696	0,98501	114,09197
F. PER. 11/07/16 A 10/07/2017	499,73	99,95	9,99	109,94	2,050%	2,04898	0,20480	112,19378
F. PER. 11/07/17 A 31/12/2017	249,87	49,97	5,00	54,97	2,050%	1,02439	0,10250	56,09689
		4.705,90	470,54	5.176,44		1.338,9420	133,8598	6.649,2418
CNAE = 84.11-6-00 - Administração pública em geral					VALOR EM REAIS ATUALIZADOS - ATÉ			
					INSS 20%			
					INSS R.A.T 2%			
					CORREÇÃO MONETÁRIA			
					TOTAL DOS DESCONTOS DO INSS			



Fls.: 159

## ANEXO J

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS JUROS

M/A	BASE APURADA	- INSS	BASE	CORREÇÃO MONETÁRIA = TR ATÉ 25/03/2015 E POSTERIOR IPCA-E			JUROS		TOTAL ATUALIZADO
				ÍNDICE	CORREÇÃO	ATUALIZADO	%	ATUALIZADO	
jul/12	165,87	13,27	152,60	1,211670	32,30084	184,90084	13,233%	24,47	209,37
ago/12	248,80	19,91	228,89	1,211547	48,42099	277,31099	13,233%	36,70	314,01
set/12	248,80	31,73	217,07	1,211547	45,92051	262,99051	13,233%	34,80	297,79
out/12	248,80	19,90	228,90	1,211547	48,42311	277,32311	13,233%	36,70	314,02
nov/12	248,80	19,90	228,90	1,211547	48,42311	277,32311	13,233%	36,70	314,02
dez/12	248,80	19,90	228,90	1,211547	48,42311	277,32311	13,233%	36,70	314,02
jan/13	271,20	21,70	249,50	1,211547	52,78098	302,28098	13,233%	40,00	342,28
fev/13	271,20	21,70	249,50	1,211547	52,78098	302,28098	13,233%	40,00	342,28
mar/13	271,20	34,74	236,46	1,211547	50,02240	286,48240	13,233%	37,91	324,39
abr/13	271,20	34,87	236,33	1,211547	49,99490	286,32490	13,233%	37,89	324,21
mai/13	271,20	34,87	236,33	1,211547	49,99490	286,32490	13,233%	37,89	324,21
jun/13	271,20	34,87	236,33	1,211492	49,98190	286,31190	13,233%	37,89	324,20
jul/13	271,20	35,23	235,97	1,211294	49,85905	285,82905	13,233%	37,82	323,65
ago/13	271,20	35,23	235,97	1,211271	49,85362	285,82362	13,233%	37,82	323,65
set/13	271,20	35,23	235,97	1,211005	49,79085	285,76085	13,233%	37,81	323,58
out/13	271,20	35,23	235,97	1,211002	49,55889	285,55889	13,233%	37,78	323,31
nov/13	271,20	35,23	235,97	1,209652	49,48102	285,45102	13,233%	37,77	323,22
dez/13	271,20	35,23	235,97	1,208990	49,31537	285,28537	13,233%	37,75	323,04
jan/14	289,60	36,89	252,71	1,207748			13,233%		
fev/14	289,60	36,89	252,71	1,207181	52,35671	305,06671	13,233%	40,37	345,44
mar/14	289,60	37,53	252,07	1,206797	52,12732	304,19732	13,233%	40,25	344,45
abr/14	289,60	37,53	252,07	1,206215	51,98062	304,05062	13,233%	40,24	344,29
mai/14	289,60	37,53	252,07	1,205486	51,79686	303,86686	13,233%	40,21	344,08
jun/14	289,60	37,53	252,07	1,204845	51,63528	303,70528	13,233%	40,19	343,89
jul/14	289,60	43,27	246,33	1,203659	50,16732	296,49732	13,233%	39,24	335,73
ago/14	144,80	18,77	126,03	1,202834	25,56317	151,59317	13,233%	20,06	171,65
set/14	289,60	37,27	252,33	1,201806	50,35171	309,25171	13,233%	40,13	343,38
out/14	289,60	37,53	252,07	1,200651	50,58062	302,65062	13,233%	40,05	342,70
nov/14	289,60	37,53	252,07	1,199923	50,39459	302,46459	13,233%	40,03	342,49
dez/14	289,60	43,27	246,33	1,198734	48,95415	295,28415	13,233%	39,07	334,36
jan/15	157,60	19,92	137,68	1,197830	27,23723	164,91723	13,233%	21,82	186,74
fev/15	315,20	39,84	275,36	1,197329	54,33651	329,69651	13,233%	43,63	373,33
mar/15	315,20	40,53	274,67	1,189784	52,12797	326,79797	13,233%	43,25	370,04
abr/15	315,20	40,53	274,67	1,175611	48,23507	322,90507	13,233%	42,73	365,64
mai/15	315,20	40,53	274,67	1,164647	45,22359	319,89359	13,233%	42,33	362,23
jun/15	315,20	40,53	274,67	1,156708	43,04299	317,71299	13,233%	42,04	359,76
jul/15	315,20	40,53	274,67	1,146048	40,11500	314,78500	13,233%	41,66	356,44
ago/15	315,20	41,10	274,10	1,139672	38,28410	312,38410	13,233%	41,34	353,72
set/15	315,20	41,10	274,10	1,134878	36,97006	311,07006	13,233%	41,16	352,23
out/15	315,20	41,10	274,10	1,130191	35,68535	309,78535	13,233%	40,99	350,78
nov/15	315,20	41,11	274,09	1,122162	33,48338	307,57338	13,233%	40,70	348,27
dez/15	315,20	41,10	274,10	1,11806	30,64602	304,74602	13,000%	39,62	344,36
jan/16				1,099501			12,500%		
fev/16	352,00	44,41	307,59	1,088586	27,24817	334,83817	12,000%	40,18	375,02
mar/16	352,00	45,44	306,56	1,075177	23,04626	329,60626	11,500%	37,90	367,51
abr/16	352,00	46,46	305,54	1,070455	21,52682	327,0682	11,000%	35,98	363,04
mai/16	352,00	45,44	306,56	1,064397	19,74154	326,30154	10,500%	34,26	360,56
jun/16	352,00	45,44	306,56	1,056162	17,21702	323,77702	10,000%	32,38	356,15
jul/16	352,00	45,44	306,56	1,051769	15,87030	322,43030	9,500%	30,63	353,06
ago/16	352,00	45,44	306,56	1,046160	14,15081	320,71081	9,000%	28,86	349,57
set/16	352,00	45,44	306,56	1,041905	12,84640	319,40640	8,500%	27,15	346,56
out/16	352,00	45,44	306,56	1,039720	12,17656	318,73656	8,000%	25,50	344,24
nov/16	352,00	45,44	306,56	1,037555	11,51286	318,07286	7,500%	23,86	341,93
dez/16	352,00	45,44	306,56	1,034996	10,72837	317,28837	7,000%	22,21	339,50
jan/17				1,032750			6,500%		
fev/17	374,80	47,49	327,31	1,029472	9,64648	336,95648	6,000%	20,22	357,17
mar/17	374,80	48,22	326,58	1,024322	7,94308	334,52308	5,500%	18,40	352,92
abr/17	374,80	48,22	326,58	1,022834	7,45713	334,03713	5,000%	16,70	350,74
mai/17	374,80	48,22	326,58	1,020518	6,70077	333,28077	4,500%	15,00	348,28
jun/17	374,80	48,22	326,58	1,018229	5,95323	332,53323	4,000%	13,30	345,83
jul/17	374,80	48,22	326,58	1,017231	5,62730	332,20730	3,500%	11,63	343,83
ago/17	374,80	48,22	326,58	1,018035	5,88987	332,46987	3,000%	9,97	342,44
set/17	374,80	48,22	326,58	1,014928	4,87519	331,45519	2,500%	8,29	339,74
out/17	374,80	48,22	326,58	1,013560	4,42842	331,00842	2,000%	6,62	337,63
nov/17	374,80	48,22	326,58	1,009996	3,26449	329,84449	1,500%	4,95	334,79
dez/17	374,80	48,22	326,58	1,006621	2,16229	328,74229	1,000%	3,29	332,03
13º Salário 2012	124,40	9,95	114,45	1,211547	24,21155	138,66155	13,233%	18,35	157,01
13º Salário 2013	271,20	36,14	235,06	1,209408	49,22344	284,28344	13,233%	37,62	321,90
13º Salário 2014	289,60	37,53	252,07	1,199374	50,25620	302,32620	13,233%	40,01	342,33
13º Salário 2015	315,20	41,10	274,10	1,117864	32,30652	306,40652	13,000%	39,83	346,24
13º Salário 2016	352,00	45,44	306,56	1,036341	11,14070	317,70070	7,000%	22,24	339,94
13º Salário 2017	374,80	48,22	326,58	1,008394	2,74131	329,32131	1,000%	3,29	332,61
F. 02/01 A 01/02/2014	386,13	47,56	338,57	1,208990	70,75774	409,32774	13,233%	54,17	463,49
F. 04/08 A 19/08/2014	193,07	23,12	169,95	1,203659	34,61185	204,56185	13,233%	27,07	231,63
F. 05/01 A 20/01/2015	210,13	24,65	185,48	1,198734	36,86118	222,34118	13,233%	29,42	251,76
F. 04/01 A 03/02/2016	469,33	54,97	414,36	1,111806	46,32793	460,68793	12,500%	57,59	518,27
F. 02/01 A 01/02/2017	469,33	56,00	413,33	1,034996	14,46490	427,79490	6,500%	27,81	455,60
F. PER. 11/07/16 A 10/07/2017	499,73	59,47	440,26	1,006621	2,91496	443,17496	1,000%	4,43	447,61
F. PER. 11/07/17 A 31/12/2017	249,87	19,99	229,88	1,006621	1,52204	231,40204	1,000%	2,31	233,72
23.529,46				2.924,97	20.604,49	2.524,55	23.129,04	2.396,92	25.525,96
VALOR EM REAIS ATUALIZADOS ATÉ 01/03/2018									
BASE									20.604,49
CORREÇÃO MONETÁRIA									2.524,55
JUROS									2.396,92
TOTAL DOS VALORES									25.525,96

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:

<https://pje.trt4.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18032710260957300000050445766>

Número do processo: RTOrd 0021231-40.2015.5.04.0772

Número do documento: 18032710260957300000050445766

Data de Juntada: 27/03/2018 10:29

ID. 2e34981 - Pág. 12

## ANEXO C – Laudo Pericial Caso 3

Fis.: 164

**EXMO.(a) SR.(a) DR.(a) JUIZ(a) DA VARA DO TRABALHO DE Lajeado - RS**

**PROCESSO Nº : VT- 0020864-82.2016.5.04.0771**  
**RECLAMANTE :**  
**RECLAMADA :**

**OBJETO : Código 070 - Cálculos de liquidação de sentença**

, contador nomeado para atuar  
 como **PERITO** no processo movido por  
 ntra está apresentando os **cálculos de liquidação de sentença** conforme determinação de Vossa Excelência ID 49faa7e d os autos.

Requer que seus honorários periciais pela realização do presente trabalho sejam fixados em **R\$ 1.908,00( Um mil novecentos e oito reais)** o que equivale nesta data a **2,0 (dois) salários mínimos**. Requer ainda, a atualização dos referidos honorários desde a data do pedido até a data do seu efetivo pagamento.

Permanece ao inteiro dispor de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que por ventura se façam necessários.

**Nestes termos,**

**pede deferimento.**

Fls.: 165

Vacaria-RS, 31 de janeiro de 2018.

PERITO CONTADOR

CRC-RS - APEJUST

PROCESSO Nº : VT- 0020864-82.2016.5.04.0771  
 RECLAMANTE :  
 RECLAMADA :

## *Cálculos de liquidação de sentença*

### 01- Objetivos:

Apresentar cálculos de liquidação de sentença conforme determinação de Vossa Excelência ID 49faa7e dos autos.

### 02- Procedimentos:

- ✓ Calculamos as seguintes parcelas deferidas na sentença Id 9594533, dos autos:

Data admissão: 27/10/2014  
 Data demissão: 15/06/2016

Prescrição : 00/00/0000  
 Ajuizamento: 17/07/2016

- ❖ Horas extras assim consideradas as excedentes da 8ª diária e da 44ª semanal, divisor 220. Adicional de 50%, reflexos em RSR e feriados, férias com 1/3, 13º salário, aviso prévio. Autoriza-se o abatimento, mês a mês, dos valores comprovadamente quitados a mesmo título sobre o principal e reflexos incidente sem FGTS de 8% e indenização de 40%;
- ❖ Indenização correspondente à diferença de seguro desemprego;
- ❖ FGTS de 8% com 40%, incidente sobre todas as parcelas de natureza salarial paga no decorrer da contratualidade. Autoriza-se o abatimento, mês a mês dos valores comprovadamente depositados pela reclamada no decorrer da contratualidade.

Os descontos previdenciários foram apurados mês a mês, incidindo sobre o valor histórico sujeito a contribuição, excluídos os juros de mora, respeitado o limite máximo mensal do salário de contribuição, observadas as alíquotas previstas em lei e os valores já recolhidos, atualizando-se o valor ainda devido (Súmula de Jurisprudência nº 26 do E. TRT da 4ª Região). Referente a parte do INSS devido pela reclamada atualizamos o valor ainda devido conforme Orientação Jurisprudencial nº 01 da Seção Especializada em Execução que determina o seguinte:

" I - ATUALIZAÇÃO, MULTA E JUROS MORATÓRIOS. A atualização das contribuições previdenciárias deve ser efetuada pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas até o trânsito em julgado da sentença de liquidação, adotando-se a taxa SELIC, juros e multa moratórios somente a partir da data final do prazo para o recolhimento do tributo.  
 II - CONTRIBUIÇÃO PARA TERCEIROS. COMPETÊNCIA. A Justiça do Trabalho não tem competência para determinar o recolhimento das contribuições sociais destinadas a terceiros.  
 III - CONTRIBUIÇÕES PARA O SAT. COMPETÊNCIA. A Justiça do Trabalho é competente para executar as contribuições para o custeio do benefício de aposentadoria especial e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (SAT)."

Fls.: 167

PROCESSO Nº : VT- 0020864-82.2016.5.04.0771  
RECLAMANTE :  
RECLAMADA :

## *Cálculos de liquidação de sentença*

O IRRF foi calculado conforme artigo 12-A da **Lei 7.713/88**, incluída pela **Lei 12.350/10**, aplicando-se o regime de competência, mediante a utilização da tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que refiram os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal, excluídos os juros de mora.

As parcelas deferidas foram atualizadas de acordo com a **Tabela de Fatores de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas – FACDT** observando o fator do dia posterior ao vencimento até **31/12/2017**.

Os juros moratórios foram calculados a razão de **1% ao mês, pro rata die**, desde o ajuizamento da ação em **17 de julho de 2016** de acordo com a Lei nº 8.177/91, art. 39.

Os demais procedimentos estão demonstrados ao longo dos cálculos.

Vacaria-RS, 31 de janeiro de 2018.

Perito Contador  
CRC-RS – APEJUST



Fls.: 168

<b>1 Dados do cálculo</b>			
Reclamante			
Reclamada			
Data atualização :	<b>31/12/2017</b>		
Índice atualização:	<b>Facdt</b>		
<b>RESUMO DE CÁLCULO</b>			
<b>2 Parcelas Tributadas pelo imposto de renda:</b>			
Parcelas de principal tributadas pelo IRRF .....		R\$	9.794,24
Principal (já deduzida contribuição previdenciária) .....		R\$	8.761,03
Juros de mora.....	17,42%	R\$	1.526,17
<b>TOTAL .....</b>		<b>R\$</b>	<b>10.287,21</b>
<b>3 Parcelas isentas ou não tributadas pelo imposto de renda:</b>			
Parcelas de principal não tributadas pelo IRRF .....		R\$	837,75
Principal não tributado (já deduzida contribuição previdenciária) .....		R\$	837,75
Juros de mora.....	17,42%	R\$	145,94
<b>TOTAL .....</b>		<b>R\$</b>	<b>983,69</b>
<b>4 FGTS atualizado pelos índices dos débitos trabalhistas - pagamento</b>			
FGTS .....		R\$	2.653,04
Juros de mora do FGTS .....	17,42%	R\$	462,16
<b>TOTAL .....</b>		<b>R\$</b>	<b>3.115,20</b>
<b>5 TOTAL DEVIDO AO RECLAMANTE (deduzida contribuição previdenciária)</b>			<b>R\$ 14.386,09</b>
<b>6 Imposto de Renda</b>			
Número de meses (IN 1127/11) .....	<b>24</b>		
Valor do imposto de renda calculado .....		R\$	-
<b>7 TOTAL LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE .....</b>			<b>R\$ 14.386,09</b>
<b>8 Honorários AJ/Advocaticios 15%</b>			
Honorários de AJ Principal .....		R\$	-
Juros s/ honorários AJ .....		R\$	-
<b>9 Honorários Periciais</b>			
Honorários Perícia Técnica .....		R\$	-
Honorários Perícia Contábil .....		R\$	-
<b>10 INSS e Contribuição Previdenciária Complementar a Recolher</b>			
INSS reclamante .....		R\$	1.033,21
INSS reclamada (original) .....		R\$	2.986,24
INSS reclamada (SELIC) .....			
Atualizado até 04/03/2009 - índices trabalhistas			
A partir de 05/03/2009 - Selic			
Contrib. Prev. Complementar .....		R\$	-
<b>TOTAL DEVIDO PELA RECLAMADA .....</b>			<b>R\$ 18.405,54</b>

Vacaria-RS, 31 de janeiro de 2018.

Perito Contador  
CRC-RS - Apejust

Fls.: 169

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771  
 Reclamante :  
 Reclamada :

### Demonstrativo FACDT para atualização

Mês/ano	Data do pagamento	Dia Subsequente	FACDT
out/14	06/11/2014	07/11/2014	963,770911
nov/14	05/12/2014	06/12/2014	964,363908
dez/14	05/01/2015	06/01/2015	965,239211
jan/15	06/02/2015	07/02/2015	966,048651
fev/15	06/03/2015	07/03/2015	966,452673
mar/15	07/04/2015	08/04/2015	967,628102
abr/15	07/05/2015	08/05/2015	968,682622
mai/15	05/06/2015	06/06/2015	969,910613
jun/15	06/07/2015	07/07/2015	971,722881
jul/15	06/08/2015	07/08/2015	973,918758
ago/15	04/09/2015	05/09/2015	975,746895
set/15	06/10/2015	07/10/2015	977,596167
out/15	06/11/2015	07/11/2015	979,266333
nov/15	04/12/2015	05/12/2015	980,682944
dez/15	07/01/2016	08/01/2016	982,747163
jan/16	05/02/2016	06/02/2016	984,032478
fev/16	04/03/2016	05/03/2016	985,114106
mar/16	06/04/2016	07/04/2016	987,118415
abr/16	06/05/2016	07/05/2016	988,508507
mai/16	06/06/2016	07/06/2016	990,030182
jun/16	24/06/2016	25/06/2016	991,316833

até 31/12/2017 1.008,242585

DÉCIMO			
13º/2014	20/12/2014	21/12/2014	964,805288
13º/2015	21/12/2015	22/12/2015	981,785592

FÉRIAS			
nov/15	30/10/2015	31/10/2015	979,012509
dez/15	24/12/2015	25/12/2015	982,086530

Fls.: 170

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

**Demonstrativo valor hora extra**

Mês/Ano	Salário base	Total da remuneração	: 220	Valor hora normal	Vir.hora extra 50%
out/14	908,00	908,00	220	4,13	6,19
nov/14	908,00	908,00	220	4,13	6,19
dez/14	908,00	908,00	220	4,13	6,19
jan/15	925,00	925,00	220	4,20	6,31
fev/15	925,00	925,00	220	4,20	6,31
mar/15	980,50	980,50	220	4,46	6,69
abr/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
mai/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
jun/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
jul/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
ago/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
set/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
out/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
nov/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
dez/15	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
jan/16	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
fev/16	1.053,42	1.053,42	220	4,79	7,18
mar/16	1.154,67	1.154,67	220	5,25	7,87
abr/16	1.154,67	1.154,67	220	5,25	7,87
mai/16	1.154,67	1.154,67	220	5,25	7,87
jun/16	1.154,67	1.154,67	220	5,25	7,87



Fls.: 171

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

**Memória de cálculo horas extras 50%**

Mês/Ano	Nº hrs.ex. apuradas	Nº hrs. ex. pagas	Dif. nº de horas extras	Vir.hora extra-50%	TOTAL DEVIDO	Facdt. dia posterior	Qtde. facdt's	Facdt atualização	Total Atualizado até 31/12/2017
out/14	13,50		13,50	6,19	83,58	963,770911	0,09	1,008,242585	87,43
nov/14	54,00		54,00	6,19	334,31	964,363908	0,35	1,008,242585	349,52
dez/14	59,40		59,40	6,19	367,74	965,239211	0,38	1,008,242585	384,12
jan/15	56,70		56,70	6,31	357,60	966,048651	0,37	1,008,242585	373,22
fev/15	51,30		51,30	6,31	323,54	966,452673	0,33	1,008,242585	337,53
mar/15	59,40		59,40	6,69	397,10	967,628102	0,41	1,008,242585	413,77
abr/15	54,00		54,00	7,18	387,85	968,682622	0,40	1,008,242585	403,69
mai/15	54,00		54,00	7,18	387,85	969,910613	0,40	1,008,242585	403,18
jun/15	56,70		56,70	7,18	407,24	971,722881	0,42	1,008,242585	422,55
jul/15	62,10		62,10	7,18	446,03	973,918756	0,46	1,008,242585	461,75
ago/15	56,70		56,70	7,18	407,24	975,746895	0,42	1,008,242585	420,81
set/15	56,70		56,70	7,18	407,24	977,596167	0,42	1,008,242585	420,01
out/15	56,70		56,70	7,18	407,24	979,266333	0,42	1,008,242585	419,29
nov/15	0,00		0,00	7,18	0,00	980,682944	0,00	1,008,242585	0,00
dez/15	43,20	0,45	42,75	7,18	307,05	982,747163	0,31	1,008,242585	315,01
jan/16	37,80	4,35	33,45	7,18	240,25	984,032478	0,24	1,008,242585	246,16
fev/16	54,00	16,08	37,92	7,18	272,36	985,114106	0,28	1,008,242585	278,75
mar/16	59,40	12,67	46,73	7,87	367,89	987,118415	0,37	1,008,242585	375,77
abr/16	54,00	13,45	40,55	7,87	319,24	988,508507	0,32	1,008,242585	325,61
mai/16	56,70	14,05	42,65	7,87	335,77	990,030162	0,34	1,008,242585	341,95
jun/16	29,70	0,20	29,50	7,87	232,25	991,316833	0,23	1,008,242585	236,21

Total devido ..... R\$ 7.016,33

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:

<https://pje.trt4.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18013116440195100000048138987>

Número do processo: RTOrd 0020864-82.2016.5.04.0771

Número do documento: 18013116440195100000048138987

Data de Juntada: 31/01/2018 16:44

ID: e9e0724 - Pág. 4

Fls.: 172

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

**Memória de cálculo reflexos horas extras nos R.S.R e feriados**

Mês/Ano	Nº hrs. extras 50%	Dias úteis	Dias descanso	Reflexo R.S.R.	Vlr.hora extra-50%	TOTAL DEVIDO	Facdt dia posterior	Qtde. facdt's	Facdt atualização	Total Atualizado até 31/12/2017
out/14	13,50	5,00	0,00	0,00	6,19	0,00	963,770911	0,00	1,008,242585	0,00
nov/14	54,00	24,00	6,00	13,50	6,19	83,58	964,363908	0,00	1,008,242585	87,38
dez/14	59,40	26,00	5,00	11,42	6,19	70,72	965,239211	0,07	1,008,242585	73,87
jan/15	56,70	26,00	5,00	10,90	6,31	68,77	966,048651	0,07	1,008,242585	71,77
fev/15	51,30	24,00	4,00	8,55	6,31	53,92	966,452673	0,06	1,008,242585	56,25
mar/15	59,40	26,00	5,00	11,42	6,69	76,37	967,628102	0,08	1,008,242585	79,57
abr/15	54,00	25,00	5,00	10,80	7,18	77,57	968,682622	0,08	1,008,242585	80,74
mai/15	54,00	25,00	6,00	12,96	7,18	93,08	969,910613	0,10	1,008,242585	96,76
jun/15	56,70	25,00	5,00	11,34	7,18	81,45	971,722881	0,08	1,008,242585	84,51
jul/15	62,10	27,00	4,00	9,20	7,18	66,08	973,918758	0,07	1,008,242585	68,41
ago/15	56,70	26,00	5,00	10,90	7,18	78,32	975,746895	0,08	1,008,242585	80,92
set/15	56,70	25,00	5,00	11,34	7,18	81,45	977,596167	0,08	1,008,242585	84,00
out/15	56,70	26,00	5,00	10,90	7,18	78,32	979,266333	0,08	1,008,242585	80,63
nov/15	0,00	1,00	1,00	0,00	7,18	0,00	980,682944	0,00	1,008,242585	0,00
dez/15	42,75	21,00	4,00	8,14	7,18	58,49	982,747163	0,06	1,008,242585	60,00
jan/16	33,45	25,00	6,00	8,03	7,18	57,66	984,032478	0,06	1,008,242585	59,08
fev/16	37,92	25,00	4,00	6,07	7,18	43,58	985,114106	0,04	1,008,242585	44,60
mar/16	46,73	26,00	5,00	8,99	7,87	70,75	987,118415	0,07	1,008,242585	72,26
abr/16	40,55	25,00	5,00	8,11	7,87	63,85	988,508507	0,06	1,008,242585	65,12
mai/16	42,65	25,00	6,00	10,24	7,87	80,59	990,030182	0,08	1,008,242585	82,07
jun/16	29,50	13,00	2,00	4,54	7,87	35,73	991,316833	0,04	1,008,242585	36,34

<b>Total devido .....</b>	<b>R\$</b>	<b>1.364,30</b>
---------------------------	------------	-----------------

Fls.: 173

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771  
 Reclamante :  
 Reclamada :

**Memória de cálculo reflexos horas deferidas nas férias c/ 1/3 const.**

	2014/2015			2015/2016			2016/2017		
	03/11/2015 a 02/12/2015 - 30d			28/12/2015 a 11/01/2016 - 15d			rescisão - 15d		
	12	/	12	8	/	12	8	/	12
Total horas extras	634,50			330,25			330,25		
Média horas extras	52,88			41,28			41,28		
Vir. hora extra 50%	7,18			7,87			7,87		
Subtotal devido	379,77			216,66			216,66		
(+) 1/3 constitucional	126,59			72,22			72,22		
<b>TOTAL DEVIDO</b>	<b>506,36</b>			<b>288,89</b>			<b>288,89</b>		
Facdt dia posterior	979,012509			982,086530			991,316833		
Qtde. facdt's	0,52			0,29			0,29		
Facdt atualizado	1.008,242585			1.008,242585			1.008,242585		
<b>Total atualizado</b>									
<b>até 31/12/2017</b>	<b>521,48</b>			<b>296,58</b>			<b>293,82</b>		
<b>Total devido ..... R\$ 1.111,88</b>									

Fls.: 174

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

**Memória de cálculo reflexos horas deferidas no 13º salário**

	13º/2014			13º/2015			13º/2016		
	2	/	12	12	/	12	6	/	12
Total horas extras	126,90			607,05			230,80		
Média horas extras	63,45			50,59			38,47		
Vir. hora extra 50%	6,19			7,18			7,87		
<b>TOTAL DEVIDO</b>	<b>65,47</b>			<b>363,34</b>			<b>151,42</b>		
Facdt dia posterior	964,805288			981,785592			991,316833		
Qtde. facdt's	0,07			0,37			0,15		
Facdt atualizado	1.008,242585			1.008,242585			1.008,242585		
<b>Total atualizado</b>									
<b>até 31/12/2017</b>	<b>68,42</b>			<b>373,13</b>			<b>154,00</b>		
<b>Total devido .....</b>							<b>R\$</b>	<b>595,55</b>	

Fls.: 175

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

### Memória de cálculo reflexos horas deferidas no aviso prévio

	JUNHO/2016 (3D)		
	12	/	12
Total horas extras	505,75		
Média horas extras	42,15		
Vlr. hora extra 50%	7,87		
<b>TOTAL DEVIDO</b>	<b>33,18</b>		
Facdt dia posterior	991,316833		
Qtde. facdt's	0,03		
Facdt atualizado	1.008,242585		
<b>Total atualizado</b>			
<b>até 31/12/2017</b>	<b>R\$</b>		<b>33,75</b>

Fls.: 176

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771  
 Reclamante :  
 Reclamada :

### Memória de Cálculo Seguro Desemprego

Mês/Ano	Vir.cada parcela	Subtotal Devido	(-) Valores pagos	Diferença Devida	Facdt dia posterior	Qtde. facdt's	Facdt atualização	Total atualizado até 31/12/2017
jun/16	1.189,41	4.757,62	4.256,00	501,62	991,316833	0,51	1.008,242585	510,18

**TOTAL DEVIDO ..... R\$ 510,18**

R\$ 1.562,39 (-) R\$ 1.360,70 R\$ 201,69 x 50% R\$ 100,85  
 R\$ 1.088,56 (+) R\$ 100,85 R\$ 1.189,41

Entre	O que exceder a R\$ 1.360,70 multiplica-se por 50% Após soma-se a R\$ 1.088,56
Salários fixo percebido nos três últimos meses .....	R\$ 1.154,67
Parcelas variáveis .....	R\$ 1.223,17
Média salarial .....	R\$ 1.562,39
Número de meses trabalhados .....	21,00
Número de parcelas devidas .....	4,00

#### Parcelas variáveis:

	Horas extras 60%	Horas extras 100%	Horas extras 50%
abr/16	112,95		319,24
mai/16	117,99	104,97	335,77
jun/16			232,25

R\$ 230,94 R\$ 104,97 R\$ 887,26

**Total remuneração variável ..... R\$ 1.223,17**



Fls.: 177

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

**Memória de cálculo FGTS devido com multa de 40%**

Mês/Ano	BASE DE CÁLCULO	x 8%	FGTS DEVIDO	Facdt dia posterior	Qtde. facdt's	Facdt atualização	Total atualizado até 31/12/2017
out/14	121,07	8%	9,69	963.770911	0,01	1.008,242585	10,13
nov/14	908,00	8%	72,64	964.363908	0,08	1.008,242585	75,95
dez/14	908,00	8%	72,64	965.239211	0,08	1.008,242585	75,88
jan/15	925,00	8%	74,00	966.048651	0,08	1.008,242585	77,23
fev/15	925,00	8%	74,00	966.452673	0,08	1.008,242585	77,20
mar/15	980,50	8%	78,44	967.628102	0,08	1.008,242585	81,73
abr/15	1.126,34	8%	90,11	968.682622	0,09	1.008,242585	93,79
mai/15	1.053,42	8%	84,27	969.910613	0,09	1.008,242585	87,60
jun/15	1.053,42	8%	84,27	971.722881	0,09	1.008,242585	87,44
jul/15	1.053,42	8%	84,27	973.918758	0,09	1.008,242585	87,24
ago/15	1.053,42	8%	84,27	975.746895	0,09	1.008,242585	87,08
set/15	1.053,42	8%	84,27	977.596167	0,09	1.008,242585	86,92
out/15	1.053,42	8%	84,27	979.266333	0,09	1.008,242585	86,77
nov/15	depositado	8%	0,00	980.682944	0,00	1.008,242585	0,00
dez/15	depositado	8%	0,00	982.747163	0,00	1.008,242585	0,00
jan/16	depositado	8%	0,00	984.032478	0,00	1.008,242585	0,00
fev/16	depositado	8%	0,00	985.114106	0,00	1.008,242585	0,00
mar/16	depositado	8%	0,00	987.118415	0,00	1.008,242585	0,00
abr/16	depositado	8%	0,00	988.508507	0,00	1.008,242585	0,00
mai/16	depositado	8%	0,00	990.030182	0,00	1.008,242585	0,00
jun/16	1.154,67	8%	92,37	991.316833	0,09	1.008,242585	93,95

Total devido ..... R\$ 1.108,91

Multa de 40% ..... R\$ 443,56

**Total geral devido FGTS..... R\$ 1.552,47**

Fls.: 178

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

**Demonstrativo base de cálculo FGTS**

Mês/Ano	Horas extras 50%	Reflexo horas deferidas				BASE CÁLCULO
		R.S.R.	Férias	décimo	av.prévio	
out/14	83,58	0,00				83,58
nov/14	334,31	83,58				417,89
dez/14	367,74	70,72		65,47		503,93
jan/15	357,60	68,77				426,37
fev/15	323,54	53,92				377,46
mar/15	397,10	76,37				473,47
abr/15	387,85	77,57				465,42
mai/15	387,85	93,08				480,93
jun/15	407,24	81,45				488,69
jul/15	446,03	66,08				512,11
ago/15	407,24	78,32				485,56
set/15	407,24	81,45				488,69
out/15	407,24	78,32				485,56
nov/15	0,00	0,00	506,36			506,36
dez/15	307,05	58,49	288,89	363,34		1.017,76
jan/16	240,25	57,66				297,91
fev/16	272,36	43,58				315,93
mar/16	367,89	70,75				438,64
abr/16	319,24	63,85				383,09
mai/16	335,77	80,59				416,36
jun/16	232,25	35,73		151,42	33,18	452,58



Fls.: 179

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771  
 Reclamante :  
 Reclamada :

### Memória de cálculo FGTS devido com multa de 40%

Mês/Ano	BASE CÁLCULO	x 8%	FGTS DEVIDO	Facdt dia posterior	Qtde. facdt's	Facdt atualização	Total atualizado até 31/12/2017
out/14	83,58	8%	6,69	963,770911	0,01	1.008,242585	6,99
nov/14	417,89	8%	33,43	964,363908	0,03	1.008,242585	34,95
dez/14	503,93	8%	40,31	965,239211	0,04	1.008,242585	42,11
jan/15	426,37	8%	34,11	966,048651	0,04	1.008,242585	35,60
fev/15	377,46	8%	30,20	966,452673	0,03	1.008,242585	31,50
mar/15	473,47	8%	37,88	967,628102	0,04	1.008,242585	39,47
abr/15	465,42	8%	37,23	968,682622	0,04	1.008,242585	38,75
mai/15	480,93	8%	38,47	969,910613	0,04	1.008,242585	40,00
jun/15	488,69	8%	39,10	971,722881	0,04	1.008,242585	40,56
jul/15	512,11	8%	40,97	973,918758	0,04	1.008,242585	42,41
ago/15	485,56	8%	38,84	975,746895	0,04	1.008,242585	40,14
set/15	488,69	8%	39,10	977,596167	0,04	1.008,242585	40,32
out/15	485,56	8%	38,84	979,266333	0,04	1.008,242585	39,99
nov/15	506,36	8%	40,51	980,682944	0,04	1.008,242585	41,65
dez/15	1.017,76	8%	81,42	982,747163	0,08	1.008,242585	83,53
jan/16	297,91	8%	23,83	984,032478	0,02	1.008,242585	24,42
fev/16	315,93	8%	25,27	985,114106	0,03	1.008,242585	25,87
mar/16	438,64	8%	35,09	987,118415	0,04	1.008,242585	35,84
abr/16	383,09	8%	30,65	988,508507	0,03	1.008,242585	31,26
mai/16	416,36	8%	33,31	990,030182	0,03	1.008,242585	33,92
jun/16	452,58	8%	36,21	991,316833	0,04	1.008,242585	36,82

Total devido .....	R\$	786,12
Multa de 40% .....	R\$	314,45
<b>Total geral devido FGTS.....</b>	<b>R\$</b>	<b>1.100,57</b>

Fls.: 180

**Processo nº** : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

**Demonstrativo base de cálculo do INSS**

-&gt; DAS PARCELAS DA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Mês/Ano	Horas extras 50%	Reflexo horas deferidas				Base de cálculo
		R.S.R.	Férias	décimo	av.prévio	
out/14	83,58	0,00				83,58
nov/14	334,31	83,58				417,89
dez/14	367,74	70,72				438,46
13º/14				65,47		65,47
jan/15	357,60	68,77				426,37
fev/15	323,54	53,92				377,46
mar/15	397,10	76,37				473,47
abr/15	387,85	77,57				465,42
mai/15	387,85	93,08				480,93
jun/15	407,24	81,45				488,69
jul/15	446,03	66,08				512,11
ago/15	407,24	78,32				485,56
set/15	407,24	81,45				488,69
out/15	407,24	78,32				485,56
nov/15	0,00	0,00	506,36			506,36
dez/15	307,05	58,49	288,89			654,42
13º/15				363,34		363,34
jan/16	240,25	57,66				297,91
fev/16	272,36	43,58				315,93
mar/16	367,89	70,75				438,64
abr/16	319,24	63,85				383,09
mai/16	335,77	80,59				416,36
jun/16	232,25	35,73			33,18	301,16
13º/16				151,42		151,42

Fls.: 181

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

## Memória de cálculo INSS a ser deduzido

-&gt; PARTE DO EMPREGADO

Mês/Ano	Valores históricos ref. cada mês		TOTAL BASE DE CÁLCULO INSS (em cada época)	Alíquota INSS	VALOR DO INSS	(-) INSS descontado na folha	Limite máximo ref. cada mês	DIFERENÇA INSS	FACDT dia posterior	Gide. facd'te	FACDT atualização	INSS reclamante atualizado até 31/12/2017
	Sal. contribuição do INSS da folha pago.	Sal. contribuição do INSS da reclamatória										
out/14	121,07	83,58	204,65	8,00%	16,37	9,68	482,93	6,69	963,770911	0,01	1.008,242585	7,00
nov/14	908,00	417,89	1.325,89	9,00%	119,33	72,64	482,93	46,69	964,363908	0,05	1.008,242585	48,81
dez/14	908,00	438,46	1.346,46	9,00%	121,18	72,64	482,93	48,54	965,239211	0,05	1.008,242585	50,70
13º/14	151,33	65,47	216,80	8,00%	17,34	12,10	482,93	5,24	964,806268	0,01	1.008,242585	5,48
jan/15	925,00	426,37	1.351,37	8,00%	108,11	74,00	513,01	34,11	966,048651	0,04	1.008,242585	35,60
fev/15	925,00	377,46	1.302,46	8,00%	104,20	74,00	513,01	30,20	966,452673	0,03	1.008,242585	31,50
mar/15	980,50	473,47	1.453,97	9,00%	130,86	78,44	513,01	52,42	967,628102	0,05	1.008,242585	54,62
abr/15	1.126,34	465,42	1.591,76	9,00%	143,26	90,10	513,01	53,16	968,682622	0,05	1.008,242585	55,33
mai/15	1.053,42	480,93	1.534,35	9,00%	138,09	84,27	513,01	53,82	969,910613	0,06	1.008,242585	55,95
jun/15	1.053,42	488,69	1.542,11	9,00%	138,79	84,27	513,01	54,52	971,722681	0,06	1.008,242585	56,57
jul/15	1.053,42	512,11	1.565,53	9,00%	140,90	84,27	513,01	56,63	973,918758	0,06	1.008,242585	58,62
ago/15	1.053,42	485,56	1.538,98	9,00%	138,51	84,27	513,01	54,24	975,746895	0,06	1.008,242585	56,04
set/15	1.053,42	488,69	1.542,11	9,00%	138,79	84,27	513,01	54,52	977,596167	0,06	1.008,242585	56,23
out/15	1.053,42	485,56	1.538,98	9,00%	138,51	84,27	513,01	54,24	979,266333	0,06	1.008,242585	55,84
nov/15	1.381,15	506,36	1.887,51	9,00%	169,88	123,59	513,01	46,29	980,682944	0,05	1.008,242585	47,59
dez/15	1.163,13	654,42	1.817,55	9,00%	163,58	93,98	513,01	69,60	982,747163	0,07	1.008,242585	71,41
13º/15	1.053,42	363,34	1.416,76	9,00%	127,51	84,27	513,01	43,24	981,785582	0,04	1.008,242585	44,40
jan/16	1.256,64	297,91	1.554,55	8,00%	124,36	100,53	570,88	23,83	984,032478	0,02	1.008,242585	24,42
fev/16	1.196,32	315,93	1.512,25	8,00%	120,98	95,70	570,88	25,28	985,114106	0,03	1.008,242585	25,87
mar/16	1.276,83	438,64	1.715,47	9,00%	154,39	102,14	570,88	52,25	987,118415	0,05	1.008,242585	53,37
abr/16	1.290,21	383,09	1.673,30	9,00%	150,60	103,21	570,88	47,39	988,508507	0,05	1.008,242585	48,33
mai/16	1.420,51	416,36	1.836,87	9,00%	165,32	113,64	570,88	51,68	990,030182	0,05	1.008,242585	52,63
jun/16	449,61	301,16	750,77	8,00%	60,06	35,92	570,88	24,14	991,316833	0,02	1.008,242585	24,55
13º/16	542,45	151,42	693,87	8,00%	55,51	43,39	570,88	12,12	991,316833	0,01	1.008,242585	12,33

Total INSS (recite.) ..... R\$ 1.033,21

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:

<https://pje.trt4.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18013116440195100000048138987>

Número do processo: RTOrd 0020864-82.2016.5.04.0771

Número do documento: 18013116440195100000048138987

Data de Juntada: 31/01/2018 16:44

ID. e9e0724 - Pág. 14

Fls.: 182

Processo nº : VT - 0020864-82-2016-5.04.0771  
Reclamante  
Reclamada

Demonstrativo cálculo da contribuição previdenciária a ser recolhida pela reclamada- atualizado

até 31/12/2017

NÃO optante pelo SIMPLES NACIONAL (http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm)

parcelas a partir de 05/03/2009 atualizadas pela SELIC

Mês/Ano	Base de cálculo INSS da reclamatória	Parte empregado INSS a deduzir		Parte Empresa		Valor INSS RAT		Valor INSS empregado + empresa + RAT		Tercelros		Total INSS a recolher Vlr original	TOTAL INSS a ser recolhido pela reclamada		
		Porcentual	Valor	Porcentual	Valor	Porcentual	Valor	Porcentual	Valor	Porcentual	Valor		% SELIC	Correção SELIC	Valor atualizado
out/14	83,58		6,69	20%	16,72	3,00%	2,51	R\$	25,91	0,00%	0,00	R\$	25,91	R\$	35,42
nov/14	417,89		46,69	20%	83,58	3,00%	12,54	R\$	142,80	0,00%	0,00	R\$	142,80	R\$	193,83
dez/14	436,46		48,54	20%	87,69	3,00%	13,15	R\$	149,39	0,00%	0,00	R\$	149,39	R\$	201,36
13º/14	65,47		5,24	20%	13,09	3,00%	1,96	R\$	20,30	0,00%	0,00	R\$	20,30	R\$	27,36
jan/15	426,37		34,11	20%	85,27	3,00%	12,79	R\$	132,17	0,00%	0,00	R\$	132,17	R\$	177,07
fev/15	377,46		30,20	20%	75,49	3,00%	11,32	R\$	117,01	0,00%	0,00	R\$	117,01	R\$	155,55
mar/15	473,47		52,42	20%	94,69	3,00%	14,20	R\$	161,31	0,00%	0,00	R\$	161,31	R\$	212,90
abr/15	465,42		53,16	20%	93,08	3,00%	13,96	R\$	160,21	0,00%	0,00	R\$	160,21	R\$	209,85
mai/15	480,93		53,82	20%	96,19	3,00%	14,43	R\$	164,44	0,00%	0,00	R\$	164,44	R\$	213,64
jun/15	488,69		54,52	20%	97,74	3,00%	14,66	R\$	166,92	0,00%	0,00	R\$	166,92	R\$	214,89
jul/15	512,11		56,63	20%	102,42	3,00%	15,36	R\$	174,41	0,00%	0,00	R\$	174,41	R\$	222,60
ago/15	485,56		54,24	20%	97,11	3,00%	14,57	R\$	165,92	0,00%	0,00	R\$	165,92	R\$	209,92
set/15	488,69		54,52	20%	97,74	3,00%	14,66	R\$	166,92	0,00%	0,00	R\$	166,92	R\$	209,33
out/15	485,56		54,24	20%	97,11	3,00%	14,57	R\$	165,92	0,00%	0,00	R\$	165,92	R\$	206,32
nov/15	506,36		46,29	20%	101,27	3,00%	15,19	R\$	162,75	0,00%	0,00	R\$	162,75	R\$	200,49
dez/15	654,42		69,60	20%	130,88	3,00%	19,63	R\$	220,12	0,00%	0,00	R\$	220,12	R\$	268,83
13º/15	363,34		43,24	20%	72,67	3,00%	10,90	R\$	126,81	0,00%	0,00	R\$	126,81	R\$	154,87
jan/16	297,91		23,83	20%	59,58	3,00%	8,94	R\$	92,35	0,00%	0,00	R\$	92,35	R\$	111,87
fev/16	315,93		25,28	20%	63,19	3,00%	9,48	R\$	97,95	0,00%	0,00	R\$	97,95	R\$	117,50
mar/16	438,64		52,25	20%	87,73	3,00%	13,16	R\$	153,14	0,00%	0,00	R\$	153,14	R\$	182,10
abr/16	383,09		47,39	20%	76,62	3,00%	11,49	R\$	135,50	0,00%	0,00	R\$	135,50	R\$	159,62
mai/16	416,36		51,68	20%	83,27	3,00%	12,49	R\$	147,44	0,00%	0,00	R\$	147,44	R\$	171,97
jun/16	301,16		24,14	20%	60,23	3,00%	9,03	R\$	93,41	0,00%	0,00	R\$	93,41	R\$	107,91
13º/16	151,42		12,12	20%	30,28	3,00%	4,54	R\$	46,95	0,00%	0,00	R\$	46,95	R\$	54,24

Total INSS a ser recolhido pela reclamada ..... R\$ 4.019,44

SHAE 1300-8000 Falsificação de recibos de malha 3,00%



Fls.: 183

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771  
 Reclamante :  
 Reclamada :

### Demonstrativo parcelas atualizadas até 31/12/2017

Ajuizamento da ação : 17/07/2016  
 Juros de 1% a.m. - 17m14d 17,42%

1- Parcelas deferidas na sentença (VALORES BRUTOS)		
01	Horas extras 50% .....	R\$ 7.016,33
02	Reflexo horas extras .....	
	R.S.R. e feriados .....	R\$ 1.364,30
	Férias com 1/3 constitucional .....	R\$ 1.111,88
	Décimo terceiro salário .....	R\$ 595,55
	Aviso prévio indenizado .....	R\$ 33,75
03	Diferença Seguro desemprego .....	R\$ 510,18
04	FGTS com multa de 40% - contrato .....	R\$ 1.552,47
05	FGTS com multa de 40% - deferidas .....	R\$ 1.100,57
<b>Total das parcelas deferidas .....</b>		<b>R\$ 13.285,03</b>

1.2- Parcelas tributáveis		
01	Horas extras 50% .....	R\$ 7.016,33
02	Reflexo horas extras .....	
	R.S.R. e feriados .....	R\$ 1.364,30
	Férias com 1/3 constitucional (gozadas) .....	R\$ 818,06
	Décimo terceiro salário .....	R\$ 595,55
<b>TOTAL parcelas TRIBUTÁVEIS .....</b>		<b>R\$ 9.794,24</b>
	(-) INSS parte do reclamante .....	R\$ 1.033,21
<b>Subtotal base de cálculo parcelas tributáveis .....</b>		<b>R\$ 8.761,03</b>
Valor dos juros s/ parcelas tributáveis .....		17,42% R\$ 1.526,17

1.3- Parcelas NÃO tributáveis		
01	Reflexo horas extras .....	
	Férias com 1/3 constitucional (indenizadas) .....	R\$ 293,82
	Aviso prévio indenizado .....	R\$ 33,75
02	Diferença Seguro desemprego .....	R\$ 510,18
03	FGTS com multa de 40% - contrato .....	R\$ 1.552,47
04	FGTS com multa de 40% - deferidas .....	R\$ 1.100,57
<b>Subtotal base de cálculo parcelas NÃO tributáveis .....</b>		<b>R\$ 3.490,79</b>
Valor dos juros s/ parcelas não tributáveis .....		17,42% R\$ 608,10

RESUMO		
	Principal - Tributável .....	R\$ 9.794,24
	Juros s/ parcelas tributáveis .....	R\$ 1.526,17
	Principal - Não - Tributável .....	R\$ 837,75
	Juros s/principal não tributável .....	R\$ 145,94
	FGTS .....	R\$ 2.653,04
	Juros s/ FGTS .....	R\$ 462,16
<b>Total bruto apurado ao reclamante .....</b>		<b>R\$ 15.419,30</b>

Fls.: 184

Processo nº : VT - 0020864-82.2016.5.04.0771

Reclamante :

Reclamada :

### Demonstrativo IRRF a ser descontado atualizado até 31/12/2017

01	Horas extras 50% .....	R\$	7.016,33
02	Reflexo horas extras .....	R\$	-
	R.S.R. e feriados .....	R\$	1.364,30
	Férias com 1/3 constitucional (gozadas) .....	R\$	818,06
	Décimo terceiro salário .....	R\$	595,55

Subtotal base de cálculo IRRF ..... R\$ 9.794,24

(-) INSS a ser descontado (parte reclamante) ..... R\$ 1.033,21

BASE DE CÁLCULO IRRF ..... R\$ 8.761,03

Aliquota do IRRF ..... 0,00%

Parcela a deduzir ..... R\$ -

Total IRRF a ser descontado ..... R\$ -

Tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda na Fonte - Ano Calendário 2016					
Base de cálculo mensal			Aliquota	Parcela a deduzir do imposto	
Até	R\$	1.903,98		R\$	-
De	R\$	1.903,99	até R\$ 2.826,65	7,50%	R\$ 142,80
De	R\$	2.826,66	até R\$ 3.751,05	15,00%	R\$ 354,80
De	R\$	3.751,06	até R\$ 4.664,68	22,50%	R\$ 636,13
Acima	R\$	4.664,69		27,50%	R\$ 869,36

Tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda na Fonte- Ano Calendário 2016					
* Período de apuração da reclamatória trabalhista 27/10/2014 a 15/06/2016 + 13º s.					
24 meses					
Base de cálculo mensal			Aliquota	Parcela a deduzir do imposto	
Até	R\$	45.695,52		R\$	-
De	R\$	45.695,53	até R\$ 67.839,60	7,50%	R\$ 3.427,20
De	R\$	67.839,61	até R\$ 90.025,20	15,00%	R\$ 8.515,20
De	R\$	90.025,21	até R\$ 111.952,32	22,50%	R\$ 15.267,12
Acima	R\$	111.952,33		27,50%	R\$ 20.864,64



**UNIVATES**

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil  
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000  
[www.univates.br](http://www.univates.br) | 0800 7 07 08 09